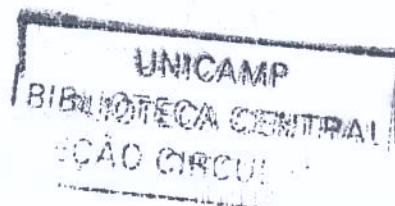


SILMA RAMOS COIMBRA MENDES

NOTAS SOBRE A HETEROGENEIDADE DO DISCURSO DA HISTÓRIA

UNICAMP
2003



300425336

SILMA RAMOS COIMBRA MENDES

NOTAS SOBRE A HETEROGENEIDADE DO DISCURSO DA HISTÓRIA

DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO INSTITUTO
DE ESTUDOS DA LINGUAGEM-IEL DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE -
ÁREA DE LINGÜÍSTICA.

ORIENTADOR : PROF. DR. SÍRIO POSSENTI

BANCA EXAMINADORA / MEMBROS:

1. SÍRIO POSSENTI
2. HAQUIRA OSAKABE
3. JONAS DE ARAÚJO ROMUALDO

SUPLENTE : MARIA IRMA HADLER COUDRY

Este exemplar e a redação final da tese
defendida por Silma Ramos

Coimbra Mendes —

e aprovada pela Comissão Julgadora em

11/10/2003

Sírio PosSENTI

**UNICAMP
2003**

DATA: 12/12/2003

NIDADE BC
CHAMADA UNICAMP
M522n
EX
OMBO BC/ 57669
ROC 16 - 111 - 04
D X
REÇO 11,00
ATA 16/04/2004
CPD

31B 1D 313975

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA
IEL - UNICAMP

M522n Mendes, Silma Ramos Coimbra
Notas sobre a heterogeneidade do discurso da história / Silma
Ramos Coimbra Mendes. - - Campinas, SP: [s.n.], 2003.

Orientador: Sírio Possenti
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Análise do discurso. 2. Subjetividade. 3. História. I. Possenti,
Sírio. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da
Linguagem. III. Título.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a :

Sírio Possenti - meu orientador - porque assumiu comigo o desafio de direcionar esta dissertação para a sua merecida conclusão. E assim o fazendo, deflagrou em mim uma nova ordem de reflexões sobre linguagem e discurso, que passo a incorporar.

Haquira Osakabe - porque tem sido sempre uma referência forte em minha vida profissional e pessoal, por uma dessas razões misteriosas e belas, que não se deve querer explicar.

Maria Irma Hadler Coudry - pelo incentivo e apoio ao meu reingresso na vida acadêmica e, principalmente, pelo afeto de amiga.

Jonas Romualdo - pela boa vontade e interesse em discutir comigo este e outros textos - sobretudo aqueles fatais de Clarice, nossa escritora preferida.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I. SOBRE O TEMA	33
CAPÍTULO II. O OBJETO, PROBLEMAS E HIPÓTESES	55
CAPÍTULO III. AS MARCAS DO SILÊNCIO. A ANÁLISE DOS DADOS	61
CAPÍTULO IV. GENERALIZAÇÕES	113
CAPÍTULO V. CONCLUSÕES	123
BIBLIOGRAFIA	127

RESUMO

Na primeira parte desta dissertação, procuro explicitar as preocupações teóricas que me suscitava o tema do discurso da história, visto sob o ângulo de um cientista da linguagem. Para tanto, parte da bibliografia inicial foi selecionada, de modo a investigar diferentes modos de conceituação do assunto e, ao mesmo tempo, estabelecer prévios referenciais à investigação posteriormente efetuada.

Essa primeira abordagem mostrou-se bastante produtora, na medida em que me permitiu elencar diferentes pontos de partida ao assunto, em função do enfoque dado por cada um dos autores, a partir do seu campo teórico de interesse. Ao mesmo tempo, reafirmou o caráter polêmico e complexo que as colocações desses autores assumem dentro do quadro convencionado em que se procurou aprisionar o tema e seus desdobramentos conceituais.

Pensei assim em estabelecer as bases teóricas que possibilitassem à análise estruturar-se como material de reflexão, a respeito de algumas questões mais internas à Análise do Discurso e ao processo instaurado, sob uma perspectiva discursiva, nos textos analisados.

A fim de levantar tais questões e denunciar tal processo, minha escolha recaiu sobre um objeto que tivesse características bastante fortes no que se refere aos pressupostos que marcam um discurso como sendo de cunho puramente didático-informativo. Textos de dois teóricos da Revolução de 30, a saber: "Autoridade e Liberdade" em *O Estado Autoritário e A Realidade Nacional*, de

Azevedo Amaral, Ed. José Olímpio, 1938 e “Liberdade ou Nacionalidade?” em *Problemas de Política Objetiva*, de Oliveira Vianna, Ed. Nacional, 1947, ambos comprometidos com a consolidação do regime imposto pelo Golpe de Vargas, me forneceram material suficiente para desconfiar de alguns desses pressupostos e levantar alguns outros, mais próximos dos acontecimentos reais que ocorreram nessa época no Brasil.

Como pano de fundo a essa investigação, contei com a discussão elaborada por De Decca a respeito da Revolução de 30 em *1930: O Silêncio dos Vencidos*(1981) e ao processo que permitiu com que, no relato dessa história, aparecesse somente o movimento apreendido, a partir da redução do real, possibilitando a emergência de algumas vozes e o silenciamento de outras. Em outros termos, quando da leitura do trabalho De Decca e da compreensão um pouco mais alargada dos mecanismos inversores da realidade delineada durante esse período da história do Brasil, principalmente naquilo que se referia à desmontagem de um discurso engendrado unicamente sobre os parâmetros dos vencedores, decidi-me pela retomada de textos provenientes de dois elementos de agenciamento e legitimação desse procedimento, via linguagem de que se utilizam.

A segunda parte dessa dissertação, desse modo, define o objeto, torna claros os motivos que levaram à sua escolha e prenuncia a forma de tratamento que será dado a ele.

A terceira parte se dedica à análise propriamente dita do material selecionado. Para tanto, conta com o auxílio de alguns procedimentos arrolados da seguinte forma: levantamento e classificação de um sem-número de significações que permeiam todo o corpus do trabalho, verificação da ocorrência ou não de enunciados sob a forma de discurso indireto e discurso indireto livre, e de alguns enunciados negativos que cumprem funcionalmente o mesmo papel; finalmente, analisa alguns enunciados característicos daquilo que se convencionou chamar de enunciados didáticos, investigando se tal classificação

esgota as possibilidades de reflexão a respeito das relações entre linguagem e argumentação.

Na última e quarta parte do trabalho, procuro generalizar os resultados obtidos pela análise, de modo a alargar a ótica, segundo a qual o relato do fato histórico é assumido como sendo algo marcado absolutamente pelo impessoal, e pela isenção de inclinações pessoais apriorísticas.

RESUMO

Esta dissertação tem como tema o discurso da história, investigado a partir de uma perspectiva discursiva. Seu objetivo é o de questionar o caráter pretensamente homogêneo e fechado com que é visto o fato e o fazer históricos, apontando, ao contrário, para a manifestação da heterogeneidade constitutiva desse tipo de discurso. Seu objeto de análise recai sobre textos de dois teóricos da Revolução de 30, Azevedo Amaral e Oliveira Vianna, ambos comprometidos com a consolidação do regime imposto pelo Golpe de Vargas, verificando se a linguagem pretensamente objetiva e isenta que utilizam os dois teóricos esgota as possibilidades de reflexão a respeito da relação entre linguagem e argumentação, de modo a alargar a ótica segundo a qual o relato do fato histórico é assumido como sendo algo marcado absolutamente pelo impessoal, e pela isenção de inclinações pessoais apriorísticas.

Palavras-chave: Análise do discurso; Subjetividade; História

ABSTRACT

The present work intends to question the way the discourse of history is characterized, as a discourse without subjectivity, where the fact seems to auto-relate. Its analysis object are texts produced in 1938 and 1947, respectively, by two Revolution of 30 historians, Azevedo Amaral and Oliveira Vianna, whose purpose is to consolidate the Vargas Govern. In order to achieve this purpose, they build an argumentation marked by a presumed exemption and maximum objectivity. This dissertation points that there are, in this type of discourse, on the contrary, features of heterogeneity, as formulated, in the discourse analysis, by Jaqueline Authier-Revuz, in the Analytical Categories of the Enunciative Heterogeneity.

Key Words : discourse analysis, heterogeneity, history

I. INTRODUÇÃO

Esta dissertação de mestrado, ainda inédita, foi por mim elaborada sob a orientação do Professor Doutor Haquira Osakabe, na área de Análise do Discurso, nesta Universidade, em 1989. Submetida e aprovada no exame de qualificação, entretanto, não foi à defesa. Em 2002, reingressei no programa de Pós-graduação em Lingüística e, já sob a orientação do Professor Doutor Sírío Possenti, decidi-me pela reedição do trabalho praticamente em sua versão original, exceto por esta nova introdução e por eventuais acréscimos, acompanhando o texto, em notas de rodapé, que sinalizam as referências àquilo que poderia ser revisto à luz de novas abordagens teóricas e metodológicas sobre o tema, *O Discurso da História*, visto sob o ângulo da Análise do Discurso.

Naquele momento, a bibliografia inicial, a saber, Barthes (1970), Robin (1973), Veyne (1976) e Perelman (1970), foi selecionada de modo a caracterizar esse tipo de discurso a partir de diferentes pontos de vista e assim orientar a crítica à historiografia oficial relativa ao período de 30, pela análise de textos de dois teóricos da revolução, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral.

O espaçamento de datas entre aquela primeira e esta última versão do trabalho, no entanto, exige uma reapresentação dos fundamentos que lhe

serviram de arcabouço teórico, além de possíveis ampliações com base em novas leituras deslocadas no tempo com as quais se confirme, em instância mais ampla, a atualidade e o interesse do tema para a reflexão que se trava nos dias de hoje sobre a relação entre lingüística e história, e, em caráter mais restrito, de contribuir para o levantamento de novas indagações, geradas pelas discussões que fazem autores contemporâneos àqueles citados inicialmente, como Foucault (1978) e Mattoso (1988) e outros mais recentes, representados aqui por Burke (1992), Ginzburg (2001) e Pécora (2001).

Desse modo, o percurso de leituras que apresento, nesta nova introdução, pretende re-contextualizar alguns aspectos da produção intelectual em torno do tema. Penso em levantá-los, tendo como eixo a questão da subjetividade nos domínios do discurso e mais especificamente nos do discurso da história, dadas as novas abordagens que vêm surgindo nos horizontes da relação entre lingüística e história.

As aproximações e distanciamentos teóricos que o tema *O discurso da história* estabelece com essas “novas leituras” serão assinalados, de modo a refazer e/ou atualizar o percurso tenso, mas instigante, da sua primeira elaboração, seja fixando-lhe os aspectos mais importantes, seja alargando-o e remetendo-o a outros territórios não explorados naquele momento.

Os séculos XIX e XX “inventaram” a história e a figura do historiador a partir de um movimento que encontrasse no passado o momento fundante da história de unidade e identidade dos povos. A esse ideal ascético, responderia o historiador, com a promessa de plena objetividade e neutralidade no exercício de reconstrução da “verdade” histórica, própria do discurso científico da modernidade. Nesse sentido, o historiador não “falaria” em seu texto, apenas narraria o acontecido, sem nenhuma intervenção de subjetividade e pessoalidade. O fato deveria falar por si só, em condição máxima de objetividade, credibilidade e coerência, além de vir disposto em um desenvolvimento linear, preferivelmente inscrito na ordem do passado.

A essa forma de historiar tradicional vai se contrapor a concepção pós-moderna, que identifica no acontecimento a marca da heterogeneidade, a regra da dispersão, própria dos conflitos existentes em qualquer realidade. Esse modo de fazer história, distinto da história moderna e a que chamamos genealogia, na terminologia de Foucault, identifica o acontecimento e a dispersão de forças que se encontram presentes no momento da emergência do acontecimento.

Nessa nova ordem de discurso crítico à História moderna, interessam os saberes que trabalham com conceitos como os de descontinuidade, ruptura, subjetividade. Representante dessa vertente que propunha um novo olhar sobre as ciências humanas na década de 1970, o pensamento de Michael Foucault nesse campo mais específico do "fazer história" é fecundo e provocador. Alguns autores têm-se dedicado à análise da influência de seu trabalho sobre a historiografia como um todo. Dentre eles, ressalto em especial o artigo de Paul Veyne, *Foucault revoluciona a história*, parte IV de seu livro *Como se escreve a história*. Nele, VEYNE (1982) discute a utilidade prática do método de Foucault e a significação que o termo *discurso* assumiu em sua obra. Foucault considera os fatos humanos a partir da idéia de raridade, visto que eles não estão instalados na plenitude da razão. São portanto, arbitrários e não óbvios. Entretanto, aos olhos de seus contemporâneos e historiadores, parecem tão evidentes que nem sequer são percebidos.

Assim, Veyne considera que a tese central de Foucault de que *o que é feito*, o objeto, se explica pelo que foi *o fazer* em cada momento da história, inverte aquilo que pensamos ser a prática, ou seja, *o fazer* explicado a partir *do que é feito*. Foucault diz aos historiadores que eles devem continuar explicando a história como sempre o fizeram, entretanto, devem ter o cuidado de verificar se existem mais coisas que deveriam ser explicadas do que pensavam inicialmente, verificando os contornos que não eram percebidos e que deveriam ser analisados, ou seja, buscando as práticas, advindas das mudanças históricas, que objetivaram

os objetos naturais. O autor vai em busca do exame dessas práticas e não dos objetos que a reificam a nossos olhos.

Descobri uma espécie de inconsciente da história, uma instância preconceptual, a que chamo prática ou discurso, e que dá a verdadeira explicação da história. Ah, sim! Mas, então, como vou me arranjar para explicar essa própria prática e suas transformações? (Foucault, 1970: 27)

Quanto ao termo *discurso*, Foucault nos convida somente a observar melhor o que é dito, a fim de perceber-lhe os preconceitos, silêncios e reticências e dos quais os locutores não têm consciência. Ele diz que há uma gramática, determinada pelas práticas, sob o discurso consciente.

Então, vemos que o discurso não é nem semântica, nem ideologia, nem implícito. Longe de nos convidar a julgar as coisas a partir das palavras, Foucault mostra, pelo contrário, que elas nos enganam, que nos fazem acreditar na existência de coisas, de objetos naturais, governados ou Estado, enquanto essas coisas não passam de correlatos das práticas correspondentes, pois a semântica é a encarnação da ilusão idealista. E o discurso também não é a ideologia: seria quase o contrário; ele é o que é realmente dito, sem que os locutores o saibam: esses crêem falar de maneira livre, enquanto ignoram que dizem coisas acanhadas, limitadas por uma gramática imprópria; a ideologia, essa, é bem mais livre e ampla; e com razão: é racionalização, idealização; é um amplo planejamento. (p.252)

O método de Foucault consiste então em compreender que as coisas não passam de objetivações de práticas determinadas, cujas determinações devem ser expostas à luz, já que a consciência não as concebe. Em vez de enfrentar o problema, partindo da análise das práticas, partimos das suas extremidades, que são os objetos, diz Veyne. Desse modo, podemos pensar que cada prática engendra o objeto que lhe corresponde, o que nos leva a perceber o seu caráter multifacetado e heterogêneo.

“A história torna-se história daquilo que os homens chamaram as verdades e de suas lutas em torno dessas verdades. (...) cada prática depende de todas as outras e de suas transformações, tudo é histórico e tudo depende de tudo; nada é inerte, nada é indeterminado e, como veremos, nada é inexplicável; longe de depender de nossa consciência, esse mundo a determina.” (...) em resumo, em uma certa época, o conjunto das práticas engendra, sobre tal ponto material, um rosto histórico singular em que acreditamos reconhecer o que chamamos, com uma palavra vaga, ciência história ou, ainda religião; mas, em uma outra época, será um rosto particular muito diferente que se formará no mesmo ponto, e, inversamente, sobre um novo ponto, se formará um rosto vagamente semelhante ao precedente. Tal é o sentido da negação dos objetos naturais; não há, através do tempo, evolução ou modificação de um mesmo objeto que brotasse sempre no mesmo lugar.” (p.269).

Para Veyne, Foucault é o historiador em estado puro: tudo é histórico, a história é inteiramente explicável. Foucault não vê as ciências humanas como uma racionalização dos objetos naturais. O que elas fazem é supor uma análise histórica desse objeto, aquilo que ele chamou de genealogia, o dar à luz à prática ou ao discurso. Nesse sentido, o interesse da história é muito mais fazer desaparecer as racionalizações, utilizando-se das constantes, sistemas relativamente isolados, do que responder à vocação empirista tradicionalmente atribuída a ela.

Com relação à noção de verdade presente em Foucault, Veyne aponta para a sua proposição de que os objetos de uma ciência e a própria noção de ciência não são verdades eternas; toda ciência é provisória e isto a análise histórica demonstra a todo momento.

A cada momento, este mundo é o que é: que suas práticas e seus objetos sejam raros, que haja vazio em volta deles, isso não quer dizer que há, em derredor, verdades que os homens ainda não apreenderam: as figuras futuras do caleidoscópio não são nem mais verdadeiras nem mais falsas do que as precedentes. (...) a consciência não pode opor-se às condições da história, já que ela não é constituinte, mas constituída (p.275)

Segundo Foucault, a linguagem não revela o real, a linguagem não nasce sobre um fundo de silêncio: ela nasce sobre um fundo de discurso. Veyne sabe que a filosofia de Foucault não é uma filosofia do discurso, mas uma filosofia da relação, nome do que se designou por “estrutura”. O mundo não é feito de sujeitos ou então de objetos e de sua dialética, mas sim um mundo em que a relação é o primitivo: são as estruturas que dão sustentação à matéria.

Desse modo, propõe um positivismo que consiste em eliminar os últimos objetos não historicizados. A explicação não passará de um objeto a outro, mas de tudo a tudo. Isso requer objetos datadas sobre uma matéria sem rosto. Essa história-genealogia procura estruturar a matéria de outro modo : privilegiará as práticas, “as tramas que ela narra são a história das práticas em que os homens enxergaram verdades e das suas lutas em torno dessas verdades”. (...) “Esse novo modelo de história, essa ‘arqueologia’, como a chama seu inventor, desdobra-se na dimensão de uma história geral’ (l’archéologie du savoir, p.215) “

“Toda história é arqueológica por natureza e não por escolha: explicar e explicitar a história consiste, primeiramente, em vê-la em seu conjunto, em correlacionar os pretensos objetos naturais às práticas datadas e raras que os objetivam, e em explicar essas práticas não a partir de uma causa única, mas a partir de todas as práticas vizinhas nas quais se ancoram. Esse método pictórico produz quadros estranhos, onde as relações substituem os objetos.” (p.280)

Veyne aponta para o fato de que Foucault não elege o discurso ou mesmo a prática como o ponto fundamental de sua concepção de história – o que ele propõe de fato é que não existe racionalidade. Ele não faz marxismo nem freudismo. Não é dualista – não pretende opor realidade à aparência. O que Foucault faz é desnudar a realidade, dissecando-a e explicando-a, sem a suposição de que algo existe, por detrás dela, telecomando-a e explicando-a; desse modo, Foucault devolve-lhe sua originalidade irracional, única, inquietante, histórica.

Como interessante contraponto teórico, em seguida, passo a examinar o artigo de MATTOSO, J. (1997) “*A Escrita da História*”, capítulo I de seu livro *A Escrita da História - Teoria e Métodos*, no qual o autor interroga-se acerca do trabalho de escrita da História e do arsenal teórico que tal empreitada costuma exigir do historiador. Embora avesso às teorias e consciente dos riscos de se deixar enganar por uma “certa falta de referências filosóficas seguras”, o autor, por não se reconhecer em nenhuma corrente determinada de pensamento, prefere inscrever-se em um movimento de síntese do que ele chama de sistemas interpretativos antagônicos, o que lhe permite aproximar e conciliar formulações aparentemente contraditórias, a superação dos contrários, a “descoberta do mesmo debaixo das aparências do outro.”

Mattoso, embora reconheça as heterogeneidades do real ou do comportamento humano, não envereda pela concepção pós-moderna da total dispersão de sentido, da insuperável heterogeneidade da linguagem. Também não acredita na possibilidade de construção da meta-linguagem, meta-narrativa, nem propriamente procura o sentido da História.

Prefere ir em busca daquilo que lhe parece ser a resultante dessa sinfonia que é a História : sua harmonia, “feita de incomensurável mistura de elementos de toda a espécie, tão dispersos e contraditórios como a própria vida, mas de cuja rede infinitamente complexa é fascinante procurar os eixos, os encontros e desencontros, os paralelismos e as divergências. As secretas regras da composição não se poderão reduzir, nunca, creio, a nenhum sistema totalmente válido, a nenhuma gramática definitiva, mas procurá-las e dizer o que julguei descobrir é tão apaixonante como o prazer de viver.” (p.10)

De seu projeto intelectual não se exclui o problema da dependência do discurso aos sistemas do poder, nem o de sua subjetividade apontada pelos pós-modernos. Tampouco desconsidera, das questões da comunicação, aquelas responsáveis por sua eficácia e validade pragmática, entretanto, o autor se reconhece inscrito em uma ordem de experiência outra: o estudo da alteridade – da ordem oculta e viva subjacente ao caos aparente do mundo. De natureza intersubjetiva, o valor do Verbo lhe vem unicamente do prazer gratuito deste

reconhecimento. À dimensão dessa descoberta, a que o autor atribui, sob diferentes roupagens, a outros como Pessoa, Nietzsche, Mallarmé, Lyotard, denomina, à semelhança de Caeiro, a realidade das coisas – a qual tem sido traduzida na poesia e na arte, primordialmente, mas também vem sendo apreendida na História, ao longo dos tempos – como um projeto de totalidade – pela percepção inexprimível do Homem diante de sua existência.

Como conciliar esse sentimento existencial da totalidade da História com a necessidade da construção crítica do texto historiográfica, utilizando-se de métodos e condições nos vários planos da representação mental e verbal? A essa questão, Mattoso propõe um arcabouço de idéias, que passo a discutir mais detalhadamente.

Já no Capítulo I, o autor expressa sua atitude pessoal-existencial perante a História, referindo-se aos três momentos da elaboração do discurso histórico, a saber, o exame do passado por meio de suas marcas, a representação mental que resulta desse exame e a comunicação escrita ou oral dessa análise. Quanto ao primeiro momento, o autor não o concebe como uma simples operação de seleção de documentos com conteúdo útil, mas tomados isoladamente da existência humana inserida no tempo. Segundo ele, o sentido dos atos humanos está na sua globalidade e na sua profunda relatividade, o que os leva a serem considerados “históricos”. Para ele, tudo tem dimensão histórica: desde a forma de enterrar os mortos até a concepção do corpo, desde a sexualidade até a paisagem, desde o clima até a demografia.

Ao desafio de, como historiador, buscar a totalidade, o autor dá o nome de atitude “contemplativa”. Nela, está sendo considerada a observação que perscruta todas as dimensões do real e por isso considera todas as faculdades racionais e volitivas envolvidas no processo em um ato que pode ser percebido como de amor, tomado na sua acepção mais ampla, porque baseado na alteridade intacta entre sujeito e objeto.

A passagem da página 18 indica como o autor entende essa opção pela atitude contemplativa:

A apreensão do real em todas as suas facetas implica que se ponham em jogo todas as faculdades de observação, não apenas as racionais, mas também as volitivas, o que corresponde a dizer que os sentidos do corpo e do espírito se deverão *abrir* de tal modo ao real, que ele seja como que interiorizado, absorvido, captado em nós mesmos. Esse exercício é, por isso, um acto de amor. Um amor na plena acepção da palavra, isto é, que não é contaminado pela tentação de possuir, dominar ou destruir, mas que mantém intacta a alteridade, a radical separação do sujeito e do objecto, e que tenta estabelecer a relação com ele através do verbo interior, em todas as suas dimensões: o cântico de admiração, o diálogo do gesto, a descoberta do símbolo, o desencadeamento da palavra poética.

Dessa forma, Mattoso acredita que o grande interesse exercido pela História sobre os homens se deve ao fato de eles estarem convencidos de que encontrarão no passado a chave para decifrar questões acerca de si próprios. Esta atitude contemplativa permitiria portanto apreender a realidade como fonte de lucidez e de sustento, em uma atividade relacional, que revelasse o sentido de todas as coisas. Assim, poderíamos pensar nas limitações, por exemplo, de uma história descritiva que se visse diante da tarefa de tudo registrar, sem tomar os conjuntos de dados particulares em sua relação uns com os outros. Ao contrário, a prática contemplativa permitiria descobrir as relações possíveis desses elementos, reconstituindo suas funções nos conjuntos de que são parte, assim como naqueles com os quais tivessem vínculos funcionais.

Surgem então as questões técnicas relativas à metodologia histórica, advindas da adequação ou não dos vestígios históricos com o passado no seu conjunto. Quanto a isso, o autor diz que:

1. A atitude contemplativa não se opõe à atitude racional e científica. Ao contrário, torna a ciência mais exigente e a observação incansável, o que só pode ser sustentado pela paixão de conhecer a história.
2. A atitude contemplativa levará o historiador não somente ao exame dos vestígios escritos do passado, mas a tudo que possui,

“espessura diacrônica”, ou seja, o imaginário coletivo, a paisagem, os jogos, os contos, as técnicas artesanais, etc, em função de sua importância e significado no caminhar da Humanidade.

3. Ao historiador, cabe a observação do passado em relação ao presente, seu único interesse. Para compreendê-lo integralmente, há que se ir ao passado, porém somente na relação que este possui com o espaço e o tempo em que vivem os homens. A História não é a celebração do passado, mas uma forma de interpretar o presente. Ao descobrir a relação entre o ontem e o hoje, o historiador crê poder decifrar a ordem possível do mundo, imaginária, mas indispensável à sobrevivência dos homens, para que eles não se diluam no caos de um mundo fenomenal, sem referências nem sentido.

Ao processo de transformação dos materiais colhidos pela observação contemplativa da realidade passada em representação mental, o autor chama de o segundo momento de elaboração da História. O princípio que nortearia esse processo é o de que existiriam fios condutores na imensidade do real, uma ordem mentalmente acessível sob a aparência caótica do passado, acessada pela percepção dos sujeitos. Segundo Mattoso, “a História destina-se, justamente, a tentar demonstrar que existe uma ordem no mundo, e que uma das mais importantes chaves da sua descoberta é a repartição de existência em passado e presente e o estudo do passado em grandes planos, para encontrar as razões profundas dos movimentos colectivos.” (p.23)

O caos é apenas aparente, na concepção de Mattoso, visto que esconde uma harmonia que é o fundamento do mundo. O caos é apenas o momento que antecede a superação do caos, seu ponto de passagem e não de chegada. A superação do caos se fará pela descoberta da palavra que o nomeia, do Verbo.

A representação mental que permite o nascimento da História, é, portanto, um acto verbal que brota do reconhecimento da ordem no vasto campo da acção humana. Tem qualquer

coisa de admirativo, de emotivo. A sedução desencadeia a palavra. A representação mental que conduz ao texto histórico resulta da apreensão da realidade como harmonia, e como harmonia dizível. Como se existisse um Verbo eterno, imanente na realidade, e que apenas espera ser reconhecido para se revelar através da nossa voz. Da comunhão com ele resultam todas as linguagens, tanto as poéticas como as científicas. Os textos que elas constroem são como que as diversas interpretações de uma mesma partitura. (p.24)

Quanto aos processos de classificação dos dados históricos - estes pressupõem - modelos e conceitos, alguns já utilizados pelas outras ciências humanas, exigindo que o esquema metodológico orientador do trabalho do historiador seja de natureza científica, lógica, racional e discursiva, além de se inspirar nos processos imaginativos e de perspicácia, levantando, articuladamente, os indícios mudos, as formas indiretas de revelação daquilo que os documentos não dizem abertamente.

Quanto à última fase da elaboração do texto histórico, a fase da escrita, da comunicação do que foi apreendido pelo historiador, o autor a considera como o momento em que a palavra tornada exterior ao sujeito, fundada na emoção contemplativa sobre o agir humano do passado, quando pronunciada, é fundadora da ordem cósmica. O autor acredita que esta palavra recria o mundo, tira-o do caos para o cosmos. "A palavra humana tem essa força criadora porque não é senão a encarnação do Logos eterno no tempo." (...) "O texto histórico terá de ser rigoroso, objectivo, bem fundamentado, mas também claro, comunicativo, sugestivo, ou mesmo, no limite, fundador de harmonia, construtor de evidências que seriam como que a expressão do reconhecimento da ordem cósmica, ou, mais ainda, da potência criadora do Logos. Por isso, digo que a escrita da história é do domínio da arte, quer ela se considere como uma *techné*, no sentido de um saber afeiçoar a matéria, quer se considere como uma espécie de dom carismático." (p. 27)

Portanto, para ele, a escrita em História é um discurso pessoal, resultante da sua interpretação, e como tal, não exclui outros modos de ver o passado. O autor constata que a infinita riqueza desse passado resulta em mais do que uma única ordenação, e que discurso nenhum poderá esgotá-la. Assim, as

contradições resultantes desses inúmeros discursos produzidos apenas revelam que a realidade é complexa demais para ser traduzida de forma unívoca.

O caráter pessoal do texto, entretanto, não deve ser confundido com a simples opinião. Esta poderia levar o historiador a se esquivar dos compromissos decorrentes do caráter puramente subjetivo, arbitrário e gratuito de sua opinião. A história não é arbitrária, mas construída segundo regras exigentes que apelam para soluções coerentes com os esquemas interpretativos propostos. O texto histórico deve postular, portanto, o direito de escrever em nome próprio e na primeira pessoa, como forma de convidar à crítica, ao debate e de assumir o caráter provisório de toda a descoberta. Não há História definitiva, visto que a palavra pronunciada está submetida ao tempo e torna-se, por isso, objeto de outras experiências. Para se manter atual, precisa ser constantemente renovada. Finalmente, o autor enfatiza que a História não é a realidade. Sua escrita apenas estabelece a necessária relação entre o sujeito e a realidade, convidando-o à descoberta desta realidade.

Tendo colocado em cena um aspecto do real, havendo tentado subtrair-lo à acção destruidora do tempo que tudo sepulta no passado, os discursos têm, depois, de se apagarem, para deixarem ver, na revelação directa, a "espantosa realidade das coisas". O texto histórico é como a palavra de João Baptista no deserto, que dizia acerca de si próprio, como anunciador do Messias : "É preciso que ele cresça e eu diminua" (Jo., 3,30). Cumprida a mediação, tem de se reduzir ao silêncio. (p.30)

BURKE, P. (1992), em artigo denominado *Abertura: A Nova História, seu passado e seu futuro*. In: *Burke (org). A escrita da História* - comenta que, ao longo do século passado e início deste século, a história política era tida e entendida mais como uma espécie de história militar ou diplomática do que qualquer outra coisa. A dimensão política era então admitida essencialmente a partir e através do Estado. Uma história que se centrava nas batalhas, nas guerras e negociações envolvendo os diferentes Estados. Para Burke, este foi o primeiro conjunto de características da história "tradicional" - ou seja, do "paradigma tradicional" definido como a "história rankeana", conforme bases estabelecidas

pelo historiador alemão Leopold von Ranke (1795-1886) - contra a qual, entre outras, se insurgirá mais tarde a *Nova História*. A partir da década de 1920, assistiremos ao início de uma crítica mais sistematizada a esta história "tradicional", crítica essa que será implacável especialmente em relação à história política, definida nos moldes de então. Cabe lembrar que esta crítica se realizou através de uma vertente constituída na França a partir dos anos 20 pela crítica dos *Annales* a essa história "tradicional". Lucien Febvre e March Bloch deram início a essa nova produção historiográfica, movimento esse hoje denominado como a *Nova História*.

A partir de então, a história deslocava seu foco fundamental de análise para aspectos relativos à atividade humana em seu sentido mais pleno. Jacques Revel afirma que a grande novidade da década de 1930 seria justamente a reorganização das ciências sociais na França em torno da história, que passaria por um processo de reconstrução de seu objeto de estudo, constituído agora pelo próprio homem. Não mais, portanto, o estudo dos Estados através de suas guerras e relações diplomáticas, senão o estudo dos processos relativos à figura e à ação humana no plano das *massas anônimas*.

Burke, representante do que se chama "a nova história", traça um quadro das práticas historiográficas contemporâneas, a partir da história - *made in France*, associada à Ecole des Annales, agrupada em torno da revista *Annales: économies, sociétés, civilisations*. Essas práticas procuram caracterizar a nova história como história total ou história estrutural, definindo-a por meio de algumas características:

1. Ela não segue o paradigma tradicional de considerar a visão do senso comum como a única maneira de fazer história; prefere percebê-la como uma, dentre as várias formas possíveis de ver o fato histórico.
2. Ela considera toda a atividade humana como virtualmente interessante, visto que tudo tem uma história e esta passa a ser encarada como uma construção

cultural, sujeita à variações, tanto no tempo quanto no espaço, sem a determinação do que é central e do que é periférico na história.

3. Ela se preocupa em oferecer uma visão “de baixo” da história, com as opiniões das pessoas comuns e com sua experiência da mudança social e não como tradicionalmente era feita: a partir dos feitos dos estadistas, generais e eclesiásticos, cabendo ao resto da humanidade, um papel secundário.

4. Ela se baseia não somente em documentos, mas em outros tipos de evidências, que expressassem outros pontos de vista não oficiais, como provas visuais, orais, estatísticas, antes desprestigiadas.

5. Ela procura um modelo de explicação histórica que contemple a avaliação da variedade de questionamento dos historiadores, no que concerne aos movimentos coletivos, as ações individuais, as tendências, e os acontecimentos em si mesmos.

6. Ao contrário do paradigma tradicional, alicerçado na apresentação objetiva dos fatos, ela evita apresentá-los aos leitores, como narrativas objetivas do que de fato ocorreu. O autor diz: “Por mais que lutemos arduamente para evitar os preconceitos associados a cor, credo, classe ou sexo, não podemos evitar olhar o passado de um ponto de vista particular.”(...) “Só percebemos o mundo através de uma estrutura de convenções, esquemas e estereótipos, um entrelaçamento que varia de uma cultura para outra. Nessa situação, nossa percepção dos conflitos é certamente mais realçada por uma apresentação de pontos de vista opostos do que por uma tentativa de, como a de Acton, articular um consenso. Nós nos deslocamos do ideal da Voz da História para aquele da heteroglossia, definida como *vozes variadas e opostas*.” (p.15).

Ainda segundo o autor, o interesse pela história estrutural acabou por colocar a história dos acontecimentos de lado. Entretanto, é possível observar-se uma resposta a essa tendência, por meio da reação dos historiadores em fugir da oposição tradicional entre os acontecimentos e as estruturas, indo em direção ao centro, ao inter-relacionamento entre formas narrativas de análise ou formas analíticas de narrativa.

“O mais importante de tudo, talvez, é que a oposição há muito estabelecida entre os historiadores políticos e não políticos está finalmente se dissolvendo. A famosa definição de história social de G.M. Trevelyan como “a história posta de lado” é atualmente rejeitada por quase todo mundo. Em vez disso nos percebemos preocupados com o elemento social na política e com o elemento político na sociedade.” (p.37)

O autor, desse modo, ao tratar da questão enfrentada por alguns historiadores como Tawney, Namier, Febvre e Braudel, rebelados contra a forma tradicional da narrativa histórica, vista como uma má adaptação da história estrutural – observou como a escrita da história enriqueceu-se com o debate que se sucedeu então. Havia, inicialmente, com essa dicotomia, a sensação de empobrecimento da narrativa histórica tradicional, e a necessidade de se buscar novas formas de narrar mais adequadas às novas histórias que os historiadores gostariam de contar. Dentre elas, a micronarrativa, a narrativa de frente para trás e as histórias que se movimentam para frente e para trás, entre os mundos público e privado, ou apresentam os mesmos acontecimentos, a partir de pontos de vista múltiplos.

O autor inicia, então, a discussão perguntando-se se o historiador, em vez de narrar os acontecimentos, não deveria analisar as estruturas. A rejeição da história dos acontecimentos em prol da história das estruturas, assumida pela chamada “escola dos Annales”, encarava os acontecimentos como a superfície do oceano da história, significativos apenas por aquilo que podiam revelar a respeito das correntes mais profundas.

Segundo o autor, já há algum tempo tem havido sinais de que a narrativa histórica, em um sentido bem estrito, está realizando outro retorno, não focalizando os acontecimentos particulares por si sós, mas pelo que revelam sobre a cultura em que ocorreram. De um modo geral, tem havido aquilo que se chama de a passagem de um modo analítico para um modo descritivo da escrita da história. Assim, a narrativa histórica vem sendo debatida segundo parâmetros distintos. De um lado, estão aqueles historiadores que consideram que dever-se-iam considerar as estruturas mais seriamente que os acontecimentos, e de outro,

há aqueles que continuam a acreditar que a função do historiador é contar uma história. Nesta empreitada, ambos tem feito interessantes considerações um a respeito do outro.

Os historiadores estruturais denunciam que a narrativa tradicional ignora aspectos importantes do passado, que ela simplesmente é incapaz de conciliar, desde a estrutura econômica e social, até a experiência e os modos de pensar das pessoas comuns.

Em outras palavras, a narrativa não é mais inocente na historiografia do que o é na ficção. No caso de uma narrativa de acontecimentos políticos, é difícil evitar enfatizar os atos e as decisões dos líderes, que proporcionam uma linha clara à história, à custa dos fatores que escaparam ao seu controle. No caso das entidades coletivas – a Alemanha, a Igreja, o Partido Conservador, o Povo, etc. – o historiador narrativo é forçado a escolher entre omiti-los completamente ou personificá-los, e eu concordaria com Huizinga que a personificação é uma figura de retórica que os historiadores deveriam tentar evitar. Ela obscurece as distinções entre os líderes e os seguidores, além de encorajar os leitores sem grande imaginação a suporem o consenso de grupos que estavam freqüentemente em conflito.(p.331)

De outro lado, os apologistas da narrativa observam que a análise das estruturas é estática, e, em certo sentido, não-histórica. Os historiadores desses dois campos, estrutural e narrativo, diferem, não apenas na escolha do que consideram significativo no passado, mas também em seus modos de explicação histórica. Os historiadores da narrativa tradicional tendem a exprimir suas explicações em termos de caráter e intenção individuais, diferentemente daqueles estruturais que buscam o condicionamento estrutural que gerou a ação humana. Este segundo modo de explicação histórica tem sido criticado como reducionista e determinista, o que explica o renascimento da narrativa dos dias atuais.

Burke assume a perspectiva de uma possível encaixe das duas correntes, de uma síntese, ao considerar a possibilidade de integrar a narrativa e a análise e relacionar mais intimamente os acontecimentos locais às mudanças estruturais na sociedade. O modo de realizar isto é, segundo ele, questionar a suposição de que

a distinção entre acontecimento e estrutura seja fácil e passar a considerar a utilização dos dois termos como dois extremos de um leque de possibilidades, sem esquecer-se do centro desse leque.

O debate, ocorrido nos anos 60, nos Estados Unidos, sobre o tipo de narrativa a ser escrita parece colaborar na construção desse centro, dessa síntese. O que se chama de “decomposição da continuidade temporal” em Joyce, Proust, Virginia Wolf, autores que utilizaram a ordem não-cronológica, no chamado estado do fluxo da consciência, serve de contraponto aos historiadores interessados em buscar novas formas de narrar, a exemplo da experiência literária, como partir de mais de um ponto de vista e interpretar o conflito por meio do resgate das várias vozes, variadas e opostas entre si. Atualmente, é cada vez mais corrente a concepção de que o trabalho do historiador não é o de reproduzir o que de fato ocorreu, mas sim o de representá-lo, de um ponto de vista particular.

Para comunicar essa consciência aos leitores de história, as formas tradicionais de narrativa são inadequadas. Os narradores históricos necessitam encontrar um modo de se tornarem visíveis em sua narrativa, não de auto-indulgência, mas advertindo o leitor de que eles não são oniscientes ou imparciais e que outras interpretações, além das suas, são possíveis. Em uma peça notável de autocrítica, Golo Mann declarou que um historiador necessita ‘tentar fazer duas coisas simultaneamente, nadar com a corrente dos acontecimentos e analisar esses acontecimentos da posição de um observador posterior, mais bem informado’, combinando os dois métodos ‘para produzir uma aparência de homogeneidade, sem que a narrativa fique de lado.’(p.337)

Finalmente, este novo tipo de narrativa poderia responder melhor às demandas dos historiadores estruturais porque apresenta um sentido melhor do fluxo do tempo do que suas análises o fazem. Ainda é instigante refletir, para Burke, em como tornar a narrativa mais densa, para lidar com a sequência dos acontecimentos e das intenções dos atores nesses acontecimentos, mas também em como lidar com as estruturas - instituições, modos de pensar, etc. – e se elas

atuam como um freio ou um acelerador para os acontecimentos, fazendo com que o historiador desenvolva técnicas ficcionais para suas obras factuais.

Uma delas é a micro história, narração de uma história sobre as pessoas comuns no local em que estão instaladas. A micronarrativa não é condição de adensamento da narrativa, mas é bastante útil no sentido de esclarecer as estruturas, ligando a micro-história à macro-história, os detalhes locais às tendências gerais. Escrever a história de frente para trás é outro modo de relacionar mais intimamente a estrutura aos acontecimentos, já que é impossível compreender os acontecimentos narrados em um capítulo, sem conhecer o que o precedeu.

Essa forma de organização tem suas dificuldades, pois, embora os capítulos sejam dispostos em ordem inversa, cada capítulo tem de ser lido para diante. A grande vantagem da experiência, entretanto, é permitir ou forçar o leitor a sentir a pressão do passado sobre os indivíduos e os grupos (a pressão das estruturas ou dos acontecimentos que congelaram ou se sedimentaram em estruturas).

Outro tipo de análise da relação entre estruturas e acontecimentos pode ser encontrado na obra do antropólogo Marshall Sahlins que sugere a consideração dos traços culturais distintos dos acontecimentos, no “sentido de que os conceitos e as categorias de uma cultura particular determinam os modos pelos quais seus membros percebem e interpretam seja o que for que aconteça em sua época. (...) O acontecimento pode ser por isso estudado (como sugeriu Braudel) como uma espécie de papel heliográfico que revela as estruturas da cultura (p.346). Há, porém, um movimento dialético entre acontecimento e estrutura que coloca as categorias em perigo cada vez que são utilizadas para interpretar o mundo em mutação, ou seja, as culturas são reordenadas cada vez que há o processo de incorporação dos acontecimentos.

Contribui ainda para essa discussão a concepção de história de Carlo Ginzburg (1998) em seus artigos *Estranhamento e Distância e Perspectiva*. In *Olhos de Madeira*. Para este autor, a história é tecida pelas diferenças – sendo

necessária, nessa forma de fazer história, a consideração das potencialidades cognitivas e morais, construtivas e destrutivas do estranhamento e da distância, ou seja, o colocar-se os vários momentos históricos sob a perspectiva de outro momento, sob o olhar de outros povos, outras culturas, em um movimento de contraste e confronto. As implicações desse estranhamento auxiliaria o historiador a não-banalizar a realidade e a não esfumazar os limites já esgarçados entre realidade e ficção.

Ginzburg considera que os historiadores, assim como os pintores e romancistas estão irmanados num fim cognitivo, em um projeto historiográfico, em que pessoalmente o autor se reconhece, definido na frase quase do final da passagem de Proust, abaixo mencionada, em *O tempo reencontrado*:

Há um lado da guerra que, creio, ele começava a perceber, eu lhe disse, é que a guerra é humana, se vive como um amor ou como um ódio, poderia ser contada como um romance, e que, por conseguinte, se este ou aquele vai repetindo que a estratégia é uma ciência, isso não ajuda em nada a compreender a guerra, porque a guerra não é estratégica. O inimigo não conhece nossos planos, como tampouco sabemos o objetivo perseguido pela mulher que amamos, e talvez esses planos nem nós mesmos saibamos quais são. Os alemães, na ofensiva de março de 1918, tinham como objetivo tomar Amiens? Não sabemos. Talvez nem eles próprios soubessem e foi o acontecimento, sua progressão a oeste no sentido de Amiens, que determinou seu projeto. Mesmo supondo-se que a guerra seja científica, ainda assim seria preciso pintá-la como Elstir pintava o mar, ao revés, e partir das ilusões, das crenças que retificamos pouco a pouco, como Dostoievski contaria uma vida.

Ginzburg substitui o trecho guerra científica por história científica: “ Mesmo supondo-se que a história seja científica, ainda assim seria preciso pintá-la como Elstir pintava o mar, ao revés.” Na mesma direção, as relações entre história, memória e esquecimento, tão em evidência nos dias atuais, merecem um olhar mais atento de modo a que a memória possa entrar na visão historiográfica de forma não tão convergente. Diz Ginzburg:

Em qualquer cultura, a memória coletiva, transmitida por ritos, cerimônias e eventos semelhantes, reforça um nexos com o passado que não pressupõe uma reflexão explícita sobre distância que nos separa dele. Em geral, vinculamos esta última possibilidade ao surgimento da historiografia, um gênero literário que tem, entre outras, a finalidade de registrar e conservar as notícias sobre os acontecimentos dignos de memória. Não é por acaso que 'história' vem da palavra *ἱστορία*, pesquisa. Durante muito tempo, viu-se em Tucídides, o protótipo do historiador como cientista-pesquisador, e na sua narração das guerras do Peloponeso o exemplo supremo de uma atitude neutra, objetiva. Mais recentemente, deu-se destaque, contrariamente ao papel de Tucídides como observador envolvido nos acontecimentos que relatava. Um ensaio sobre 'a perspectiva histórica de Tucídides' sustenta por exemplo que a célebre passagem (I, 10,2) em que Tucídides projeta num futuro remoto a destruição de Atenas e Esparta é fruto do ponto de vista a partir do qual ele escreveu grande parte da sua obra: a derrota sofrida por Atenas em 404. (p.180)

As idéias de perspectiva, ponto de vista, conflito e multiplicidade, conforme o autor, constituem-se em permanente universo de discussão no atual paradigma historiográfico. Ginzburg acredita que o modelo fundamentado na multiplicidade – modelo cognitivo baseado na pluralidade de pontos de vista – possa dar conta de modo mais fecundo da questão da perspectiva e, conseqüentemente, da subjetividade, apesar de ressaltar mais a distância intelectual em vez da identificação e proximidade emotiva da memória em relação ao passado. Ou seja, a memória, em função de sua maior ou menor proximidade da experiência vivida, consegue estabelecer uma relação mais vital com o passado.

A contribuição que os autores citados trazem ao tema, como vimos, se situa em relação ao foco de interesse que têm sobre o fenômeno, emergindo daí, concepções distintas de como pensar o discurso da história. A elas, resta acrescentar aquela que insere a perspectiva retórica no horizonte desta introdução, já presente na formulação inicial do objeto de análise dessa dissertação. Para tanto, recorre à discussão travada por Alcir Pécora (2001) em *Máquina de Gêneros*, no artigo *À Guisa de Manifesto*.

Pécora, nesta abertura, expõe como realizará o trabalho de analisar textos produzidos entre os séculos XVI e XVIII, a partir de determinadas tradições letradas vigentes nessa época, ou seja, de diferentes gêneros retórico-poéticos, constituídos por determinantes convencionais ou práticas históricas variadas, que lhes atribuíram certos sentidos possíveis e verossímeis.

Até então, a crítica literária buscava esses sentidos na perspectiva dos sujeitos que os produziram e a partir do lugar de classe de onde se originaram, visto que somente desse modo atingiriam sua condição de credibilidade analítica e afugentariam uma concepção neutra e objetiva de seus escritos. Desse modo, esses séculos instauraram um conjunto de condicionantes subjetivos e materiais que pudessem lhes servir de aporte teórico e interpretativo.

O autor, entretanto, segue caminho diferente. Julga relevante considerar a própria tradição letrada em vigência no período em questão como determinante para o exame dos procedimentos previstos e aplicados para esse período. O autor, então, repassa os procedimentos do gênero retórico no qual um objeto particular se efetua, a fim de localizar os modos discursivos disponíveis naquela tradição e que teriam tido eficácia de persuasão variável em função de sua aplicação às circunstâncias de pessoa, tempo, modo e lugar.

Isso quer dizer, por exemplo, que o que se tem chamado genericamente de “poema” não se reconhece, numa perspectiva de tradição clássica, como “poema” – termo cômodo pela totalização de objetos de tradições letradas muito distintas e, muitas vezes, impossíveis de justapor ou englobar, mas digamos como *soneto*, como *madrigal*, como *romance pastoril*, como *epístola satírica*, formas poéticas precisas, com teoria, história e efeitos particulares. (p.12)

Isto não quer dizer, segundo o autor, que o gênero tenha de ser puro, mas, sim, mesclado por formas “mistas” e nem que paráfrases dos manuais de retórica (as preceptivas) dêem conta dos sentidos específicos dos objetos. O que é fundamental é o reconhecimento, nos objetos literários, do estatuto de signo, figura ou convenção que se define no interior de um gênero particular submetido a

nuances particulares em função das diferentes épocas e lugares em que são produzidos.

Desse modo, os textos poderão ser interpretados à luz dessas preceptivas retóricas, e não somente em referência a uma subjetividade particular ou a um grupo social. O sujeito é retórico e não um sujeito individualizado. A decisão pela segunda via, diz o autor, pode ser tomada, julgada interessante e historicamente explicável, mas não terá sido natural, única, e óbvia. Poderá até recusar toda e qualquer análise que dispense o emprego desse comando retórico que se afirma como o emprego persuasivo da convenção específica que baliza a criação letrada em suas formas definidas tradicionalmente e supõe uma semântica do objeto literário que não é 'reflexo' de referentes externos, nem 'representação de conteúdos', seres ou substâncias, mas sim "operação particular de recursos de gênero historicamente disponíveis, capazes de produzir certos efeitos de reflexo e representação, sejam de conteúdos, seres ou substâncias."(p.13).

Com relação ao real, essa abordagem permitirá que não se leve em conta a realidade suposta como objetiva, nem aquela tomada em seu caráter puramente subjetivo ou ideológico. A realidade está entranhada nos enunciados persuasivos, utilizados como tais, em comum acordo, pelas pessoas. Essa crença compartilhada de os objetos literários estarem provocando efeitos persuasivos pode ser considerada uma ilusão compartilhada, e o 'real' pode ser esta ilusão compartilhada de seus efeitos persuasivos.

Outro elemento importante assinalado pelo autor é o de que o 'contexto' deve ser retirado de seu estatuto não criado ou não convencional – deve-se recusar a exterioridade do 'fato'- e passar a considerá-lo como "incólume à suspeita de invenção ou ficção, mesmo desconsiderada qualquer vontade deliberada de falsificação".(p.14)

Pécora comenta que, se o sentido de real na literatura está relacionado aos efeitos de sentido do texto ou ao 'valor de uso' da 'realidade' que ela produz, o 'ambiente não literário' não identifica uma verdade objetiva, diversa daquela que foi produzida por meio de efeitos de sentido relacionados a aplicação de convenções e práticas.

O ambiente não literário, assim, não deverá ser considerado senão como peça de um outro gênero de argumentação em busca de acordos sobre o que deve ser julgado como 'o real'. Uma ata de Câmara ou um despacho burocrático, nesse caso, não têm em relação ao texto de 'ficção' senão uma diferença de *gênero* retórico – com toda a distância que isto implique, isto é, com a grandeza muito diversa de seus recursos de linguagem, suas matrizes letradas, suas estratégias de avaliação de mérito, seus âmbitos institucionais de vigência ou condições de performance.”(p.14)

Nesse sentido, documentos de chancelaria, decretos institucionais, sermões ou sátiras, diferem na forma de utilização de recursos, nas tópicas da invenção, nas figuras da elocução, nas partes da disposição, mas não no seu estatuto de constructo, de artifício regulado por um conjunto convencional de leis ou práticas.

O real a que todos os tipos de textos se submetem será aquele que parece verossímil e válido para a comunidade ou 'auditório universal' pressuposto. Portanto, a realidade é apenas o nome que se dá aos efeitos complexos, mas de validade datada das criações. Pécora sustenta que a realidade de que se pode falar é aquela composta junto dos que falam dela, como verossímil, “mais durável ou perecível, a cada vez, segundo o conjunto de provas de que se dispõe e que se divulga, com mais ou menos consistência argumentativa, a distintos auditórios” (p. 15)

Ainda, segundo Pécora, é necessário, entretanto, que sejam acrescidas a esses elementos uma boa porção de historicismo, as marcas temporais dos efeitos provocados, visto que estes não são permanentes, não funcionam do mesmo modo em outro qualquer período histórico, nem do ponto de vista qualitativo, na medida que a variedade dos recursos utilizados, a intensidade do impacto afetivo produzido e a posição relativa no conjunto dos empregos de mesmo gênero variam.

Concluindo: a máquina de gêneros parece, então, responder a uma situação presente da história, em que a linguagem não carregue a idéia de ser

representações sucessivas de etapas historicamente mais completas e plenas de um sujeito cada vez mais capaz de reconhecer a si mesmo. Levará em conta, sim, que a leitura de textos literários não deve ser feita como documentação de conteúdo da realidade, nem como conteúdo puramente histórico. A máquina de gêneros opera em terreno irregular e vario e, como ato de criação, é também efeito criado, “de tal modo que seu aspecto mais ‘formal’ e ‘interno’ é também o mais ‘público e o mais ‘datado’”.(p.16)

As produções literárias, segundo essa perspectiva, são subsidiadas por um modelo de comportamento dado pela Retórica, o que nos leva a considerar a literatura, antes de mais nada, gênero. O sujeito individualizado não existe; antes o que se tem é um sujeito retórico – cujo trabalho intelectual nada mais é do que uma entrada nos gêneros. As práticas discursivas seriam, assim, práticas de natureza retórica, sendo que a questão da subjetividade seria orientada pelas últimas.

O objeto, nessa perspectiva, diz Pécora, passa a ser analisado em função de um duplo ajuste: de um lado, um ajuste histórico que faz o levantamento do conjunto de hábitos nos quais ele se realiza e, de outro, o ajuste convencional que procura o domínio do vocabulário familiar a ele, prescrito pelas teorias de época e pela tradição de gênero retórico-poético no qual está inscrito.

As análises críticas desses objetos, em vez de produzirem ‘verdadeiros’ ou ‘primeiros’ sentidos, produzem ‘verossímeis’ deles, aquilo que poderia ser chamado de descrições alternativas e contingenciais, estabelecidas por meio de uma boa adequação entre os dados de época e os argumentos mais convincentes a respeito deles, nos debates contemporâneos.

Desse modo, percebe-se que os autores analisados falam de “diferentes lugares” a respeito do que consideram ser a história e seu objeto. Em função do enfoque que privilegiam, vêem-se desenhados projetos de análise distintos sobre este tipo de discurso e seu objeto, o que, em alguns momentos, os aproximam e em outros, os distanciam. Ainda: consideram a questão da subjetividade também

sob perspectivas muito próprias, em função do horizonte teórico-filosófico no qual se inserem.

Mattoso, contemporâneo de Veyne, enxerga a História como a possibilidade de se chegar a uma ordem possível no mundo, cabendo ao historiador, por meio de sua percepção, descobrir os fios condutores dessa realidade. Assim, ao contrário dos textos literários, que evocam a desorientação do sujeito diante da complexidade e contradição desta realidade, os textos históricos destinam-se a propor um discurso não-arbitrário, em conteúdo e forma, promovendo uma relação necessária entre ele e seu objeto. Nesse sentido, para Mattoso, a história deve ser elevada à condição de ciência, visto que trabalha com métodos e modelos, que lhes permite levantar hipóteses explicativas a respeito de fatos históricos, através de processos de classificação dos dados instalados sobre a base empírica de levantamento deste material. O método orientador deste trabalho, portanto, é duplamente construído: deve contar com a imaginação e perspicácia do historiador na leitura de indícios mudos, na forma de interpretar aquilo que não está sendo dito explicitamente nos documentos, e com a natureza científica, lógica, racional de seu pensamento, quando exige máxima coerência das soluções detectáveis nos esquemas interpretativos.

A questão da subjetividade, em Mattoso, parece vital à sua concepção de história. Para ele, não há como separar a história do sujeito que a escreveu – a escrita da história é pessoal – sob pena de se descaracterizar o projeto de expor a complexidade da realidade, e assim de negar os diversos discursos decorrentes dessa condição. Apesar disso, entretanto, dessa sua firme intenção de deixar que se aflore a intuição na seleção e interpretação dos materiais com os quais trabalha o historiador, o que, em última instância, significa não abrir mão da irreparável subjetividade imbuída nesse tipo de processo, o autor defende também firmemente a necessidade de a História usar sistematicamente, como tem sido feito desde a época positivista, o estatuto de ciência, com uma metodologia crescentemente rigorosa no que se refere aos procedimentos de seleção, classificação e problematização dos dados que recolhe e busca interpretar.

A posição de Foucault sobre essas questões pode ser considerada um interessante contraponto a de Mattoso, na medida em que o primeiro nega, sem hesitação, ao contrário do segundo, a inclusão da história no campo das ciências humanas, baseando-se no argumento de que os métodos da história são tomados de empréstimo de outras disciplinas, como os da biologia, da economia e da lingüística. Neles, Foucault reconhece haver uma positividade científica em estabelecer a pertinência das relações causais ou constantes de caráter estrutural, o que não ocorre nas ciências humanas, visto que constata nelas a impossibilidade de adotarem os mesmos processos dedutivos e lineares das proposições verificadas nas ciências matemáticas e físicas, dado o caráter descontínuo dos elementos que compõem as relações históricas – não lhe permitindo ultrapassar os domínios da representação dessas relações.

Desse modo, Foucault vê a história como ruptura e descontinuidade, sem lugar para um projeto divino ou humano. Não concebe o sujeito como instância fundadora da linguagem, mas como uma função vazia, um espaço a ser preenchido por diferentes indivíduos, que o atravessam de modo disperso e que refletem a descontinuidade dos planos de onde diferentes sujeitos falam do interior do discurso.

Essa forma de conceber a história, própria da concepção pós-moderna, identifica no acontecimento histórico a marca da heterogeneidade, da dispersão de forças que se acham presentes no momento de irrupção do acontecimento. A subjetividade aqui inscrita irrompe na sua visão de *fato* – definido como algo que sobressai na ilusória homogeneidade do real. Segundo Foucault, o historiador deveria se concentrar no exame das práticas resultantes das transformações históricas da realidade, ao invés de estudar os objetos que a reificam aos seus olhos. Uma das formas de se realizar tal tarefa consistiria em observar os discursos que constituíram essas práticas, vendo neles, a manifestação daquilo que não foi dito, dos silêncios, das reticências, dos preconceitos.

Vê-se assim que tanto Foucault quanto Veyne, mesmo que por vias distintas, concordam no que se refere à suposta cientificidade da história.

Foucault, pelas razões já citadas. Veyne, pelo fato de defender a noção de intriga no processo histórico como fundamental. Ao considerá-la como uma mistura muito humana e pouco científica de causas materiais, de fins e de acasos que o historiador procura recortar segundo sua perspectiva, Veyne atribui à história um lugar e à ciência, outro.

Pode-se, então, justificar a importância que o autor dá à teoria foucaultiana. Apesar de suas diferenças em relação à forma como concebem a questão da subjetividade, já que para Veyne o sujeito é o sujeito livre, carregado de subjetividade e para Foucault o sujeito é uma função vazia, pronta a ser preenchida por diferentes indivíduos que o ocuparão por meio de uma prática e de um discurso, ambos convergem para uma visão de história bastante próxima.

Para Foucault, tudo é histórico, o que coloca como ponto nodal de suas teorias a eliminação dos últimos objetos não-historicizados. No texto de Veyne sobre Foucault há uma passagem exemplar que diz que cada prática depende de todas as outras, nada é inerte, indeterminado, e inexplicável. (...) “em resumo, em certa época, o conjunto das práticas engendra, sobre tal ponto material, um rosto histórico singular em que acreditamos reconhecer o que chamamos, com uma palavra vaga, ciência, história ou ainda religião, em uma outra época, será um rosto particular muito diferente que se formará no mesmo ponto, e inversamente, sobre um novo ponto, se formará um rosto vagamente semelhante ao precedente”(p.268). Veyne, por sua vez, postula, em sua teoria, que tudo é histórico, e portanto, a história não existe. O historiador, desse modo, não deve se interessar pela singularidade dos acontecimentos individuais, mas por sua especificidade. A essa abordagem, poder-se-ia acoplar aquela das práticas de Foucault, visto que em ambas, o substrato presente é o de assumir-se o significado do fato histórico, sua especificidade no interior de sua organização natural, em relação uns com os outros, nunca isoladamente, ou seja, o que lhe é específico é aquilo que lhe foi engendrado por uma prática determinada.

Deste modo, o sentido do discurso da história que Veyne defende se aproxima daquela de Foucault, mas difere diametralmente da de Mattoso. Parece-

me então necessário trazer para o círculo da discussão o pensamento de Burke que, apesar de ter se formulado como resposta à concepção tradicional de história, e ser representativo daquilo que hoje se chama de a nova história, a história total ou a história estrutural, basicamente se estrutura tendo como eixo um conjunto de pressupostos à prática historiográfica que o autor considera fundamental ao estudo dos processos relativos à ação humana, e a fim de realizá-lo, encaminha um posicionamento de síntese de formas distintas de fazer história, conciliando-as.

Burke considera a possibilidade de integrar a narrativa e a análise e relacionar os acontecimentos locais às mudanças estruturais da sociedade. A rejeição da história dos acontecimentos em prol da análise das estruturas, assumida inicialmente pela chamada Escola dos Annales, vem sendo progressivamente, segundo o autor, substituída pela utilização dos dois termos como extremos de um mesmo fio condutor, podendo o historiador ser alguém que se posicionasse no meio deste fio. Desde os anos 60, segundo o autor, já vem havendo um debate a respeito da construção desse centro. As experiências literárias, nesse caso, parecem servir como modelo de inspiração aos historiadores que buscam encontrar um modo não de contar o que de fato ocorreu, mas de representá-lo de um ponto de vista particular, uma espécie de técnica ficcional para suas obras factuais.

As idéias de perspectiva, ponto de vista, conflito e multiplicidade presentes no projeto historiográfico que se desenvolve nos dias de hoje estão também presentes no trabalho de Ginzburg e constituem-se em universo permanente de discussão. Ginzburg ressalta particularmente a relação entre história, memória e esquecimento, tomando como referência o olhar do Outro, confrontado no tempo com outras culturas e povos, em um movimento de contraste – necessário à construção de uma relação de estranhamento e distância necessários a que os limites entre realidade e ficção não se esgarcem mais do que já estão.

Ginzburg propõe, portanto, uma “história tecida de diferenças”. Em um momento em que essas diferenças parecem se desvanecer, seu trabalho assume uma importância fundamental na constituição de um fazer da história que resgate

uma concepção de memória diferente daquela tomada pela pós-modernidade relativista, iniciando uma nova linha de argumentação que relacione verdade e perspectiva de uma maneira menos simplista, menos convergente.

A discussão sobre a subjetividade do historiador, presente na controvérsia que se sucedeu entre os pesquisadores, sobre sua neutralidade versus seu envolvimento nos fatos que narra, sustenta o autor, deve ultrapassar os limites alcançados (relação história-memória) e se estender ao estudo da relação entre história e outros fatores, como por exemplo, ao estudo do componente das metáforas utilizadas no discurso histórico e que precisam ser bem interpretadas, ou mesmo dos ritos nos quais se fundavam certas tradições das instituições e dos costumes.

Ou seja, a partir da análise dos fundamentos com os quais trabalham os autores, podemos perceber a passagem de grau relativa à posição do sujeito do processo de historiar, ora situando-se este sujeito como caudatário de uma concepção que não o vê como totalmente livre, porque tem seu objeto engendrado por uma prática que determina o que ele deve enunciar e/ou silenciar a respeito deste objeto, ora não assumindo seu lugar de submetido às estruturas, porque seus enunciados revelam uma escolha consciente de certas estratégias discursivas, em um espaço de atividade, em alguns momentos muito próximas das utilizadas nos textos literários, para dar conta de sua tarefa.

Finalmente, tomo a leitura de Pécora como paradigma para um olhar crítico sobre o panorama que se procurou construir ao longo desse percurso de leituras. As reflexões iniciais sobre o tema selecionado, desde o momento de sua constituição, foram indicando haver um elemento residual que escapava à relação história e linguagem. Esse elemento foi localizado no fator argumentativo presente nesse tipo de discurso. Quando de sua primeira formulação, lancei a hipótese de que o discurso da história se constrói, entre outros, por procedimentos de natureza retórica, responsáveis pela seleção das significações mais conveniente ao seu

propósito de convencer e persuadir os interlocutores, seu auditório particular e universal.

O texto de Pécora, nesse sentido, de um lado, reforça a concepção inicial que sustentei nesta dissertação de que uma análise do discurso da história deveria ser um projeto que se assentasse sobre uma teoria da argumentação fundada no pressuposto de que nem sempre é o relato do verídico, mas o do verossímil o que o historiador realiza. De outro, alarga minha concepção inicial, na medida em que vê a crítica historiográfica, assim como a literária, capazes de produzir verossímeis dos objetos sobre os quais trabalha, muito mais do que originais deles, e indo até um ponto-limite – propor a dissolvência deles, com a finalidade de produzir-se outros objetos – estes agora interpretáveis à luz das preceptivas retóricas – e não mais em referência a uma subjetividade particular ou a um grupo social.

Dessa forma, penso que se poderia considerar o discurso histórico como um tipo particular de discurso, um gênero de discurso – uma espécie de construto, uma forma criada e regulada por um conjunto de práticas ou leis, pela sua habilidade persuasiva em empregar a tradição, historicamente determinada, de suas formas, de “seus recursos de gênero historicamente disponíveis”, segundo a terminologia do autor.

Outro aspecto crucial dessa abordagem do fenômeno é o da recusa da exterioridade do fato – e, nesse sentido, do levantamento do extra-lingüístico para dar conta do lingüístico. Antes, a recusa do contexto em seu estatuto criado ou não convencional, aponta, portando, para uma noção de real baseada naquilo que se torna verossímil e válido para a comunidade ou um certo auditório universal, num dado momento histórico, e que, sabe-se, pode significar o contrário em um outro.

Pécora sustenta ainda que a escolha ou decisão por uma segunda via de análise pode ser considerada na análise que se empreende sobre o objeto de análise. A utilização de chaves de interpretação outras que não as fornecidas pelo “comando retórico” poderiam dispensar a análise do emprego dos recursos

persuasivos das formas definidas pela sua entrada nos determinados gêneros, sem entretanto, negá-las terminantemente.

Parece-me que, atualizada por essa vertente, a relação que procurei re-estabelecer entre linguagem, história e argumentação projeta um espaço em que re-ocupam a cena novos indícios, vestígios, silêncios, os quais confirmam o quanto estamos nos movimentando em terreno irregular e complexo. A trajetória que esta nova introdução procurou seguir, por certo, abre espaço para novas indagações, muito mais do que apresenta fecho para elas. Por isso, devem ser consideradas bons pretextos para a manutenção ou a quebra dos paradigmas que balizam este tipo de discurso.

II. O TEMA

Fundamentalmente, duas são as preocupações que regem esta dissertação. A primeira diz respeito à tarefa de contribuir para a reflexão que se desenvolve sobre o tema do *discurso da história*. A segunda, mais restrita, limitar-se-á a levantar algumas hipóteses sobre o modo como se articulam estas reflexões no interior da linguagem, se projetadas a um campo específico de interesse: a crítica da Revolução de 30 (esta escolha justificar-se-á no item II). Para tanto, esse trabalho inicialmente concentra-se no exame de algumas formulações-chave com as quais esbarra toda e qualquer tentativa de abordagem deste fenômeno, visto o seu caráter fechado, rígido, e pretensamente homogêneo. Em seguida, vale-se de uma bibliografia inicial sobre o tema, com a finalidade exclusiva e sobretudo não exaustiva de seguir o percurso histórico e teórico que o tema suscita.

É uso consagrado e corrente por parte de muitos estudiosos do assunto a concepção de que a história não constitui um discurso, visto não ter um locutor e se estruturar fundamentalmente sobre a narrativa. Isto, a partir sobretudo do estudo de Benveniste em “As relações de tempo do verbo francês” em *Problemas de_Linguística Geral*, em que o autor opera um corte entre dois planos de enunciação, declarando-os diferentes: o da história e o do discurso, sendo que ao 2º corresponderiam “todos os gêneros nos quais alguém se dirige a alguém, se

enuncia como locutor e organiza aquilo que diz na categoria de pessoa” e ao 1º “a narrativa dos fatos sobrevivendo a um certo momento do tempo, sem nenhuma intervenção do locutor na narrativa”(p.267). Para o autor, ainda nesta perspectiva, o historiador jamais se utiliza da categoria de pessoa, do jogo eu/tu, enquanto que na instância discursiva é fundamental e decisiva a relação de intersubjetividade que estabelecem o *eu* e o *tu* do enunciado, da situação, e dos indicadores de tempo e lugar aí envolvidos¹. Ora, essa concepção gera uma atitude de desconforto para o lingüista que se interessa sobre o tema e que procura encontrar aí um campo de especulações de natureza pragmática e teórica.

Entretanto, à primeira vista, tal concepção é inteiramente plausível, visto que esse tipo de realização garantiria:

1. um caráter impessoal por parte do emissor (autor) com a isenção de qualquer traço de subjetividade.
2. uma estrutura não marcada em termos de argumentação, já que argumentar implica um sujeito “dizendo alguma coisa e agindo sobre alguém”.
3. um cunho puramente informativo de relato de fatos, asséptico e neutro, em que o fato parece falar por si só.
4. uma pretensão à objetividade, credibilidade e máxima coerência na análise dos fatos.
5. um desenvolvimento linear dos fatos, preferivelmente inseridos na ordem do passado, e que marcadamente assumem a forma de realidade acabadas, estanques e não relacionais.

Entretanto, um olhar mais atento para esse domínio revela muito mais do que se pretendeu veicular com colocações desse tipo, ou seja, na base dessas

¹ A crítica posterior efetuada a essa concepção de Benveniste foi baseada na asserção de que, mesmo os discursos que utilizam formas impessoais e indeterminadas, como o discurso científico ou o discurso da história, revelam uma enunciação que mascara um sujeito, visto que o próprio autor já a havia declarado como ato de apropriação da língua, por alguém que realiza tal ato.

assertivas encontram-se algumas questões e mesmo alguns pressupostos, que se discutidas, por certo permitirão um reposicionamento de problemas e uma tentativa de lançar luz sobre o fenômeno. A primeira delas refere-se essencialmente às implicações que o corte de Benveniste operou no que diz respeito aos dois planos enunciativos: o do discurso e o da história.

Este, sem dúvida, acabou por sacramentar a exclusão de qualquer relação intersubjetiva no discurso histórico e consequentemente qualquer possibilidade deste último vir a refletir o processo discursivo, ou mesmo vir a se constituir enquanto discurso. H. Osakabe em *Argumentação e Discurso Político*, discute essa questão. Diz ele de Benveniste: “O seu conceito de discurso parece restringir-se, portanto, àquelas manifestações verbais onde efetivamente se realizam as relações de pessoa (tal como ele mesmo conceitua) e onde, portanto, se dariam de modo explícito as relações de intersubjetividade pelo jogo estabelecido entre *eu* e *tu*. O enunciado que, segundo o autor, se restringe à língua escrita realiza um tipo diferente de manifestação verbal à medida que o locutor aí se oculta sob uma impessoalidade e à medida que seu enunciado não o revela enquanto envolvido pela própria trama estruturada. Observe-se, no entanto, que se trata de um processo que oculta o processo discursivo, mas não o nega; trata-se de um problema de relevância maior ou menor dos fatores situacionais, mas não da negação de sua base. Na enunciação histórica o locutor deixa de ser *eu* para ser *historiador* (o grifo é nosso) e, enquanto tal, produz seu enunciado e assume um papel que o aliena de sua própria identidade existencial. A enunciação histórica vista, portanto, sob o ângulo de sua produção não deixa de ser um discurso, mas um discurso que, dada a nova identidade do locutor, instaurada no interior de um novo espaço, oculta as condições situacionais em que foi produzido, e, assim, prescinde do apelo a essa situação para ser compreendido. Sua semanticidade está garantida pela sua própria estruturação”. (p.20).

Essa concepção, se resgata a possibilidade da história vir a se constituir enquanto discurso, de outro, abre a discussão acerca da questão de reconhecimento do processo discursivo aí escamoteado. Como proceder a esse

reconhecimento? O que supor depois de havê-lo reconhecido e detectado? As marcas desse ocultamento, se recuperadas, não são indícios seguros de que estamos nos movendo dentro dos mesmos limites propostos por qualquer outro tipo de discurso em que a relação intersubjetiva esteja mais claramente formalizada? O fato de essa relação não destacar à primeira vista no discurso da história é razão para lhe negarmos a possibilidade de vir a se constituir enquanto jogo do eu/tu? Que procedimentos lingüísticos permitem que essa relação seja diluída no texto histórico, através da linguagem de que se serve o historiador? São estas as questões iniciais com as quais esse projeto de dissertação trabalhará, sem contudo ter a pretensão de exauri-las.²

Passemos agora a analisar mais detalhadamente a bibliografia inicial sugerida pela escolha do tema. O objetivo dessa análise é caracterizar esse tipo de discurso através de diferentes pontos de partida. Convergem para essa análise, entretanto, os fundamentos com os quais os autores trabalham mais do que sua tentativa de aplicação de métodos à análise do discurso da história.

Roland Barthes, no seu artigo "*El Discurso de la Historia*", Ed. N. Vision, B. Aires, 1970, levanta, investiga e sugere um resposta à seguinte questão: a narração dos fatos históricos difere realmente por algum traço específico da narração imaginária tal como se encontra na novela, na epopéia, no drama? Se esse traço específico existe, em que lugar do sistema discursivo situá-lo? Na *enunciação*, no *enunciado*, ou na *significação*? O desdobramento de cada um desses itens revela uma série de postulados interessantes, como se verá a seguir:

1. *Quanto à enunciação*: Barthes reconhece no discurso histórico dois tipos regulados de *embrayeurs* (este termo é equivalente ao que Jakobson chamou de *shifters* em *Essais de linguistique generale*, Ed. de Minuit, 1963, Paris, cap. IX, para designar as unidades do código que remetem obrigatoriamente à

² Poderiam convergir ainda para essa discussão a teoria polifônica de Bakhtin (1929), a de Ducrot (1984), além da Heterogeneidade constitutiva da língua e do discurso e do interdiscurso de Authier-Revuz (1982), por contestarem a tese de unicidade do sujeito falante e defenderem uma noção de sujeito descentrado, cindido, dividido, em suma, disperso e atravessado por outras vozes em seu discurso.

mensagem) que atuam como mediadores na passagem do enunciado à enunciação. O primeiro tipo denomina-se *embrayeurs de escuta*. Referem-se à forma que tem o historiador de “escutar” o fato histórico, através do recurso à fontes e testemunho do informante. Esses tipos de *embrayeurs* são muito comuns em historiadores-etnólogos como Heródoto, em conversações, e em certos artifícios de novela, e mais raros no discurso histórico. O uso de certas expressões entre vírgulas como *segundo se sabe*, ou *pelo que soubemos*, ou mesmo em que a indicação do tempo presente do historiador intervém com certa frequência, atestam o recurso a esse tipo de *embrayeur*. O segundo tipo cobre todos os signos por meio dos quais o historiador atribui a seu discurso referências explícitas, seja organizando-o, seja retomando-o e modificando-o. São chamados “organizadores do discurso” e indicam o movimento que o discurso executa com relação à sua matéria, com relação ao fluxo da enunciação. São representativos dessa espécie de *embrayeurs* os *deíticos* temporais ou *locativos*:

2. Em seguida, Barthes aponta para o problema que nasce da coexistência dos tempos: o da enunciação e o da matéria enunciada. Esta coexistência aponta para fatos de discurso bastante interessantes no que diz respeito a:
 - a) a aceleração da história - à medida em que o fato se aproxima do tempo do historiador, a pressão da enunciação aumenta e a história diminui sua marcha: - há a isocronia - questiona-se a linearidade do discurso e aparece aí um “pragmatismo” possível da fala histórica.
 - b) ao aprofundamento do tempo histórico - o discurso quando confrontado com o tempo histórico aprofunda-o - é o que poderia chamar-se história em zig-zag ou “em dente de serra”.
 - c) ao papel destruidor dos *shifters* de organização com relação ao tempo cronológico da história - trata-se das inaugurações do discurso histórico, lugares onde se unem o começo de matéria enunciada e o exórdio da enunciação.

O discurso da história possui duas formas de inaugurações:

- a) abertura performativa - que tem a palavra como o ato solene de fundação.
- b) o prefácio - ato caracterizado da enunciação, seja ela prospectiva, ou retrospectiva.

Desse modo, Barthes conclui colocando que os *shifters organizadores* têm por finalidade não tanto dar à história a possibilidade de expressar sua subjetividade, como “complicar” o tempo cronológico da história confrontando-a a outro tempo que é aquele do discurso mesmo (o tempo papel). Dessa forma, os *shifters* de organização apontam para a função preditiva do historiador, pois este, tal como o agente do mito, tem que fazer referência tanto ao andamento cronológico dos fatos relatados como ao tempo específico de sua palavra.

Estes *shifters* se referem especificamente ao processo da enunciação. Há outros, entretanto, que se referem aos protagonistas do discurso, a saber: o destinatário e o enunciante. Geralmente, no discurso histórico, os signos de recepção são quase inexistentes, contrariamente aos signos do enunciante. A fim de detectá-los, basta agrupar todos os fragmentos do discurso em que o historiador, sujeito vazio da enunciação, se vai estruturando através da atribuição de predicados, como uma pessoa provida de plenitude psicológica ou mais ainda de uma “capacidade”. Este preenchimento realiza-se na medida em que ocorre o preenchimento de signos que remetam ao emissor da mensagem histórica. Caso contrário, parece que a “história se auto-relata”. *O emissor (historiador) neste discurso histórico objetivo anula sua pessoa passional e a substitui por outra: a pessoa objetiva*. É esta última que subsiste, produzindo o que Fustel de Coulanges chama de “a castidade da história”. Esta *objetividade* ou carência de signos do enunciatador, se vista sob a perspectiva do discurso, aparece como produto daquilo que se poderia designar como *ilusão referencial*, visto que o historiador acredita que deva falar somente do *referente*.

Barthes menciona ainda o caso particular em que o enunciante do discurso é também participante do processo enunciado. A relação é a seguinte: o

historiador é *ator* e se transforma em *narrador*. Neste caso, a eleição do pronome pessoal não é outra coisa a não ser uma “astúcia” retórica e a situação verdadeira do enunciante se manifesta na eleição dos sintagmas com que envolve seus atos passados.

3. *Quanto ao enunciado*: Barthes constata, nesse nível, algumas máximas no que se refere ao texto histórico. São elas:

- a) o enunciado histórico compreende “existentes” e “ocorrentes”: seres, entidades e seus predicados.
- b) os processos históricos colocam um problema - o de seu estatuto: Este pode ser afirmativo, negativo, interrogativo. *O estatuto do discurso histórico é sempre de natureza assertiva, verificativa, o que nos leva a considerar que o discurso histórico não conhece a negação (quando isto ocorre é de forma marginal)*. Este fato obriga o historiador a:
 - uma censura radical da enunciação
 - um contínuo deslocamento de enunciante para o enunciado ou mesmo para o referente
- c) as classes de unidades de conteúdo do enunciado histórico são as mesmas que se descobre no relato da ficção. A primeira é “aquela que cobre todos os segmentos do discurso que remetem a um significado implícito, segundo um processo metafórico. É a classe por excelência dos índices ou signos”. A segunda “está constituída pelos fragmentos do discurso de natureza racional, silogística ou entimemática posto que se trata quase sempre de silogismos imperfeitos e aproximativos” (p.45). A terceira denomina-se “funções” de relato, estão agrupadas sintagmaticamente em séries fechadas, logicamente saturadas ou sequenciais.

Concluindo: toda vez que, no discurso histórico, predominam as unidades indiciais, a história aproxima-se a uma forma simbólica, metafórica e lírica. Quando, ao contrário, dominam as unidades funcionais, a história adota uma forma metonímica, aparentando-se com a epopéia. E finalmente, quando o

discurso tenta reproduzir a estrutura seletiva dos protagonistas do processo relatado, temos uma história reflexiva, ou história estratégica.

4. *Quanto à significação*: segundo Barthes “no discurso histórico, os fatos relatados funcionam irresistivelmente, seja como índices, seja como núcleos cuja seqüência possui um valor indicial; ainda quando os fatos estiverem apresentados anarquicamente, significariam pelo menos a anarquia e remeteriam a uma certa idéia negativa da história humana”. (p.47).

Investigando os níveis do significado do discurso da história (que se resumem a dois: aquele imanente à matéria enunciada em que são retidos os sentidos que o historiador dá voluntariamente aos fatos que relata, e o nível do significado que transcende o discurso histórico transmitido pela temática do historiador), Barthes enfatiza a idéia de que no “discurso histórico de nossa civilização o processo de significação tende sempre a preencher o sentido da história. Assim sendo, *o historiador é aquele que reúne mais significantes do que fatos, relatando-os a fim de estabelecer um sentido positivo e preencher o vazio da série pura*” (p.48). Deduz daí, ser o discurso da história fundamentalmente elaboração ideológica ou imaginária, sendo aqui o imaginário concebido como a forma que a linguagem assume, de modo a que o enunciante de um discurso preencha o tema da enunciação.

Finalmente, o autor passa a analisar a questão do lugar que ocupa o real na estrutura discursiva. A fim de clarear melhor essa questão, o autor propõe ao discurso da história uma redução: em um primeiro momento, o referente está separado do discurso, volta-se exteriormente sobre ele, regulando-o. Em um segundo momento, o significado é que é deslocado, confundido com o referente. Este último entra em contato direto com o significante. O discurso proveniente desses movimentos, imbuído da tarefa de expressar o real, acaba por eliminar o significado. Assim, como todo discurso com pretensão realista, o discurso da história crê possível somente um esquema semântico com dois termos: - o referente e o significante. O significado eliminado produz um espaço imediatamente preenchido por um novo sentido e é ele que define

especificamente o traço característico do discurso histórico. É o real em si mesmo transformado subrepticiamente em significado.

Explica-se, assim, o desaparecimento da narração na ciência histórica atual pela maior ênfase dada à estrutura, em contraponto às cronologias e, ao mesmo tempo, percebe-se que essa transformação é fundamentalmente de natureza ideológica. “A narração histórica morre porque o signo da história é a partir daí visto não mais como real, mas como o inteligível.” (p.50), conclui Barthes.

Outro ponto de partida é o que apresenta Regine Robin em *História e Lingüística* (1973). Nele, a autora discute alguns aspectos que a relação entre essas duas disciplinas estabelece e que permanece fonte de equívocos. O que se procurará aqui é orientar a discussão que a autora trava, tendo-se entretanto, o cuidado de permanecer nos limites que o tema sugere. Neste sentido, mais do que acompanhar exaustivamente os passos seguidos pela autora, pretende-se sumarizar as questões principais que apontam nessa direção.

A base da preocupação de Robin centraliza-se essencialmente sobre duas tentativas: incitar à reflexão acerca dos limites impostos a essas duas disciplinas e reformular algumas posições que o historiador assume na sua tarefa de análise de textos históricos. É consenso admitir-se que o historiador não pode desprezar os meios oferecidos pela lingüística no que se refere a essa tarefa. Entretanto, cumpre ampliar essa visão extremamente instrumental da linguagem de forma a não cair numa concepção redutora dos problemas da linguagem. Em parte, essa visão parcial que a lingüística vem oferecendo aos estudiosos de outras áreas resulta daquilo que se poderia chamar de “triumfalismo estruturalista” tão em voga na década de 60 e ainda hoje em dia, através da divulgação dos métodos de análise sêmica e do método estrutural de Harris. Nesse sentido, a lingüística não se constitui em um processo de descoberta para o historiador. O que este pedia ao lingüista era simplesmente um protocolo de métodos que lhe permitisse organizar de maneira racional o dado bruto do texto, de modo a

regularizar, normalizar e formalizar o seu texto. A esse pedido, a Lingüística obedeceria rigorosamente.

Entretanto, se tais abordagens eram e ainda continuam sendo fecundas, por outro lado, evitavam tocar no problema do discurso, da enunciação, das práticas sociais envolvidas nesses processos discursivos. Com o aparecimento de uma lingüística do discurso, novos horizontes surgem e ao historiador cumpre-se inteirar deles. Os trabalhos de Ducrot concernentes aos pressupostos, aos subentendidos e aos implícitos colocam balizas no sentido de:

- recolocar a distinção operada por Saussure entre língua e fala, com a condição de que esta distinção se liberte de um modelo individualista, centrado numa problemática do sujeito.
- obrigar a situar o estudo de funcionamento dos pressupostos não especificamente na língua, mas como base de uma teoria das formações discursivas.
- rever o estatuto que é conferido ao elemento conotação, ampliando-o e apontando nele os traços produtores do signo mítico ou ideológico. Diz Robin: "A conotação faz apelo ao código cultural e ideológico de um país ou de uma classe, de um grupo, pode ser uma das balizas mais aventurosas e menos formalizadas, mas certamente a mais frutuosa possível de uma Lingüística do Discurso". (p.34).

A partir do capítulo 2, a autora refaz o caminho traçado pelas principais abordagens que justificadamente tentam desembaraçar a lingüística dos impasses que a ausência de uma teoria de articulação produz. A primeira solução consistiria em integrar a lingüística ou uma região dela à sociologia ou à história. Se de um lado, tal procedimento, de imediato, contribui para a articulação do nível discursivo sobre o conjunto da formação social, por outro, conduz ao primeiro impasse teórico fundamental no que diz respeito ao reconhecimento de um objeto próprio e particular às duas disciplinas. O nível discursivo é apagado, fundido no objeto da história social, e a lexicologia é reduzida a uma sociologia. Assim, afirma a autora:

“Não são as palavras que revelarão a verdadeira estrutura social, mas sim, com a ajuda de conceitos articulados, o estudo das relações de exploração ou dos modos de produção dessa formação social”(p.42). Dessa forma esta assimilação coloca obstáculos epistemológicos para o objeto da história social e para o estudo das formações discursivas.

No mesmo caminho seguem as tentativas de fixar a palavra como índice de comportamento político e quantitativo e, finalmente, de considerar a análise interna como a única capaz de salvaguardar os mecanismos enunciativos de uma “contaminação ideológica”, através do uso de elementos extra lingüísticos, geralmente emprestados ao materialismo histórico.

Todas essas abordagens possuem um mérito incontestável, mas não recobrem o espaço que uma teoria de articulação da prática discursiva com o conjunto da formação requereria. Na realidade, constata Robin: tal teoria inexiste.

É em busca desse lugar que a autora centraliza sua proposta, inicialmente analisando (cap. 4) as insuficiências da lingüística do discurso, como por exemplo em relação à enunciação, pensada ora em termos de processo, ora em termos de marca. Outras dificuldades: onde começa, onde acaba a enunciação? Quem é este sujeito falante? O que parece ocorrer é que “se a enunciação rompe com o positivismo da lingüística na língua, ela o reconstitui ao nível da maneira pela qual estabelece o sujeito do discurso, sujeito cartesiano, sujeito psicológico”. (p.90).

Outra insuficiência apontada pela autora é relativa à questão de as análises não conseguirem na prática, fugir da análise interna. Robin comenta: “Além disso, mesmo se a lingüística do discurso postula a reintrodução do contexto institucional e situacional, muito freqüentemente as análises permanecem no quadro do estruturalismo, da análise interna. Elas têm dificuldade em mudar de terreno, e levar em conta, no sentido rigoroso, o extra lingüístico”. (p.90).

A questão central em cujo universo Robin se move, acaba sendo esta: uma análise do discurso poderá permanecer intralingüística? A questão até então

complexa parece se clarear, à luz de alguns conceitos foucaultianos que a autora recupera a saber:

- o privilégio que as formações discursivas detêm sobre as condições de produção do discurso.
- a explicitação das relações entre práticas discursivas e práticas não discursivas. Foucault, diz Robin, “sai do discurso para dar conta do discurso, muda de terreno e postula a não autonomia das práticas discursivas”. (p.95).

Este salto que se opera através de Foucault é simplesmente estratégico. Robin se utiliza dele, tendo consciência que Foucault em nenhum momento o privilegiou, visto ser seu objeto de interesse, outro que o discurso, entendido como tecido cronológico de fatos, “forma linear de acontecimentos”. O que interessa a Foucault são as condições que possibilitam que um discurso seja produzido num momento dado e interdito em outro. Tal abordagem, diz Robin, coloca o problema da emergência das práticas não discursivas no próprio discurso sem, no entanto, serem relações exteriores a ele. Estas estão no limite do discurso determinando o “feixe de relações que o discurso deve efetuar para poder tratá-las, nomeá-las, analisá-las, classificá-las, explicá-las”. (M. Foucault, *L’Archéologie du savoir*, Paris, 1969, p.64). Seguramente, pensa a autora, se Foucault avança substancialmente sob o caminho de um mundo menos cúmplice do conhecimento, na medida em que recusa a idéia de um jogo de significações prévias com as quais poderíamos decifrar o “sentido oculto” que o discurso necessariamente devesse possuir, estaca quando elide conceitos do materialismo histórico e da estrutura lingüística do discurso. Como recuperar então esse objeto discursivo? Robin aponta a saída:

- 1) recusando a idéia de uma lingüística como “panacéia” universal para todos os males do sentido.
- 2) refletindo sobre os conceitos do materialismo histórico.

- 3) efetivando a colocação do discurso como prática numa formação social, sem que o nível discursivo perca a sua relativa autonomia e não o confundindo com a ideologia que o governa.
- 4) elaborando uma teoria das ideologias e das formações discursivas que sustente as seguintes informações:
 - a) as ideologias não constituem elementos “neutros”, mas forças sociais das ideologias de classe.
 - b) as formações ideológicas governam as formações discursivas, sendo que estas são um componente daquelas.
 - c) as formações discursivas só podem ser entendidas em função das condições de produção, das instituições que as implicam, e das regras constitutivas do discurso.
 - d) as formações discursivas devem ser relacionadas com as posições dos agentes no campo das lutas sociais e ideológicas.
 - e) as palavras só são analisadas em função das combinações, das construções nas quais são empregadas. (p.116).

Dessa forma: Robin aproxima-se de uma conceituação um pouco mais elaborada da questão admitindo, entretanto, que falta à Lingüística uma Teoria do Discurso e uma Teoria marxista do lugar das práticas sociais que pudesse completar o quadro acima destacado. Se Robin não chega a resolver esse impasse, indica, porém o percurso a seguir, quando da recuperação que faz de alguns conceitos-chave do materialismo histórico no que se refere à explicitação do lugar das práticas discursivas numa formação social, a saber: do papel dos diversos modos de produção e da dominância de um deles numa formação social, determinado, em última instância pela economia, das relações sociais e suas formas de exploração, dos diversos elementos da superestrutura - as formas políticas da luta de classes e seus resultados - formas jurídicas, teorias políticas, jurídicas, filosóficas, religiosas, etc.

Todos esses elementos, quando considerados, fundamentam a prática discursiva como inserida numa região da ideologia, aqui concebida como materialidade específica, articulada sobre a materialidade econômica, sendo o discursivo apenas um dos aspectos materiais dos quais chamamos a materialidade ideológica. Desse modo, uma formação ideológica comportaria uma ou mais formações discursivas, que interligadas determinariam aquilo *que pode e deve ser dito*, a partir de uma posição dada dentro de uma conjuntura, ou de outro modo, dentro de uma certa relação de lugares, interior a um aparelho ideológico e inscrito dentro de uma relação de classes. Assim, se a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos - essa ligação não se realiza jamais “em geral”, mas sempre através de um conjunto complexo determinado de formações discursivas que, no interior desse conjunto, determinam, em cada fase histórica da luta de classes, um papel necessariamente inegável dentro da reprodução e da transformação das relações sociais.

Penso em concluir o que parece ser o eixo central da argumentação de Robin no que tange à explicitação do lugar que uma teoria marxista da linguagem deveria ocupar, com a reprodução de uma passagem exemplar à página 111: “Em outros termos, uma vez que o nosso objeto é a prática discursiva, dizemos que os discursos obedecem a uma complexa determinação socio-ideológica, na qual seria necessário colocar à parte a determinação textual, que deve ser pensada em campo cultural, retórico, procedimentos de forma de escritura, que são da alçada da manipulação consciente de um lado; e em conjunto de discursos já articulados, cristalizados, cujas condições de produção foram elididas, e que constituem os representantes textuais de fatos ideológicos, efeitos “involuntários”, no sentido em que Marx utiliza o termo no prefácio à Contribuição à Economia Política, de outro lado”.

Resta-nos analisar Paul Veyne em *Comment on écrit l'histoire* (1976). Começemos pela reconstituição da seguinte frase encontrada em seu intróito: “*L'histoire n'est pas une science et n'a pas beaucoup à attendre des sciences; elle*

n'explique pas et n'a pas de méthode; mieux encore, l'histoire dont on parle beaucoup depuis deux siècles, n'existe pas". (p.10).

Em função do caráter extremamente multifacetado, rico e revolucionário que tal afirmação possui e de ela ser ilustrativa da essência do pensamento veyniano, torna-se fundamental, na medida do possível, recolocar as questões principais que o levaram a fazer tal elocução. Mais ainda, atribuir um espaço para outras questões que chamem atenção sobre o tema proposto. É importante, porém, ressaltar no início desta análise, que deixo algumas das questões mais pertinentes para uma análise posterior, visto que se as tomasse agora, correria o risco de precipitar a discussão de questões relativas à II parte desta dissertação. Tenta-se, dessa forma, justificar o modo um tanto superficial com que se tratará certas questões nessa introdução.

O fio do condutor com o qual Veyne elabora a sua concepção de história se encontra claramente na primeira parte da exposição e consiste, especificamente, em inverter o processo que levaria a história a receber o estatuto de ciência. Com esse objetivo, Veyne faz algumas asserções no que concerne à constituição do objeto da história - qual é o objeto com o qual o historiador trabalha? É o acontecimento? Como Veyne opera esse conceito? Diz ele:

- 1) A história é relato de acontecimento - o vivido que sai das mãos do historiador não é aquele dos atores da história: o vivido é contraponto ao narrado.
- 2) A história é filha da memória - esta opera pela recuperação do "que ocorreu". O que o historiador "memoriza" entretanto, é aquilo que se destaca sobre um fundo de uniformidade, é a diferença. É com esse conceito de acontecimento que Veyne trabalha.
- 3) A história não tem por objeto "aquilo que jamais se verá duas vezes". O acontecimento pode ocorrer repetidamente ao longo da história, entretanto, o que lhe confere especificidade é que esta ocorrência é de forma diferente nos dois momentos, assumindo em cada um deles uma importância peculiar.

- 4) A história é incoerente, não lógica e lacunar - o historiador carrega de subjetividade a forma como tria os fatos, organiza-os e submete-os a um quadro de análise: a questão da subjetividade como que permeia toda a concepção Veyniana, apontando para a natureza lacunar da história e seu caráter não lógico.
- 5) Tudo é histórico e, portanto, a história não existe - se tudo que acontece é igualmente digno da história, como encerrá-la nos limites de uma disciplina? Como estabelecer que um fato é mais importante que outro? Segundo Veyne, a resposta é dupla: o historiador inicialmente não se interessa pela singularidade dos acontecimentos individuais, mas por sua especificidade. Em função disso, *o esforço do trabalho histórico é encontrar essa especificidade no interior de sua organização natural, descobrir que esses fatos não existem isoladamente, mas tem ligações objetivas muito marcadas e finalmente constatar que a verdade histórica não é nem relativa nem inacessível, acima de pontos de vista diferentes, como um geometral*. Antes, o que se retém é uma *intriga*, tomada aqui no sentido de *uma mistura muito humana e pouco científica de causas materiais, de fins e de acasos que o historiador procura recortar segundo sua perspectiva*. Assim a escolha que se procede do fato depende mais da noção de intriga do que de um determinismo paralisante.

Um acontecimento é dessa forma um recorte da realidade que o historiador executa livremente e onde agem e se misturam substâncias em interação, homens e coisas. Desse acontecimento, o historiador apreende unicamente algumas de suas faces e não sua totalidade. Assimilá-lo a um *geometral* é tão cômodo quanto perigoso.

Em vista destas formulações, a questão da necessidade de engendrar uma cientificidade à noção histórica de intriga parece vazia de sentido. Mais ainda: parece impossível. Para Veyne, o *doxa*, o *vivido*, o *sublunar* são uma coisa e a *ciência* é outra, e a história está do lado do *doxa*. Assim, em presença de um acontecimento, cabe ao historiador, ou explicá-lo como um fato concreto e íntegro, ou explicar alguns aspectos escolhidos desse fato cientificamente. Fazer as duas

coisas, ao mesmo tempo, torna-se impossível, já que a ciência não dá conta a não ser de uma ínfima parte do concreto, através da descoberta de leis das quais esses acontecimentos provém. A história parte, ao contrário, da intriga e tem a tarefa de fazê-la compreendida como um todo. Restaria ainda a alternativa de explicar a história à maneira dos marxistas, buscando descobrir o motor que a faz avançar em bloco, a chave do seu mecanismo. Para estes, o motor da história são as práticas econômicas de produção. Efetivamente, a história possui uma instância decisiva no que se refere à delimitação de uma certa categoria de causas cujos efeitos são mais efetivos que outras categorias: é a instância da economia. Resta saber se a atividade econômica comanda as outras atividades, explicando-as. Se tal fato fosse verdade, o marxismo teria razão e a história seria uma ciência. Entretanto, tal não ocorre. Na história não se pode classificar, de forma constante, causas ou categorias hierarquicamente, por grau de importância, visto que estas variam de um acontecimento para outro, segundo um jogo de circunstâncias envolvidas neles.

Dessa forma, para Veyne, falha-se na tentativa de elevar a história a um nível científico ou mesmo pré-científico. Ganha-se, porém, a possibilidade de conferir a ela o lugar que lhe é devido: a história como *sistema aberto*. É esse o núcleo do pensamento Veyniano e é dentro desse espaço que a subjetividade impera: aí tudo é acontecimento, tudo é devir, tudo é história.

A recuperação dessa pequena bibliografia inicial aponta fundamentalmente para a questão da multiplicidade de pontos de partida com que se pode pensar a questão do discurso da história. Tal multiplicidade se explica em função do foco com que se observa o fenômeno. Mais ainda, tais concepções parecem estar estritamente relacionadas com um interesse prévio do analista, no que se refere ao seu objeto de reflexão, o que gera momentos de aproximação interessantes em alguns momentos e de distância radical em outros. Assim, enquanto R. Robin reivindica a inserção de uma *Teoria Marxista* no quadro de uma Teoria do Discurso, P. Veyne, positivamente, afasta essa necessidade, visto que, para ele, é a questão da subjetividade que está em jogo na relação que o

historiador mantém com o discurso histórico. Para Barthes, por outro lado, a presença da enunciação no relato histórico através dos signos (shifters) de organização, tem a função não de expressar a “subjetividade” (no sentido dado à palavra por Veyne) desse tipo de discurso, mas a de entrecruzar dois tempos: aquele da enunciação (tempo - papel) e aquele da matéria enunciada (tempo cronológico). A evidência do entrecruzamento desses dois tempos autoriza o autor a pensar no tema proposto como algo mais do que relato objetivo de fatos, apesar do historiador, muitas vezes, ter a *ilusão referencial* do texto (expressão usada pelo autor para indicar sua ingenuidade, quando pensa estar debruçado unicamente sobre o referente).

É interessante observar que em todos os autores discutidos aqui, o processo do relato histórico invariavelmente passa pelo domínio do extralingüístico. A forma de circunscrição desse domínio e seus possíveis parâmetros de interpretação é que vão variar segundo as diferentes perspectivas destes.

Robin, quando incorpora os elementos do que se convencionou chamar o aparelho ideológico do Estado, converge para a linguagem toda a formulação marxista e a inscreve aí, *desmistificada* de suas “boas intenções” à neutralidade. Antes, vê nela a possibilidade de identificar a luta de classes, o social em conflito através das condições de produção em que o discurso da história se insere. A autora decisivamente propõe o *sair do texto para dar conta do texto*. Não converge para o mesmo procedimento Barthes, quando propõe uma outra forma de abordagem, a saber, a *busca do ideológico do texto na sua própria materialidade*, naquilo que ele mesmo denomina de “conteúdo ideológico das formas”. O movimento aqui não é o de sair para fora, mas o contrário. Barthes traz de fora os elementos da Semiologia, como ciência maior da qual a lingüística faria parte, e com o auxílio destes, procura dar conta do discursivo desse tipo de discurso. A utilização de conceitos como os de signo, referente, emissor, destinatário, significado, significante e seus deslocamentos conceituais são índices dessa postura.

Veyne, ao recusar o estatuto de ciência à história, rompe com os pressupostos que estão por trás das concepções dos outros autores. Desloca seu campo de análise para outro espaço: - o da mistura das causas materiais com a casualidade pouco científica de fins e objetivos, homens e coisas. Liberto do aprisionamento de categorias estanques, reivindica para o historiador a possibilidade de recorte da realidade, segundo sua própria perspectiva. Se de um lado, esse tipo de posicionamento poderia levar à corroboração da idéia de um texto histórico jamais impessoal e, por isso mesmo, sempre tendencioso, por outro, ao condenar a concepção de geometral, ou seja, de pretender que o historiador possa dar conta de todas as facetas do acontecimento histórico e não de algumas de suas partes, propõe uma visão, se não completa e ideal, pelo menos mais próxima da história como sistema aberto, não lógico, lacunar.

Ainda com relação à instituição do sujeito do processo discursivo variam fundamentalmente as concepções desses três autores. Para Robin, o sujeito do processo discursivo é o sujeito social-ideológico. Para Veyne, é o sujeito livre, carregado de subjetividade, e finalmente, Barthes trabalha com a noção de um sujeito inicialmente vazio da enunciação, e progressivamente preenchido pelos predicados psicológicos de uma pessoa provida de “capacidade” (expressão que o próprio autor usa em sentido figurado). Ainda segundo ele, mesmo quando o enunciante pensa anular sua pessoa passional, ele a substitui por outra, a pessoa objetiva. Há uma simples troca de papéis, mas o sujeito subsiste plenamente.

A contribuição que tais abordagens trazem ao fenômeno aqui analisado é inegável. Entretanto, o que se pergunta aqui é, se nos limites propostos por essas concepções, não escapam certos resíduos concernentes à relação entre linguagem e poder, linguagem e argumentação. Deixa-se de questionar explicitamente, por exemplo, se a linguagem aí envolvida não é representativa de um exercício de manipulação e persuasão por parte de quem a domina. O historiador, imbuído de um propósito de auto-exclusão do texto histórico, se vê livre do desejo e isento do poder? A idéia central sobre a qual discorre Betty Milan em *As Manhas do Poder* (1979), é a de que o poder opera pela redução, pela

artimanha, através da captura do sujeito, tomando-se submisso à figura que o encarna. Nesse sentido, no texto histórico, o historiador, apesar de se escamotear através da linguagem aparentemente neutra de que se utiliza, é na verdade o detentor de significações que o texto encerra, instaurando a sua própria significação, a que corresponde ao poder. Para isso, é necessário que aquele que detém a palavra, detenha também seus sentidos possíveis e instaure o que lhe convém. Mas ainda, o próprio ato de periodizar a história, recortá-la, dividi-la não é em si mesmo, um ato de poder? Em suma, há dentro da linguagem um conjunto infinito de estratégias que possibilitam que aquele que dela se utilize, a utilize como um exercício de dominação e manipulação.

Outra discussão que está na base das concepções apresentadas é sobre a natureza marcadamente finalista com que é vista a linguagem. Esta *deve*, necessariamente *servir a, ser instrumento de, ser veículo*. Nesse sentido, aquele que se serve da linguagem deve ter um fim, um objetivo preciso a alcançar. E qual é ele? Seguramente, o de veicular a *verdade*. A palavra passa a ter um compromisso moral com o que é verificativo. A questão do procedimento ético é colocada com toda a sua força, de forma a sair vitoriosa sobre qualquer outra tentativa de exercício do poder.

Aparentemente inofensiva, tal concepção tem raízes históricas profundas na instauração da democracia ateniense e na arte da oratória consolidada nessa mesma sociedade. O surgimento da democracia na Grécia Antiga coloca o homem como responsável diante de seu próprio destino. À interpretação sagrada, se sobrepõe a necessidade de explicar “realisticamente” o enigma da existência humana. A palavra começa a revelar uma força até então insuspeita e poderosa. Torna-se necessário *saber falar* para enfrentar esse novo desafio. O domínio sobre alguém passa a ser a marca da força com a qual se reveste o homem que se lança ao poder público.

Ao lado dessa concepção, caminha outra intimamente a ela relacionada: a do horizonte ético em que se encerra a linguagem, também inspirada pela subsequente oposição que se estabeleceu entre retórica e filosofia

na sociedade grega. Levados pela tormenta da demagogia, os homens públicos parecem corromper-se. Segundo Châtelet em *História da Filosofia* (Ed. Zahar, 1973, V.I.) para remediar essa situação, era necessário um novo estado de coisas. O “verdadeiro” caminho, Sócrates começa a mostrar, definindo a atitude através da qual torna-se concebível a constituição da “reta filosofia”. A palavra passa a ter um compromisso com o Bem e a Verdade. A via de acesso a ela é a Razão. O que é dito deve ser verdadeiro.

Esse legado, essa herança imputada à palavra, ainda hoje permanece como o pano de fundo sobre o qual se desenrola qualquer processo discursivo. Mas, e o erro? Como encará-lo? Como resíduo: é o engodo, é a mentira. O erro não tem eficácia histórica? Como dar conta da questão da palavra descompromissada com a verdade? Como dar conta no processo de codificação da experiência histórica, da carga residual que escapa à sistematicidade?

Essas questões vêm à tona quando se pensa no discurso histórico, que pretensamente assegurou uma crença generalizada de poder contar com a total isenção e imparcialidade do historiador no que tange à colocação e narração de fatos. Tal crença, antes de legitimar-se sem hesitações, permite que se efetue um movimento contrário ao seu sentido normal, através da captura de algumas contradições internas ao texto que desmoronam esse bloco granítico de conhecimento e verdade, para revelar, por detrás dessa estrutura, relações mais distanciadas dessa postura de idealidade.

Um dos passos nessa direção parece ser o de não desprezar as contribuições que a Retórica, tal como foi definida por Perelman, em *Traité de l'Argumentation, Le Nouvelle Rethorique* (Bruxelas, P.U.B., 1970) trazem a essa questão, principalmente no que se refere ao exame da estrutura argumentativa envolvida no discurso da história.

Perelman desenvolve uma Teoria da Argumentação baseada na suposição de que somente a apreensão do nível lógico do conhecimento não dá conta do acontecimento da palavra. Deduz daí ser a linguagem mais do que

hipóteses matemáticas comprováveis. Dentro dela, há toda uma categoria de fenômenos que, por sua natureza complexa e contingencial, só são analisáveis pelo recurso às estruturas argumentativas aí contidas. Um outro passo consiste em reconhecer que nem sempre o relato histórico é o relato do verídico. Antes, é o do verossímil. Tal procedimento confere a esse tipo de discurso um lugar mais próximo à realidade.



II. O OBJETO, PROBLEMAS E HIPÓTESES

A fim de situar minhas considerações sobre o tema escolhido, O *Discurso da História*, adotei um objeto específico de interesse: verificar como a historiografia *oficial* a respeito da Revolução de 30 se montou de forma a privilegiar somente uma “leitura” possível acerca dos acontecimentos que ocorreram durante esse período da História do Brasil.

A escolha desse objeto deveu-se quase que exclusivamente à leitura de *1930: O Silêncio dos Vencidos*, E. de Decca, Ed. Braziliense, 1979. De Decca, nesta obra propõe uma análise da compreensão do significado histórico do insucesso político e a compreensão de como a história se faz enquanto memória. Ambas as propostas são direcionadas à crítica da Revolução de 30.

O primeiro passo do autor nessa direção é questionar a historiografia existente sobre esse período, tentando localizar os pontos de compromisso desta com o saber da classe dominante. O segundo é buscar o lugar onde *história* e *saber da história* se produzem, evitando reduzir, desse modo, o real ao fato ou às suas representações.

De Decca busca o momento da produção desse insucesso político no trabalho da luta de classes. Procura, paralelamente, as representações que determinaram o aspecto cristalizante dessa derrota, pois, diz o autor, é daí que

nasce aquilo que “uma certa história não pode revelar, nem interpretar porque só se mantém como história pelo silêncio que impôs aos vencidos” (p.12).

A fim de fundamentar sua concepção, o autor inicialmente questiona a idéia de “objetividade” e de “fato histórico”, descobrindo haver aí um movimento segundo o qual a figura do historiador e a de seu objeto são simultaneamente produzidos, sendo que o *objeto* acaba por assumir uma representação inteiramente dominada pelo *sujeito*. Dessa forma, a apreensão do movimento contraditório e reciprocamente determinado é impossibilitado de emergir, e da mesma forma, é impossibilitada a constituição desses termos na relação que mantém um com o outro, relação que os constitui e os diferencia. Além disso, cada um desses termos é isoladamente um sistema de relações historicamente produzido. Assim:

- o objeto (classes sociais) - tomado pela e na luta de classes, é uma relação social e uma relação de poder.
- o sujeito - do conhecimento (o historiador) - não é uma consciência pura dotada de soberania para sobrevoar o real (geometral, nos termos de Veyne), mas aí se encontra imerso numa historicidade a ser compreendida.

De Decca observa a posição do historiador enquanto intelectual em sua relação com um objeto historicamente determinado: o proletariado brasileiro nas primeiras décadas do século. Detecta haver esse mesmo intelectual, durante os anos 50, fornecido planos e metas aos governantes e ao povo. Diz M. Chauí no prefácio da obra que estes, no período pós-64, reprimidos pelo Estado, imaginaram pertencer ao mesmo campo onde foi lançado o proletariado: o campo dos vencidos. “A suposta homogeneidade desse campo tornou possível o apagamento ideológico de suas diferenças, fazendo com que práticas históricas e papéis sócio-políticos diferentes aparecessem como idênticos numa cena tida como una e única”. (p.13).

Ao intelectual, pretendo melhor conhecedor da complexidade histórica, passa a ser dada a tarefa de fazer e conduzir a história. O autor indaga os efeitos que tiveram a derrota de 60 para a suposição pretensiosa dos intelectuais. Estes

descobrem finalmente não se alojar no mesmo campo de representação ideológica dos camponeses e operários. Descobrem que ser vencido não possui um sentido unívoco. “Seu arsenal teórico, sua metodologia, seus temas, inseridos dentro do universo do saber dominante, acabam por determinar a forma, e o conteúdo das pesquisas que pensavam serem novas e comprometidas com os dominados” (p.13).

Mais do que isso, comenta M. Chauí no prefácio, “alguns intelectuais se dão conta de que a ideologia não é inversão especular do real, nem visão de mundo, mas um conjunto de dispositivos práticos e teóricos produzidos pela luta de classes com a finalidade de anular a realidade dessa luta” (p. 13). Assim, prossegue ela, “ao desmontar o discurso acadêmico que tornou possível falar em revolução de 30, De Decca revela não só a existência de um discurso fundado na memória dos dominantes, mas ainda reflete sobre a reprodução da ideologia pela intelligentsia (o grifo é nosso) de esquerda, pois o trabalho historiográfico tende a permanecer no interior dessa ideologia como se fora seu ambiente natural”. (p. 14)

O livro de De Decca “resgata a memória dos vencidos e o discurso dos que foram silenciados”. (p. 14). Esse resgate, entretanto, não é feito através da retomada de questionários, depoimentos, entrevistas com os vencidos. Ele se cumpre e se realiza “pela modificação do curso atribuído à história, pelo corte inesperado da periodização: os vencidos falam e lembram por que *uma outra história é desvendada no coração daquela que conhecemos*. (O grifo é nosso). Mais do que isso: a desmontagem do conhecido se exprime num contradiscurso, que nos coloca diante de uma contra-história, aquela que fora destruída pela história”. (p. 14). Dessa forma, o autor parte em busca do lugar onde a história se produz e se oculta - a luta de classes.

Temos, assim, duas construções da Revolução de 30:

1. da construção dos acontecimentos que ocorreram nos marcos de 28/29, em que os discursos políticos dos diferentes protagonistas, tematizavam as mesmas questões:

- A Revolução
- A Indústria
- A democratização,

tendo-se o interesse de homogeneizar esse período e seus acontecimentos.

2. Da passagem dos dados fornecidos pelos discursos à mediação das diferenças de classes, isto é, da passagem dos discursos ao exame das práticas políticas.

A diferença entre essas duas posições é revelada através da atribuição a quem poderia realizar a revolução. Para a classe dominante, era o Povo, a Nação. Para a classe dominada, o sujeito histórico era o Proletariado Urbano e Camponês. Fica claro assim, o porquê da “imagem da revolução de 30” privilegiar a oposição tenentes/oligarquia:

1. Porque é esta a única forma de apagar a luta de classes e atribuir ao Estado o papel de condução histórica.
2. Porque é esta a forma encontrada pela historiografia de incluir o proletariado como um protagonista menor (imaturo, desorganizado, e passivo) do processo.
3. Porque é esta a forma encontrada de anular o percurso de cada uma das facções envolvidas nos acontecimentos, constituindo unicamente a memória do vencedor.

Viu-se desse modo, homogêneo, o projeto político de derrubada das oligarquias. O projeto revolucionário que incluía “tenentes”, BOC, PD agrupou-se no que se referia ao inimigo comum: a derrubada das oligarquias. Essa homogeneidade, porém, foi construída de modo a ocultar suas diferenças, encontradas principalmente na atribuição da direção política da revolução.

Com base na discussão suscitada por De Decca, procedeu-se ao levantamento de uma parte da historiografia oficial relativa ao período de 30. A escolha recaiu sobre dois teóricos da Revolução: Azevedo Amaral e Oliveira Viana, ambos empenhados em:

- a) consolidar os fundamentos que emprestaram à Revolução de 30 um aspecto monolítico e unitário;
- b) dar sustentação teórica às propostas de Vargas;
- c) silenciar a memória do processo político das forças sociais em conflito, em curso nesse momento da história do Brasil, pelo esforço lingüístico de seus discursos em permanecerem dentro do universo do saber dominante.

Em suma, o discurso dos dois teóricos se inscreve num movimento que procura, segundo a terminologia de De Decca, determinar e consolidar o presente, construir o futuro e exorcizar o passado. *Como discurso que se mantém no poder pelo silêncio que impôs aos vencidos, apagando a lembrança política de suas propostas, é este discurso característico do que se poderia chamar o discurso do vencedor.* Dessa forma, as outras propostas políticas presentes nesse momento foram anuladas pela possibilidade de uma leitura única da memória. Como isso se dá? A fim de responder a essa questão, inicialmente, pensamos em reconstituir as *marcas do silenciamento que o vencedor impôs aos vencidos através da elaboração do seu discurso.*

III. AS MARCAS DO SILÊNCIO. A ANÁLISE DOS DADOS

A fim de melhor situar o processo de captura de um outro discurso imerso no discurso oficial desse período da história do Brasil, utilizei um certo tipo de abordagem que me permitisse encontrar uma via de acesso à análise do material; em seguida, procurei testar os resultados, de forma a organizar os resultados obtidos.

Esta abordagem basicamente resumiu-se em:

1. Estabelecer e verificar a ocorrência de um conjunto de significações que impregnam o discurso dos dois teóricos. Num primeiro momento, procurei reconhecer e destacar essas significações; num segundo momento, procedi a uma classificação destas, de forma a demonstrar mais precisamente o caráter comprometido que elas assumem com relação à informação que este tipo de discurso veicula.
2. Recorrer à noção do discurso indireto como meio de desvelamento de uma outra história imersa no discurso oficial da Revolução de 30, inicialmente concentrando-me nas formas de discurso indireto e indireto livre em O. Vianna e A. Amaral; em seguida, examinando as formas de enunciados negativos em ambos.³

³ Com relação às ocorrências de discurso indireto livre, esta análise deixou de enriquecer-se com as considerações de Maingueneau (2000) sobre o assunto. O autor afirma que “as formas não-

3. Investigando, a partir da análise de Provost sobre o discurso jeuresiano, se as estruturas frasais (em A. Amaral) desse tipo de discurso me permitiriam encaixá-lo na categoria de discurso didático (não engajado) ou de discurso polêmico (engajado), e posteriormente, analisando os possíveis riscos de uma classificação rigorosa e definitiva no que concerne à repartição entre enunciados didáticos versus enunciados políticos.

Com relação a (1), quis esta dissertação inicialmente se concentrar no exame de um conjunto de significações encontradas nos dois textos em questão, por duas razões:

- a primeira, pela peculiaridade de aí encontrar as pistas mais seguras de estar-se movendo em terreno minado pela subjetividade e não pela objetividade convencionalizada do discurso da história.
- a segunda, mais restrita, concerne ao fato dessas significações acabarem por definir as condições em que cada discurso foi produzido e os interesses pessoais e prévios dos autores na produção dos mesmos.

Eis algumas dessas significações tomadas em seu contexto frasal:

Em A. Amaral:

- 1) Dentro de uma organização totalitária de qualquer daqueles dois tipos, o equilíbrio político e a *ordem social* dependem implicitamente da subalternização completa dos componentes individuais da sociedade ao ritmo ditado pelo *interesse coletivo* e cuja manutenção invariável constitui a suprema finalidade do aparelho estatal. (p. 248).

marcadas são identificáveis sobre a base de índices textuais diversos ou graças à cultura do co-enunciador". Não são marcas lingüísticas explícitas, mas assinalamentos presentes sob a forma de aspas, de glosas, do metadiscorso e da parafraseagem, por exemplo, e que indicam a não-coincidência do discurso com ele mesmo.

- 2) O Estado dirige a nação atende a tudo que aparece no seu dinamismo, obedecendo apenas às injunções de uma *consciência coletiva*... (p. 248).
- 3) Se é certo que na prática uma atenuação relativa desse ponto de vista fundamental tem forçosamente de ocorrer sob a pressão irresistível das *realidades da natureza humana*... (p. 248).
- 4) Dele, e somente dele, promanam as volições que movimentam as engrenagens da maquinaria governamental e, através destas irradiam, como tentáculos compressores, sobre cada indivíduo integrado no *corpo social*. (p. 249).
- 5) Como acima dissemos, no Estado totalitário não pode haver problema da *liberdade*. (p. 249).
- 6) No liberalismo, a base lógica da teoria do Estado é o conceito do indivíduo como *realidade essencial*, enquanto a sociedade, que na ideologia totalitária é tudo, passa a ser apenas a fórmula de expressão necessária da soma dos *valores individuais*. (p. 250).
- 7) Se não é possível cogitar-se de liberdade individual em uma ordem política construída sobre a idéia de que o Estado é a única realidade absoluta em toda a *organização social*... (p. 251).
- 8) ... o totalitarismo relega a um plano de ínfima subalternidade as relações entre os indivíduos, só admitindo como relevantes as que se processam entre eles e a *coletividade*, cuja expressão concreta é sempre o Estado. (p. 251).
- 9) ... o novo Estado Brasileiro ... concretiza uma ordem, política, social, econômica e espiritual erguida sobre os *fundamentos objetivos da realidade* (p. 252).
- 10) ... este submeteu-se à *realidade nacional*, tanto nos seus aspectos históricos como nos fatos atuais. (p. 252).
- 11) O Estado Novo... diverge do primeiro pelo acatamento que consagra à posição do indivíduo como elemento irreduzível na *organização social* e opõe-

- se segunda pelo reconhecimento da supremacia do *interesse coletivo* sobre as conveniências dos componentes individuais da Nação. (p. 253).
- 12) ... afirmam caber ao indivíduo uma função primacial na *ordem social*, na organização econômica e no conjunto das *atividades espirituais do corpo coletivo*. (p. 253).
- 13) A esse sentido individualista do regime contrapõe-se, entretanto, moderando e restringindo as suas conseqüências, o princípio da preponderância do *bem público*... (p. 253).
- 14) ... concorre a solução do outro problema que é o da demarcação da esfera dos direitos e das iniciativas do indivíduo em obediência às injunções do *bem coletivo* (p. 254).
- 15) Aparentemente, a doutrina de constituição imprime um certo aspecto de precariedade às *liberdades individuais*, colocadas todas na dependência das reações que possam vir a ter sobre o interesse comum da sociedade. (p. 255).
- 16) ... mas apenas adapta o exercício das atividades de todo gênero de cada indivíduo ao círculo naturalmente traçado pela capacidade que cada um tem de atuar espontaneamente sem comprometer o funcionamento eficiente da *organização nacional*. (p. 255).
- 17) ... o *bem coletivo* é suficiente para traçar o círculo além do qual não subsistem direitos e liberdades individuais, o novo regime ... para um *objetivo supremo*, representados pela *segurança, tranqüilidade e prosperidade* da Nação. (p. 255).
- 18) ... a idéia de liberdade identifica-se com a da ação isolada e mais ou menos independente de cada *unidade social*. (p. 256).
- 19) ... a liberdade individual tem forçosamente de coincidir com a capacidade de exprimir a sincronização da ação do indivíduo com o ritmo da *vontade coletiva* e com os *interesses nacionais*. (p. 256).

- 20) A manutenção dessa harmonia, de que dependem a *segurança*, o *bem* e o *progresso da Nação* é para o indivíduo uma condição imprescindível à realização do seu próprio destino. (p. 257).
- 21) Assim, nenhum indivíduo normal pode sentir impulsos que o leve a exercer a sua liberdade em sentido contraditório ao funcionamento regular do *organismo coletivo*. (p. 257).
- 22) Entre a *vontade nacional*, expressa pela autoridade do Estado... (p. 257).
- 23) Em vez de submeter-se ao fatalismo das supostas leis econômicas, sob cujo domínio a luta entre os interesses se foi acentuando até produzir *efeitos anarquistas*... (p. 260).
- 24) ... do que a tendência a deslocar a solução dos problemas sociais, políticos e econômicos do plano de um determinismo inexorável para o campo onde o fator representado pela *vontade humana* aparece como elemento de incalculável relevância. (p. 261).
- 25) ... do ajustamento da produção em benefício da *coletividade nacional*... (p. 261).
- 26) A democracia (...) exige coordenação das iniciativas e das atitudes individuais sob o ritmo de um sentido comum da *vida nacional*. (p. 263).
- 27) ... envolvendo forçosamente um ajustamento das liberdades desfrutadas pelo indivíduo na ordem econômica às necessidades superiores dos *interesses da coletividade* nesse setor. (p. 263).
- 28) A liberdade espiritual na acepção mais ampla do termo ... por uma autoridade alheia à sua consciência ... *personalidade humana* (p. 265).
- 29) Aqui estamos em terreno onde a *confraternização e cooperação* de democráticos autoritários e liberais é não somente possível, mas inevitável. (p. 265).

- 30) Este, no desempenho da sua função precípua de reprimir tudo que compromete a *segurança* ou a *boa ordem* no funcionamento dos órgãos da *vida nacional* ... (p. 267).
- 31) ... diremos que o critério a ser usado na matéria deve ser exclusivamente o da possibilidade de resultarem ou não do exercício de uma certa liberdade, efeitos indesejáveis para a *segurança do Estado e tranqüilidade e prosperidade* da Nação. (p. 268).
- 32) Colocar a questão da liberdade em função da utopia equalitária é realmente destruir todas as possibilidades de uma liberdade real e estabelecer o mais sombrio regime de *escravidão do espírito*. (p. 270).
- 33) ... obrigando os *elementos superiores da coletividade* a descer muito abaixo da *altitude espiritual* que já haviam atingido. (p. 271).
- 34) Semelhante solução do problema da *liberdade espiritual* não envolveria apenas uma *injustiça* enorme aos indivíduos superiores mas também grave prejuízo para a sociedade, acanhando-lhe ao círculo da mediocridade as *possibilidades criadoras* nela contidas e personificadas no potencial das inteligências altamente desenvolvidas. (p. 271).
- 35) ... se o Estado tem como uma das suas mais importantes atribuições orientar a *formação mental e moral* dos elementos componentes da *coletividade* ..., mas no sentido da plasmagem de sua *consciência cívica* ... que o papel reservado à *elite espiritual* da Nação é ... (p. 272).
- 36) Emergidos da *coletividade* como expressões mais lúcidas do que ainda não se tornou perfeitamente consciente no *espírito do povo*, os intelectuais são investidos da função de retransmitir às massas, sob forma clara e compreensível, o que nelas é apenas uma *idéia indecisa* e uma *aspiração mal-definida*. (p. 273).
- 37) ... que em torno dele se vai organizando em uma auspiciosa coesão de *forças morais*. (p. 273).

- 38) Sobre a sua ideologia não pairam as influências do *espírito de fixidez* que é o *espírito da morte*. (p. 274).
- 39) A *felicidade* do indivíduo e a *segurança da coletividade* entrelaçam-se em uma interdependência indissolúvel (p. 277).
- 40) Sem a expansão da *personalidade humana*, o *todo social* fica restrito nas suas possibilidades de desenvolvimento e contém em si elementos permanentes de instabilidade e de fraqueza. (p. 277).
- 41) ... fosse pela subversão do vínculo de *solidariedade* coordenada sob a pressão da *rebeldia* individualista. (p. 278).
- 42) Ainda bem que o Brasil, antes de se ver irremediavelmente assoberbado por problemas insolúveis e perigos inevitáveis, despertou à consciência da *realidade nacional* (p. 278).

Em O. Viana:

- 1) Quem comparar a *mentalidade* das nossas elites dirigentes ... (p. 107).
- 2) ... - Em tudo vemos que a Nação está evoluindo ... e, por um movimento difuso dos numerosos centros locais da sua *sub-consciência coletiva* ... (p. 108).
- 3) ... na interpretação estrita e restrita aos seus parágrafos estava, como se dizia, a *"salvação do regime federativo"*. (p.109).
- 4) ...por si só, bastava para espalhar escuras sombras sobre a fronte pensativa dos chamados *"defensores do regime"*. (p. 109).
- 5) ... e provocava, no colégio dos vestais, guardadores da *"pureza do regime"*, recuos de espanto, gritos histéricos, ululações de terror sagrado. (p. 109).
- 6) O preconceito da liberdade local, ou melhor, o preconceito de que o poder central, a subordinação ao centro nacional do governo era *um mal*, penetrara a consciência dessas elites ... (p. 110).

- 7) ... para que, do fundo da brenha remota, começasse a se levantar um clamor em prol da *"liberdade"* daqueles povos oprimidos (p. 110).
- 8) E nunca faltava na imprensa do Rio quem ecoasse aquele clamor com sinceridade e entusiasmo, convencido de que estava servindo aos *"interesses do regime"* e à *"causa liberal"*. (p. 110).
- 9) Tivemos por aquela época dois exemplos típicos desse *estado de espírito das nossas elites* políticas (p. 110).
- 10)Esses dois movimentos, operados quase simultaneamente, mostram o estado de credulidade quase fanática em que estavam por aquela época os centros políticos do país, nas *virtudes regeneradoras e salvadoras* das autonomias municipais ... (p. 111).
- 11)Era como se tivessem injetado em nosso *organismo coletivo* uma toxina sutil que nos mergulhasse numa espécie de delírio e nos abolisse inteiramente o senso e a inteligência das nossas realidades (p. 111).
- 12)O Acre era por aquele tempo uma sociedade *instável, incoerente, desorganizada, de estrutura rudimentar*. (p. 111).
- 13)... sem os quais uma sociedade é apenas um *campo de concentração em desordem* (p. 112).
- 14)O sentimento de *unidade social*, o patriotismo local não se havia podido ali formar ... (p. 112).
- 15)Ora, essa sociedade sem *fixidez*, sem *ossatura de classes*, sem *sentimento coletivo* e, portanto, sem *espírito público* ..., e primitiva pela *indisciplina*, pela *desordem*, pelo *trabuquismo generalizado* (p. 112).
- 16)Como ali não havia *ordem*, não havia *justiça*, não ... (p. 113).
- 17)... como não havia nada disto, os *"espíritos liberais"* concluíram essa coisa espantosa. (p. 113).

- 18)- que, se tudo isto acontecia, se nada valiam *a lei, a justiça, o direito*; se nada valia o *prestígio da autoridade, a força moral do governo*, se tudo cedia diante do *capricho dos homens* que . . . (p. 113).
- 19)... - que o que lhes estava faltando em liberdade e que tudo melhoraria desde que se lhes desse essa "*liberdade*", isto é autonomia ... (p. 113).
- 20)Pois bem; tudo isso era devido à *disciplina* que lhes queria impor o governo federal. (p. 114).
- 21)... não era possível que aquela população pudesse ter uma *consciência política* desenvolvida, o *sentimento real e lúcido da sua unidade regional* e dos seus *interesses comuns*. (p. 115).
- 22)É esta a causa primeira de estagnação em que estão mergulhados, senão da *desordem, da anarquia, da desorganização* que os deprime e aniquila. (p. 115).
- 23)... dentro em pouco, liquidou-se pela ação espontânea desse *espírito de candura e conciliação* que é insito à *índole pacífica e conservadora de gente mineira*. (p. 115).
- 24)... serviram, como indícios, para mostrar o grau de dissociação a que havia chegado, pela *força desintegradora do regime federativo*, a nossa *consciência política nacional* ... (p.116).
- 25)Há evidentemente em tudo isso um grande equívoco, uma grande ilusão, que perturba a visão exata das *realidades nacionais* ... (p. 116).
- 26)Porque é preciso recordar, com Seeley, que a *Liberdade e a Democracia* não são os únicos bens do mundo. (p. 116).
- 27)... que há muitas outras causas dignas de serem defendidas em política, *além da Liberdade* - como sejam a *Civilização e a Nacionalidade*. (p. 116).
- 28)... O que muitas vezes acontece é que um governo não liberal, nem democrático, pode ser, não obstante, muito mais favorável ao *progresso de um povo* ... (p. 116).

- 29) Um regime de descentralização sistemática, de fuga à disciplina do centro, de localismo ou provincianismo preponderante, em vez de ser um agente de *força e progresso*, pode muito bem ser um fator de *fraqueza e aniquilamento* e, em vez de assegurar a *liberdade e a democracia*, pode realmente causar a morte da liberdade e da democracia. (p. 117).
- 30)... à obediência é para ele um título de nobreza, uma prova de devoção à *coletividade nacional*. (p. 117).
- 31) Quando um povo chega a esse *estado de integração* ... (p. 117).
- 32)... quando a sua *consciência coletiva* atinge esta intensidade, este vigor, este poder de coerção - este povo tem o seu triunfo assegurado, conta e contará, é e será uma força de civilização, é e será um fator da história (p. 117).
- 33) O *domínio e a força* só se conservam neles enquanto na *alma das suas elites* o sentimento do *grupo nacional* prevalece sobre o sentimento dos grupos locais ou sobre o *egoísmo* dos indivíduos (p. 118).
- 34) O que a salvou foram as *virtudes* maravilhosas do seu velho instinto nacional, latentes, apesar de tudo, na consciência dos seus homens representativos. (p. 118).
- 35) Essas *virtudes* é que os levaram a formar a "União Sagrada" em torno de Poincaré. (p. 118).
- 36) Dando essa prova de *abnegação e de sacrifício* dos seus pontos de vista pessoais ou tribais ... (p. 118).
- 37) O dia em que, na alma das suas elites estancaram-se estas reservas de *desinteresse*, de *abnegação*, de *sacrifício* e portanto, de *subordinação* e de *disciplina*, ela deixará de ser a força civilizadora que é - e a sua dissolução apenas terá para assisti-la a piedade compungida dos povos organizados. (p. 119).
- 38) Esta subordinação dos *interesses dos indivíduos*, do grupo, do clã, do partido ou da seita ao *interesse supremo da coletividade nacional* - da *Nacionalidade* -

exprime-se para cada cidadão, na vida de todos os dias, pela capacidade de obediência e disciplina, pelo culto do Estado e da sua autoridade. (p. 119).

39)A obediência ao Estado gera a *força*, a *grandeza*, o *domínio*. (p. 119).

40)Os povos de *fraco sentimento coletivo* ... não compreendem nem praticam as virtudes de *obediência e da disciplina*. (p. 119).

É uso corrente a concepção de que ao historiador cabe a tarefa de precisão na formulação teórica de seu pensamento e a procura de uma cientificidade no relato de acontecimentos. Entretanto, por estarem os dois autores comprometidos com os fatos que determinaram o Golpe de 30, sua função de historiá-los acaba por assumir uma postura que aponta em outra direção.

O primeiro passo do desenvolvimento dessa história é realizado por meio da apreensão, em seus discursos, de uma série de significações caracterizadas pela *generalidade e conseqüente não-operabilidade dentro do texto*. O levantamento e classificação destas significações revela haver um contínuo movimento de deslocamento das teses de um *outro discurso* imerso no discurso oficial para o terreno do esquecimento e invalidade ideológicas. Dessa forma, o jogo de interesses do dominante e seu trânsito pelo *saber oficial* determinam o conteúdo das propostas que devem ser memorizadas. A classificação que se procedeu a seguir é similar à que efetua H. Qsakabe em *Argumentação e Discurso Político*, visto que o conjunto dessas significações é recorrente em discursos do tipo político-militante com o qual trabalha o autor.

a) O primeiro conjunto de significações remete a valores gerais e indiscutíveis assumidos pela sociedade como um todo:

➤“Liberdade”, “democracia”, “civilização”, “consciência”, “mentalidade”, etc.

- b) O segundo conjunto de significações remetem a noções ligadas ao domínio semântico de Pátria ou a uma parte fundamental de Pátria:
- “Nação”, “nacionalidade”, “realidade nacional”, “espírito nacional”, “povo”, “opinião pública”, “forças representativas”, “unidade nacional”, “soberania”, “autonomia”, “organismos coletivos”, “povo”, “coletividade nacional”, “ordem social”, “corpo social”, etc.
- c) O terceiro conjunto de significações remete a um esquema valorativo (Bem em oposição a Mal) sendo que estas ocorrem em maior frequência.
- BEM: “Sinceridade”, “entusiasmo”, “virtudes regeneradoras e “salvadoras”, “a força moral do governo”, “bens”, “força e progresso”, “obediência”, “nobreza”, “devoção”, “virtudes maravilhosas”, “abnegação”, “sacrifício”, “valores individuais”, “bem coletivo”, “bem público”, “segurança”, “tranquilidade”, “prosperidade”, “personalidade humana”, “confraternização” e “cooperação”, “grandeza”, etc.
 - MAL: “mal”, “indisciplina”, “desordem”, “trabuquismo generalizado”, “anarquia”, “desorganização”, “fraqueza” e “aniquilamento”, “egoísmo dos indivíduos”, “perigos”, “escravidão de espírito”, “espírito de morte”, “instabilidade”, etc.

A esta classificação acrescenta-se um último conjunto de significações que Oliveira Vianna coloca entre aspas com o intuito não de discutir a significação que o termo assume na proposta de seu oponente, mas de simplesmente anulá-la e dissolvê-la pelo recurso à ironia e insinceridade. O aparecer entre aspas tem a finalidade de marcar esse processo que O. Vianna utiliza mais frequentemente que A. Amaral, visto que o seu discurso é mais permeado de significações desse tipo.

- “salvação do regime federativo”, “defensores do regime”, “pureza do regime”, “liberdade”, “interesses do regime”, “causa liberal”, “espíritos liberais”, “união sagrada”, etc.

Observa-se que através da manipulação dessas noções configura-se um jogo maniqueísta em que o adversário é representativo das forças do Mal e o

autor das forças do Bem. Assim, percebe-se que a argumentação de A. Amaral e O. Vianna a favor do Estado Novo segue uma linha de raciocínio similar, na medida em que sempre que se referem a outras realidades (em A. Amaral, ao totalitarismo e liberalismo e em O. Vianna, à descentralização política), os autores as associam a significações do tipo valorativo. A descentralização é sinónimo de “anarquia”, “caos”, “desordem”, “insegurança”, “intranquilidade”, etc. A centralização que o Estado Novo propõe assegura, por outro lado, “paz”, “segurança”, “prosperidade”, “ordem”, “grandeza”, etc...

Tais valores de natureza fortemente moral atuam como pano de fundo para a legitimação de outras significações mais precisas e de conteúdo mais informativo-teórico. Entretanto, essa relação é elaborada de modo extremamente sutil, visto que, em nenhum momento, pode o autor deixar-se descobrir pelo ouvinte num jogo de enredamento deste e comprometido numa relação de vínculo pessoal coma própria ação política.

A fim de camuflar esse processo o autor trabalha com uma imagem de si mesmo: a de sujeito intelectual, cuja atividade institucionalmente visa mais depurar e refinar conceitos por meios assépticos e neutros (“científicos”) do que propriamente envolver seu interlocutor na práxis política. Ao autor, cabe ser realista e objetivo, o que implica uma busca constante de imparcialidade e isenção de paixões e interesses pessoais. Por outro lado, joga com a imagem de um ouvinte intelectualizado, capaz de acompanhar com precisão sua linha de raciocínio e situado acima dos limites temporais de sua elocução.

Assim, a utilização de certas noções vagas e imprecisas como “realidade nacional”, “natureza humana”, “unidade social”, por exemplo, sem nenhum critério de operacionalidade no texto, sem nenhuma explicitação do conceito que tal termo adquire naquele contexto, acaba incorporado a um campo semântico único: o *discurso do vencedor* e aí inscrito no espaço dos valores tomados como inquestionavelmente válidos e certos. A assunção de poderem contar com o consenso da maioria da população a respeito de certos valores, de ordem moral, tais como “Justiça”, “fraternidade”, “solidariedade”, “igualdade”, é

estendida a um número maior de significações, estas últimas não tão ligadas a um conteúdo ético, mas transformadas em quadro de fundo no qual noções mais específicas e de definição mais estritas se legitimam.

Com base nestas considerações, penso poder detectar a organização argumentativa subjacente a esse discurso. À primeira vista, parece que tal organização não ocorre, já que falar em argumentação implicaria um tipo de discurso com intenções e finalidades práticas a atingir. Entretanto, apesar de estar lidando com o que se convencionou chamar um discurso despido de intenções, há nele um grau de proximidade com os discursos políticos, visto que ambos procuram validar ou mesmo legitimar as posições políticas defendidas por Vargas, e conseqüentemente derrubar as concepções a elas contrárias.

Assim, por serem textos de dois teóricos comprometidos ideologicamente com o discurso dito pragmático da Revolução de 30, ambos se esforçam na tarefa de construir uma imagem elaborada da Revolução, por meio da montagem de um discurso competente e articulado basicamente sob a ótica do dominante. Tal montagem se constitui através da *promoção* do ouvinte a um nível não de decisão prática da ação política, mas de adesão teórica aos pressupostos da Revolução (*engajamento*). Este engajamento se efetua através da caracterização do poder político como o responsável pela veiculação de respostas aos anseios da coletividade (*envolvimento*).

Resta discutir de que forma essa estrutura argumentativa engendrada segundo a ótica de quem detém a palavra e se apropria do saber oficial deixa entrever as vozes dos que foram silenciados e que tiveram suas propostas políticas não memorizadas no jogo dos interesses políticos em questão.

Inicialmente, gostaríamos de ressaltar que a construção de uma única leitura da Revolução de 30 visava atingir uma camada mais hierarquizada da população, aqueles com acesso ao conhecimento e saber intelectuais. Ao dirigir o jogo argumentativo de forma a atingir um segmento privilegiado da sociedade brasileira, e conseqüentemente negando a existência de forças sociais em conflito

nessa mesma sociedade, o discurso teórico, comprometido com a consolidação de uma situação política, absorveu o universo do saber dominante e procurou enredar à aceitação de sua proposta política aqueles que, a seu ver, determinariam a consolidação do regime implantado pelo Golpe.

A argumentação dirigida a um interlocutor dotado de tais prerrogativas submeteu a condução histórica desse processo às mãos de um único protagonista (o Estado) e negou a participação dos outros atores em cena. Em suma, as facções envolvidas nos acontecimentos em curso tiveram seus percursos anulados e suas lutas tomadas como excrescentes.

O discurso resultante desse esforço lingüístico em permanecer dentro do saber dominante acaba por referendar o proletariado como protagonista menor dessa causa, e sua linguagem, sua luta e sua prática política são jogadas numa zona de esquecimento. A via de acesso a essa *outra história* só é possível de ser resgatada a partir do exame das práticas políticas aí envolvidas, e nos discursos resultantes de tais práticas.

Por ora, interessa-nos salientar que a estrutura argumentativa, quando promove o leitor ao espaço ocupado pela elite pensante do país, o envolve pela articulação competente de seu discurso e o engaja nos pressupostos teóricos da Revolução, está, na realidade, delimitando o campo de batalha a somente dois atores (reversos de uma mesma moeda) e, dessa forma, a estruturação da linguagem de que se serve o autor, ao negar-se a incluir as outras vozes dos processos sociais, opera uma concessão às outras linguagens tão fortemente impedidas de virem à tona, e abre a brecha através da qual vai-se, aos poucos, explicitando o real, e não a representação do real.

Exemplos de passagens que denunciam esse jogo argumentativo encontram-se em:

- (1) “Finalmente, completando esse critério prático, pode-se admitir como postulado fundamental na matéria que o exercício da liberdade de exprimir o pensamento por qualquer forma deve ser diretamente

proporcional à elevação intelectual e ao grau de apuro cultural da forma dada ao pensamento expresso". (p. 269, A. Amaral).

Nesta passagem, o autor discute a questão da liberdade de expressão do pensamento, dentro do Estado Autoritário ou Estado Novo. Situando-se a si mesmo e ao ouvinte na camada hierárquica mais elevada da intelectualidade do país, é obrigado a ajustar essa questão continuamente, de modo a não ferir os princípios ao mesmo tempo coletivistas e individualistas do novo regime. Esse ajuste é operado pela concessão que faz à elite intelectual do país, a qual por si só saberá discernir até onde a sua liberdade de expressão individual não irá ferir os interesses da coletividade como um todo.

(2) "Esta subordinação dos interesses dos indivíduos, do grupo, do clã do partido ou da seita ao interesse supremo da coletividade nacional - da Nacionalidade - exprime-se para cada cidadão, na vida de todos os dias, pela capacidade de obediência e de disciplina, pelo culto do Estado e da sua autoridade". (p. 119. O.Vianna).

Esta passagem ilustra bem a concepção defendida pelo autor da necessidade de se restringirem as liberdades individuais em benefício dos interesses da coletividade por meio de um Estado capaz de fugir à descentralização política, sob o risco de este não poder responder aos anseios desta coletividade. Ao mesmo tempo, é exemplar no que se refere ao mecanismo que se desenvolve com relação ao ato de envolvimento do autor com relação ao ouvinte.

Em *A Revolução do Vencedor*, texto escrito por E. De Decca e C. A. Vesentini (1976) os autores constatarem haver por detrás da aparência monolítica dos acontecimentos políticos no Brasil de 1930, um processo permanente de forças sociais em conflito. Essas "outras vozes" do cenário político daquele momento foram silenciadas através da construção de um discurso único da Revolução. Esse processo de apagamento da memória de outras concepções políticas consolidou-se pela divisão que a Revolução de 30 impôs à história: um

pré e um pós Revolução. Efetuado o golpe, o Estado Novo instaura um novo período da história. Diz De Decca e Vesentini: “Cabe ao vencedor não só a liquidação dos seus adversários na luta política, como o apagar da lembrança de suas propostas”. (p. 27). A questão que se coloca é saber como isto se consubstanciou no discurso oficial da Revolução e, ao mesmo tempo, como essa Nova Ordem Social abre um novo período na história do Brasil, esta agora caminhando como *sujeito* (Nação) e não como *objeto* (Brasil). O trecho da página 278 de *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional* de A. Amaral ilustra o que acabamos de comentar: “Ainda bem que o Brasil, antes de se ver irremediavelmente assoberbado por problemas insolúveis e perigos inevitáveis, *despertou* à consciência da realidade nacional e dentro da órbita do seu passado e do seu presente, adotou uma forma de organização estatal que lhe poderá permitir o desenvolvimento progressivo dos seus recursos potenciais de grandeza”. (O grifo é nosso). “A obra a ser realizada é evidentemente imensa. Mas as possibilidades dinâmicas do Estado autoritário, como órgão das energias criadoras de uma verdadeira democracia, podem justificar a esperança de estarmos, afinal, no começo da construção do Brasil engrandecido pelo aproveitamento das suas riquezas e pela expressão autêntica do gênio peculiar do seu povo”. (p. 279).

Com base nessas observações, pensei em reconstituir algumas formas concretas de discurso indireto nos autores de modo a, através dessa recuperação, poder fazer emergir as marcas do apagamento de outras vozes no processo em curso em 30⁴. Assim, em O. Vianna, na página 113, quando da discussão a respeito dos resultados de uma política descentralizada, encontramos:

“Como não havia nada disso os “espíritos liberais” concluíram esta coisa espantosa: - que, se tudo isto acontecia, se nada valiam a lei, a

⁴ Desse modo, a heterogeneidade mostrada, segundo Authier-Revuz (plano marcado do discurso) deixa entrever a subjetividade do enunciador, denunciando a presença de um outro discurso, marcado linguisticamente ou ainda diluído completamente no discurso do outro. O interdiscurso ou a interdiscursividade resultante desta visão refere-se a uma relação de o discurso com os outros discursos, vozes que emergem do discurso do sujeito, a despeito de sua tentativa de silenciá-las.

justiça, o direito; se nada valia o prestígio da autoridade, a força moral do governo, se tudo cedia diante do capricho dos homens que dispunham de trabucos e facas de arrastão, era tudo porque estes homens estavam sendo duramente oprimidos pelo governo federal: - que o que lhes estava faltando era liberdade e que tudo melhoraria desde que se lhes desse essa “Liberdade”, isto é, a autonomia, o direito de se governarem a si mesmo, de dirigirem os seus próprios destinos, sem serem incomodados pela presença sempre impertinente e abelhuda dos agentes federais”.

“Havia desordem? Depredações? Motins? Rebeldias contra a autoridade? Pois bem; tudo isso era devido à disciplina que lhes queria impor o governo federal. Removessem o poder federal - e veriam como todos os indisciplinados ficariam logo, pela influência transfigurados da Liberdade, disciplinadíssimos!”. (p. 114).

Com base nessas ocorrências de discurso indireto e discurso indireto livre, percebe-se que o locutor se apropria do discurso de outrem (fundamentalmente aquele que contesta as posições teóricas que ele procura defender), e “fala” no seu lugar, diz o que o outro diria ou poderia dizer, para logo em seguida desconsiderá-lo como sujeito portador de alguma teoria política válida. Ao mesmo tempo, memoriza unicamente os aspectos que, no seu entender, mais se chocam com o seu postulado, apagando o processo articulador dessas idéias e elevando-as a um grau de insinceridade e inadequação políticas.

Em A. Amaral não se encontra um discurso visivelmente referido. Entretanto, percebe-se em alguns enunciados negativos previamente selecionados haver um movimento, segundo o qual não é retido o sentido que algumas significações efetivamente têm no enunciado em questão, mas aquele que teria no discurso contrário⁵. Sob o ponto de vista funcional, formas de discurso

⁵ A esse respeito, a análise poderia recorrer ao conceito de simulacro proposto por Maingueneau (1984) no sentido de um discurso tomado a partir de uma posição exterior a ele, especialmente, se se trata de uma posição contrária a ele.

indireto e estes últimos convergem para a mesma função: *desconsiderar o discurso do oponente, invalidando suas teses e desmerecendo seus argumentos.*

Temos assim:

- (1) "O Estado autoritário não restringe nenhuma liberdade, mas apenas ... organização nacional". (p. 255).
- (2) "... o novo regime não veio criar um fator de compreensão do indivíduo, mas apenas ... objetivo supremo, representado pela segurança, tranqüilidade, e prosperidade da Nação. (p. 255).
- (3) "Não há, pois, no novo regime, sacrifício da liberdade na ordem econômica". (p. 262).
- (4) "... o Estado autoritário brasileiro não fixa princípios abstratos, em relação a nenhum problema encontrada na vida social do país. (p. 253).

Junte-se a esses trechos outra passagem exemplar encontrada em O.Vianna:

- (1) "Porque é preciso recordar com Seely que a Liberdade e a Democracia não são os únicos bens do mundo? Que há muitas outras causas dignas de serem defendidas em política, além da liberdade - como sejam a Civilização e a Nacionalidade". (p. 116).

Observa-se que a recusa ao apelo de determinadas nações não vem equacionada e discutida, na medida em que os autores postulam e utilizam outras noções tão vagas quanto as primeiras. Assim sendo, o desdobramento dos textos se faz num contínuo movimento de negação do que eles consideram ser as premissas básicas de seus oponentes políticos e afirmação do seu posicionamento como sendo "aquilo que o outro não é". Não se percebe em nenhum momento uma tentativa qualificadora e peculiar de apresentação do seu modelo político em si mesmo e em bases originais, sem estar assentado em nenhum outro tipo de visão parcialmente aludida. A utilização de noções cujas significações são tão vagas, imprecisas e confusas como as que utilizam seus

adversários, revela sutilmente ser o autor portador de uma visão parcial e valorativa dos fatos e não um sujeito isento de inclinações ideológicas e partidárias como A. Amaral insiste em enfatizar:

“Seria errôneo supor que o papel da elite intelectual será impor à coletividade nacional um certo número de doutrinas e de tendências ideológicas”. (p. 272).

“A função das elites culturais não é propriamente criar uma tábua de valores que sirva de norma à conduta cívica e às atividades sociais e políticas das massas da população”. (p. 272).

Dessa forma, percebe-se imerso no discurso oficial um outro discurso escamoteado e impossibilidade de vir à tona, sob a pena de questionar e relativizar a forma pela qual toda revolução se consolida e legitima - pelo exercício de dominação de uma classe, pela dissimulação da realidade e da verdade histórica de um povo. Assim sendo, não foi esta classe dominante, referida e datada, mas sim a vontade geral da nação que exigiu uma tomada de posição contra o estado em que se encontrava um Brasil em “desordem”, “insegurança” e “intranquilidade”.⁶

Ao lado disso, concorre para esta reflexão a questão de investigar se o tipo de discurso, do qual se utiliza A. Amaral, encontra respaldo no que se convencionou chamar de discurso didático-teórico (em que qualquer vínculo com a práxis política inexistente). O ponto de partida que utilizamos foi a análise que Provost efetua sobre o discurso Jauresiano. Neste texto, Provost estuda os termos “socialismo” e “socialista”, segundo o método estruturalista-distribucional de Harris⁷. Inicialmente, reagrupa os enunciados de forma a estabelecer classes de

⁶ Há, nesta manobra, uma espécie de monofonização da polifonia enunciativa, uma forma de apagamento de vozes que intervêm no discurso pelo seu caráter social e histórico.

⁷ Muito provavelmente, em busca da comprovação desta hipótese, os procedimentos de análise desta dissertação poderiam ser ampliados, à luz dos trabalhos de Authier-Revuz, Ducrot, Maingueneau, principalmente para a análise dos enunciados negativos e em discurso direto e indireto livre. Com relação à tomada e categorização dos enunciados com configuração didático-polêmica, penso que eles poderiam ser deslocados para uma análise com menos ranço estruturalista, como foi feito, a partir do estabelecimento de classes de equivalência e passar a ser

equivalência, submete-os às transformações necessárias, reduzindo-os a estruturas mais simples de onde resulta a configuração de dois tipos de esquemas de frases. O primeiro, em que o sintagma nominal somente admite os traços animado/abstrato, é característico de enunciados de grande valor de generalidade ou enunciados definidores. A estes, Provost denomina *enunciados didáticos*, os quais tem como operador verbal o verbo “ser” e/ou comutáveis com ele. O esquema de base é o seguinte: O N socialista é o NX. O segundo, tem como sintagma nominal o traço animado/concreto e como núcleo verbal os verbos comutáveis com “ter”. O esquema de base resultante é outro: X é realizado pelos socialistas ou os socialistas (fazer ser) X.

As formas do factivo são modalizadas em *querer, poder, dever* e em enunciados negativos, caracterizando o que a autora chama de *enunciados políticos*.

Esse duplo esquema de frase, caracterizador de dois tipos de discurso, é basicamente o pretexto que se tomou para a verificação dos enunciados em A. Amaral e O. Vianna. Concentrei-me nos enunciados que se apresentassem sob a forma de enunciados didáticos por conterem como SV o verbo *ser* e outros comutáveis com ele. Como o meu interesse não se limita ao estudo dos termos “socialismo” e “socialista”, procurei estender à análise a delimitação de duas classes de equivalência, variantes do mesmo esquema de base.

O levantamento desses enunciados encontra-se a seguir:

Em A. Amaral:

- 1) As relações entre o indivíduo e a sociedade acham-se (são) pré-determinadas pelo conceito de uma ordem insustentável ... (p. 248).
- 2) No liberalismo, a base lógica da teoria do Estado é o conceito do indivíduo como realidade essencial ... (p. 250).

interpretados, tendo como pano de fundo uma teoria que considerasse a linguagem como um trabalho e atividade, caracterizada por diferentes estilos (Granger). A esse respeito, ver, por exemplo, Possenti (2002)

- 3) A teoria do Estado totalitário é nitidamente dedutível ... (p. 250).
- 4) A democracia liberal é teoricamente induzida da análise das relações entre os indivíduos ... (p. 250).
- 5) Assim, o Estado brasileiro é ao mesmo tempo individualista e coletivista (p. 253).
- 6) A manutenção dessa harmonia ... é para o indivíduo uma condição imprescindível à realização do seu próprio destino. (p. 257).
- 7) Cada unidade do sistema de produção e distribuição da riqueza é livre ... (p. 261).
- 8) Considerada na sua essência, a liberdade é preponderantemente de ordem subjetiva. (p. 264).
- 9) O traço mais inconfundivelmente ilusório ... é exatamente a atitude respectivamente assumida por cada uma dessas formas de organização estatal ... (p. 266).
- 10) O pensamento toma-se uma função estatal nos regimes totalitários ... (p. 266).
- 11) O conceito de liberdade subordinado aos imperativos de interesse coletivo só é válido em uma organização estatal do tipo que se mantém dentro da órbita democrática. (p. 267).
- 12) Colocar a questão da liberdade em função da utopia equalitária é realmente destruir todas as possibilidades de uma liberdade real ... (p. 270).
- 13) A missão dos intelectuais é mais sutil ... (p. 272).
- 14) Assim, a elite cultural do país toma-se no Estado novo um órgão necessariamente associado ao poder público ... (p. 273).
- 15) Ora, o Estado autoritário, instituído pela nova constituição é essencialmente realístico (p. 273).
- 16) As idéias de realidade e fixidez são antinômicas (p. 273).
- 17) O Estado é um organismo vivo ... (p. 274).

18)... O Estado novo é essencialmente progressivo (p. 276).

19) A autoridade é a expressão dinâmica da vontade coletiva (p. 277).

20) A liberdade é a energia contraditória ... (p. 277).

Em O. Vianna:

1) Hoje é sensível uma tendência centrípeta, um rápido movimento das forças políticas locais na direção do poder central. (p. 108).

2) Era este, há vinte anos passados, o estado geral da mentalidade das nossas elites dirigentes. (p. 103).

3) O preconceito da liberdade local ... era um mal ... (p. 110).

4) O Acre era por aquele tempo uma sociedade instável, incoerente, desorganizada, de estrutura rudimentar. (p. 111).

5) O quadro das classes sociais superiores e médias - sem as quais uma sociedade é apenas um campo de concentração em desordem ou uma turbamulta de grande feira ... (p. 112).

6) É esta a causa primeira da estagnação em que estão mergulhados, senão da desordem, da anarquia, da desorganização que os deprime e aniquila. (p. 115).

7) Contudo esses dois casos ... foram extremamente significativos. (p. 116).

8) Porque é preciso recordar, com Seely que a Liberdade e a Democracia não são os únicos bens do mundo ... (p. 116).

9) ... Este povo ... é e será uma força de civilização, é e será um fator da história. (p. 117).

10) Os povos fortes e dominadores são sempre assim. (p. 117).

11) Os povos de fraco sentimento coletivo, isto é, aqueles em que a consciência do grupo nacional é rudimentar ou nula ... (p. 119).

Com base nesses enunciados, encontráveis nos dois textos, observamos:

1. A classe de equivalência N que ocorre em SN, cujos componentes semânticos foram definidos como não animado/abstrato.

Exemplos:

(2) ... a base lógica da Teoria do Estado (SN) é (V_{ser}) o conceito do indivíduo como realidade essencial. (NX).

(3) A teoria do Estado totalitário (SN) é (V) nitidamente dedutível (NX).

(5) Assim, o Estado brasileiro (SN) é (V) ao mesmo tempo individualista e coletivista. (NX)

2. A classe de equivalência NX se limitando a uma série de termos pertencentes a uma mesma classe semântica, sendo esses termos mais numerosos que em N e mais fortemente marcados por significações gerais, não definidoras e imprecisas no que se refere a sua operacionalidade dentro do texto.

O esquema a partir desse quadro pode ser visualizado assim:

SN	V (ser)	NX ou SO
Base lógica	é	realidade essencial
Teoria do Estado		dedutível
Estado brasileiro		individualista e coletivista
Unidade do sistema		livre
Liberdade		ordem subjetiva
Estado autoritário		realístico
Realidade e fixidez	é	antinômicas
Estado		organismo vivo
Estado novo		progressivo
Autoridade		vontade coletiva

Liberdade		energia contraditória
Preconceito ...		mal
Acre		soc. instável incoerente
Liberdade e Democracia	são	bens

Apesar dessa investigação apresentar, à primeira vista, uma concordância no que se refere às características frasais que asseguram estarmos lidando com o que se chama discurso didático, observam-se paralelamente alguns indícios que apontam noutra direção.

É importante ressaltar que a ocorrência desses enunciados não autoriza a que se considere qualquer tipo de discurso teórico como fundamentalmente um discurso de cunho didático. O que ocorre é que uma menor frequência de marcas, uma maior não ocorrência de verbos que levem à ação, uma maior frequência de uso do verbo *ser* fazem com que esse tipo de discurso seja percebido pelo ouvinte como um “objetivo”, “científico” e “não engajado”, ao passo que em um discurso com estatuto polêmico se estabelece um outro esquema discursivo onde a interferência da enunciação é mais explícita. De qualquer forma, estabelecer rigidamente uma separação estanque entre esse tipo de discurso e aquele com uma finalidade prática a atingir é tarefa bastante perigosa, na medida em que corre-se o risco de não ser absolutamente rigoroso, no que se refere a essa repartição. Prova disso é a ocorrência, no discurso dos teóricos, de um certo número significativo de enunciados negativos, segundo Provost, característicos do discurso político, além de um conjunto de enunciados modalizados (poder/dever) tal como se apresenta em seguida:

➤ Em A. Amaral:

- 1) Todas as teorias do Estado ... que o legislador deve tornar estável por meio de instituições assecuratórias de uma ordem tão inalterada quanto possível. (p. 247).

- 2) No totalitarismo bolchevista ou fascista não surge nem pode surgir o problema da liberdade individual. (p. 248).
- 3) Como acima dissemos, no Estado totalitário não pode haver problema da liberdade. (p. 249).
- 4) O problema da liberdade que, como vimos, não pode sequer ser formulado nas condições do regime totalitário ... (p. 251).
- 5) ... mas apenas (o novo regime) demarcou a este (indivíduo) a posição que ele tem forçosamente de ocupar em um sistema ... (p. 255).
- 6) Para que se possa compreender claramente o sentido da liberdade assegurada ao indivíduo, na ordem política hoje vigente no Brasil, é preciso examinar a própria essência do conceito de que nos ocupamos. (p. 256).
- 7) Em tais circunstâncias ... a liberdade individual tem forçosamente de coincidir com a capacidade de exprimir ... (p. 256).
- 8) A verdadeira liberdade ... pode ser definida como equivalente ao exercício normal e sadio das aptidões e faculdades do indivíduo dentro da órbita de atividade de todo o gênero que ele tem a desempenhar ... (p. 256).
- 9) Assim, nenhum indivíduo pode sentir impulsos que o levem a exercer a sua liberdade em sentido contraditório ao fundamento regular do organismo coletivo ... (p. 257).
- 10) Entre a vontade ... uma harmonia cujo rompimento não pode deixar de constituir um desvio da ação individual em detrimento do interesse comum. (p. 257).
- 11) Esse conceito de liberdade, inseparável da configuração ideológica do Estado Autoritário, reflete-se nos diferentes planos em que as iniciativas, as atividades e os interesses do indivíduo tem de ajustar-se ao bem público. (p. 257).
- 12) ... Tudo aquilo que o Estado autoritário tem por finalidade alcançar no conjunto da vida nacional. (p. 258).

- 13) Esse sentido voluntarista, que se reflete em todos os aspectos da vida contemporânea, pode ser apontado como traço mais característico da idéia central do corporativismo. (p. 261).
- 14) ... o indivíduo, em obediência ao instinto de conservação e a salvaguarda dos seus próprios interesses, não tem nem pode ter vantagem em pretender exercer a sua liberdade pessoal além do círculo demarcado pela natureza do sistema em que ele se acha integrado. (p. 262).
- 15) Sob o ponto de vista sociológico, ou em outras palavras, para o homem considerado em grupo, é preciso que a liberdade de pensar seja completada por outra, a de expressão livre de seu pensamento. (p. 265).
- 16) Para que a liberdade possa ser limitada no estado autoritário - democrático é preciso que as suas manifestações se traduzam em efetividade de ação material ou na possibilidade de tal ação poder ser razoavelmente previsível. (p. 267).
- 17) Este (o Estado) no desempenho da sua ação precípua de reprimir ... tem de intervir coibindo qualquer abuso de liberdade ... (p. 267).
- 18) ... diremos que o critério a ser usado na matéria deve ser exclusivamente o da possibilidade de resultarem ou não ... (p. 268).
- 19) Entretanto, as mesmas idéias ... deveriam ser consideradas invioláveis ... (p. 268).
- 20) ... incide na órbita da vigilância que o Estado pode exercer em matéria de liberdade de expressão do pensamento. (p. 268).
- 21) O Estado ... tem o dever de exercer vigilância sobre as expressões do pensamento. (p. 269).
- 22) ... o poder público deve adotar como critério prático a verificação da possibilidade ou não de resultarem perigos para o Estado ... (p. 269).
- 23) Finalmente, completando esse critério prático, pode-se admitir como postulado ... deve ser diretamente proporcional a elevação intelectual ... (p. 269).

- 24) Em outras palavras, a liberdade de exprimir o pensamento não pode ser igual para todos. (p. 269).
- 25) Um grande artista, no exercício das prerrogativas do espírito não pode submeter a sua inteligência criadora ... (p. 269).
- 26) O critério da liberdade, em tais condições, teria forçosamente de ser abaixado ao nível ínfimo ... (p. 271).
- 27) ... O cunho das suas elaborações espirituais tem forçosamente de ficar onerados ... (p. 272).
- 28) Mas por ser realístico, o Estado autoritário tem forçosamente de ser progressivo (p. 273).
- 29) ... o Estado novo não pode prescindir da influência . (p. 274).
- 30) E o papel dessas forças não *deve* ter o cunho de subaltermidade ... (p. 274).
- 31) Ao lado dessa missão, a elite intelectual tem a exercer outra ainda mais profunda e de muito maior alcance nas suas finalidades. (p. 275).
- 32) ... é claro que as prerrogativas espirituais da elite não podem ser sujeitas a quaisquer restrições. (p. 275).
- 33) O Estado ... tem o dever iniludível de exercer a vigilância sobre as expressões vulgares. (p. 275).
- 34) ... o Estado tem de discriminar entre as categorias ... (p. 275).
- 35) Somente nas organizações sociais e políticas sólidas e fortes o indivíduo pode encontrar as condições imprescindíveis à realização das suas aspirações de felicidade pessoal. (p. 277).
- 36) O equilíbrio necessário só pode ser alcançado pelo predomínio ... (p. 278).
- 37) ... o conceito de liberdade tem de ajustar-se aos imperativos da sobrevivência ... (p. 278).
- 38) Mas as possibilidades ... podem justificar a esperança (p. 279).

➤ Em O. Vianna

- 1) Realmente, só delirantes paranóicos ou cegos às realidades ambientes poderiam supor possível o self-government no Acre ou no Triângulo. (p. 111).
- 2) O sentimento da unidade social, o patriotismo local não se havia podido ali formar ... (p. 112).
- 3) Em segundo lugar, o índice de sua condensação social não podia deixar de ser inferior a 8 habitantes ... (p. 115).
- 4) Por maior que fosse, pois, a difusão ... não era possível que aquela população pudesse ter uma consciência política ... (p. 115).
- 5) De mais, seria preciso também saber se havia ali ... quem pudesse assumir a direção integral daquela sociedade. (p. 115).
- 6) ... que muitas vezes acontece que um governo ... pode ser, não obstante muito mais favorável ao progresso de um povo ... (p. 116).
- 7) Um regime de descentralização sistemática, de fuga à disciplina do centro, de localismo ou provincialismo preponderante, em vez de ser um agente de força e progresso, pode muito bem ser um fator de fraqueza e aniquilamento e, em vez de assegurar a liberdade e a democracia, pode realmente causar a morte da liberdade e da democracia. (p. 117).
- 8) O perigo está em que este sentimento do grupo nacional pode entrar em fase de desintegração e mesmo desaparecer. (p. 118).
- 9) Os povos de fraco sentimento coletivo, isto é, aqueles em que a consciência do grupo nacional é rudimentar ou nula, não podem elevar-se, por isso mesmo, ao culto do Estado ... (p. 119).

➤ Em A. Amaral observamos:

- Enunciados modalizados com *poder* -

(2) (3) (4) (8) (9) (10) (13) (14) (20)(23) (24) (25) (29) (32) (35) (36) (38).

- Enunciados modalizados com *dever* - este se distribui sob as formas: *é preciso que, tem que, tem o dever de, deveria, teria que*:

(1) (5) (6) (7) (11) (12) (15) (16) (17) (18) (19) (21) (22) (26) (27) (28)(30) (31) (33) (34) (37).

Uma análise intuitiva inicial revela haver, por detrás dos enunciados modalizados, um *eu* do locutor e um *tu* do leitor envolvidos numa relação de maior ou menor proximidade. A presença do *dever* supõe um *eu* marcadamente distanciado do *tu*. As formas marcadas com o núcleo verbal *poder*, entretanto, diminuem a distância que o locutor procura manter entre si e os atores do processo político em questão, se incluindo mesmo teoricamente na luta e ação prática a atingir.

Assim, em (22): “O Estado tem o dever de exercer vigilância sobre as expressões do pensamento” (p. 269), observa-se uma relação bastante distanciada entre quem enuncia e o receptor do enunciado, num apagamento de marcas pessoais da elocução. A ação proposta (exercer vigilância) parece ser conduzida pelo próprio Estado (entidade abstrata e atemporal) e não por alguém datado e localizado no tempo. Já em (39): “...mas as possibilidades dinâmicas do Estado autoritário podem justificar a esperança de estarmos no começo da construção do Brasil engrandecido pelo aproveitamento das suas riquezas” (p. 279), essa distância é atenuada e vemos como que uma inserção do autor na luta concreta pela adoção de um modelo de Estado autoritário.

Observa-se também que esses enunciados funcionam, por assim dizer, como reguladores dos limites e expansões do modelo político apresentado e respondem pela forma pela qual o processo revolucionário deve caminhar, de modo a garantir sua sustentação. Ao mesmo tempo, explicita os princípios sobre os quais ele deve se manter, invalidando as teses contrárias a esses princípios. Alguns exemplos ilustram o que acabamos de mencionar:

(5) “... mas apenas (o novo regime) demarcou a este (indivíduo) a posição que ele tem forçosamente de ocupar em um sistema...” (p.255).

(9) “Assim nenhum indivíduo pode sentir impulsos que o leve a exercer a sua liberdade em sentido contraditório ao funcionamento regular do organismo coletivo ...” (p. 257).

Esses dois exemplos nos levam a perceber os limites aceitos e tolerados pelo sistema que está sendo implantado. Entretanto, ele também admite algumas expansões. Nos enunciados (33) (26) (30) percebemos isto: (33) “... é claro que as prerrogativas espirituais da elite não podem ser sujeitas a quaisquer restrições”. (p. 275). O mesmo ocorre em (26) “um grande artista no exercício das prerrogativas do espírito não pode submeter a sua inteligência criadora e as formas peculiares da sua estesia aos limites traçados pelas injunções do pudor”. (p. 269) e (30) “... o Estado não pode prescindir da influência permanente das forças intelectuais e culturais que representam os elementos de dinamismo espiritual da coletividade”. (p.274).

Uma outra forma de tratamento que se pode dar aos enunciados modalizados como um todo seria postular que eles, como enunciados com força argumentativa incontestável, possuem em sua estrutura *lugares*, premissas de ordem geral, utilizados quando se quer fundar valores ou hierarquias ou reforçar a intensidade da adesão de qualquer tipo de auditório a algumas teses. Segundo Perelman, em seu artigo “Les Lieux”, extraído de *La Nouvelle Rethorique* (1970), os lugares podem ser agrupados em: lugares de quantidade, de qualidade, de ordem, do existente, da essência, da pessoa. No caso em questão, enfatizei um deles que é o lugar do existente, assim definido por Perelman; “Les lieux de l'existant affirmant la supériorité de ce qui existe, de ce qui est actuel, de ce qui est réel, sur le possible, l'éventuel, ou l'impossible”. (p. 126). Dessa forma, percebemos existir nos enunciados modalizados um movimento nesse sentido, na medida em que a inclusão do modalizador em um enunciado o faz saltar da região do real, daquilo que existe, daquilo que é atual, para a região do possível, do eventual, e até mesmo do impossível. Assim em (1) por exemplo, “Todas as teorias do Estado ... que o legislador deve tornar estável por meio das instituições assecuratórias de uma ordem tão inalterada quanto possível”. (p. 247), detectei

existir esse movimento, e conseqüentemente, a superioridade do enunciado sem o modalizador sobre o enunciado modalizado, na medida em que a inserção do modalizador no enunciado o relativiza e o instabiliza, perante os parâmetros definidores da sua própria elocução.

A que se presta, então, a utilização tão maciça de enunciados modalizados no discurso investigado: um discurso com nítidas pretensões objetivas e definidas? Em que medida um autor que visa formalmente contribuir para a discussão à respeito da formulação de um novo regime político e subrepticamente, contribuir decisivamente no processo de envolvimento e arrebanhamento de leitores à causa do novo regime, vê, no recurso aos modalizadores, formas eficazes de atingir tal objetivo? Penso que algumas razões justificam esse interesse.

A primeira delas diz respeito ao fato de o autor, em nenhum momento, querer ser flagrado em suas intenções fundamentais. Dessa forma, há uma preocupação por parte dele em marcar o quanto possível um distanciamento entre a instauração propriamente dita desse regime e a sua participação pessoal no processo. Em suma, dizendo que o novo regime *deve* ou *deveria*, *pode* ou *poderia*, ele se isenta da responsabilidade de assumir esse novo projeto como um todo já acabado e definido, no que concerne aos seus fundamentos. Em segundo lugar, o autor quer ver alicerçada a crença do leitor (ouvinte) de que esse novo regime se apresenta como um projeto político em processo constante de elaboração e discussão. Algo que não quer se impor simplesmente pela coerção e pelo arbítrio, mas sim, pela capacidade decisória e reflexiva de todo o povo brasileiro. O autor, assim, procura reforçar e criar no leitor a impressão de que é todo o povo brasileiro que decide (pela implantação) e não uma minoria.

Com relação aos enunciados negativos conforme abaixo:

➤ Em A. Amaral:

- 1) No totalitarismo bolchevista ou fascista não surge, nem pode surgir o problema da liberdade individual. (p. 248).

- 2) ... no Estado totalitário não pode haver problema de liberdade. (p. 249).
- 3) O problema da liberdade, que, como vimos, não pode sequer ser formulado nas condições do regime totalitário, também não se apresenta na democracia liberal ... (p. 251).
- 4) O Estado Autoritário brasileiro não fixa princípios abstratos em relação a nenhum problema encontrado na vida social do país. (p. 253).
- 5) Nas organizações totalitárias o indivíduo não tem direito à liberdade alguma (p. 254).
- 6) O Estado autoritário não restringe nenhuma liberdade, mas apenas adapta o exercício das atividades de todo gênero de cada indivíduo ao círculo naturalmente traçado pela capacidade que cada um tem de atuar espontaneamente sem comprometer o funcionamento eficiente da organização estatal. (p. 255).
- 7) Mas essa precariedade é apenas ilusória e na realidade o Estado Autoritário não restringe nenhuma liberdade mas apenas adapta o exercício das atividades de todo gênero de cada indivíduo ao círculo naturalmente traçado pela capacidade que cada um tem de atuar espontaneamente sem comprometer o funcionamento eficiente da organização estatal. (p. 255).
- 8) ... o novo regime não veio criar um fator de compressão do indivíduo, mas apenas demarcou a este a posição que ele tem forçosamente de ocupar em um sistema no qual todas as atividades se coordenam para um objetivo supremo, representado pela segurança, tranquilidade e prosperidade da nação. (p. 255).
- 9) Admitir, portanto, que o Estado não inclua entre as suas atribuições precípuas a vigilância para evitar a ocorrência de semelhantes desarmonias seria negar os próprios fundamentos ideológicos do regime. (p. 257).
- 10) E tal qual aparece no tocante a liberdade no plano político, o indivíduo em obediência ao instinto de conservação e a salvaguarda dos seus próprios

interesses não tem, nem pode ter vantagem em pretender exercer a sua liberdade pessoal além do círculo demarcado pela natureza do sistema em que ele se acha integrado. (p. 262).

- 11) Não há, pois, no novo regime, sacrifício da liberdade na ordem econômica. (p. 262).
- 12) Mas não basta a liberdade irrestrita de pensamento para que o homem possa tornar-se consciente da posse e do gozo dos predicados de que o investe a situação por ele conquistada na escala da evolução da vida. (p. 265).
- 13) Aqui estamos em terreno onde a confraternização e cooperação de democráticos, autoritários e liberais é não somente possível, mas inevitável. (p. 265).
- 14) Mas impedir a venda e a leitura dos livros de Marx não se justifica, porque tais obras ... ordem, o Estado autoritário-democrático não tem razão para interessar-se por esse assunto. (p. 269).
- 15) Em outras palavras, a liberdade de exprimir o pensamento não pode ser igual para todos. (p. 269).
- 16) Um grande artista no exercício das prerrogativas do espírito não pode submeter a sua inteligência criadora às formas peculiares do pudor. (p. 269).
- 17) Em um dos capítulos precedentes, julgamos ter demonstrado que a idéia de igualdade não é essencial ao conjunto ideológico em que se apóia a democracia. (p. 270).
- 18) Semelhante solução do problema da liberdade espiritual não envolveria apenas uma injustiça enorme aos indivíduos superiores, mas também grave prejuízo para a sociedade. (p. 271).
- 19) A função das elites culturais não é propriamente criar uma tábua de valores que sirva de norma à conduta cívica e as atividades sociais e políticas das massas da população. (p.272)

- 20) Tudo que não é ilusão tem por características um dinamismo incessantemente transformador. (p. 273).
- 21) Não é uma forma cristalizada de pensamentos mumificados. (p. 274).
- 22) O Estado novo não pode prescindir da influência permanente das forças intelectuais e culturais que representam os elementos de dinamismo espiritual da coletividade. (p. 274).
- 23) E o papel dessas forças não deve ter o cunho de subalternidade pela limitação das suas atividades ao desempenho de uma função meramente interpretativa da ideologia básica da organização nacional. (p. 274).
- 24) ... é claro que as prerrogativas espirituais da elite não podem ser sujeitas a quaisquer restrições. (p. 275).
- 25) Mas a possibilidade de um erro não autoriza a sociedade a renunciar a medidas cuja vantagem na generalidade dos casos é indiscutível. (p. 276).
- 26) Para ele todo o jogo do social se equilibra através do conflito entre essas duas forças, as quais, se mobilizadas adequadamente, “asseguram a continuidade da estrutura orgânica da sociedade”. (p. 277).
- 27) Para assegurar o futuro da nação não basta, por certo, termos criado o Estado novo. (p.279)

➤Em O. Vianna:

- 1) O preconceito da liberdade local, ou melhor, o preconceito de que o poder central, a subordinação ... que já não dominava apenas os seus grupos superiores, mais cultos e mais “bovarizados” mas invadira os seus núcleos locais mais obscuros. (p. 110).
- 2) Os centros regionais mais longínquos e retardatários já não se limitavam a considerar intolerável o jugo do Poder Central. (p. 110).

- 3) O sentimento da unidade social, o patriotismo local não havia podido ali formar, não só porque os elementos originários, com que se constituiu ... (p. 112).
- 4) O quadro das classes sociais ... não estava constituído. (p.112).
- 5) Como não havia ordem, não havia justiça, não havia polícia ... como não havia nada disso ... (p. 113).
- 6) Por certo, o Triângulo não estava por aquela época no ... (p. 114).
- 7) Felizmente, o separatismo do Triângulo não teve outro efeito ... (p. 115).
- 8) Em segundo lugar, o índice de sua condensação social não podia deixar de ser inferior a 8 habitantes por quilômetro quadrado ... (p. 115).
- 9) Por maior que fosse, pois, a difusão dos seus centros de cultura e a generalização da riqueza particular, não era possível que aquela população ... (p. 115).
- 10) Porque a verdade é que muitos ..., que ainda não se havia formado quando o imprevisto federativo os elevou, de repente, à condição de entidades soberanas. (p. 115).
- 11) Porque é preciso recordar, com Seely, que a liberdade e a nacionalidade não são os únicos bens do mundo. (p. 116).
- 12) ... Honra-se intimamente com isto; a subordinação não o revolta como uma humilhação. (p. 117).
- 13) Dando esta prova de abnegação e de sacrifício dos seus pontos de vista pessoais ou tribais, os homens de partido da França, mostraram que a grande nação latina ainda não passou, ainda merece a ... (p. 118).
- 14) Os povos de fraco sentimento coletivo, isto é, aqueles em que consciência do grupo nacional é rudimentar ou nula, não podem elevar-se, por isso mesmo, ao culto do Estado e da sua autoridade, não compreendem nem praticam as virtudes da obediência e da disciplina. (p. 119).

Observa-se, com base na amostragem, que os enunciados negativos ocorrem sob diferentes formas, a saber:

A. Enunciados negativos propriamente ditos:

➤ Em A. Amaral:

(4) (5) (9) (11) (12) (14) (17) (19) (20) (21) (25) (26)

➤ Em O. Vianna:

(4) (5) (6) (7) (10) (11) (12) (13)

B. Enunciados negativos modalizados:

➤ Em A. Amaral:

(1) (2) (3) (10) (15) (16) (22) (23) (27) (24)

➤ Em O. Vianna:

(8) (9) (14)

C. Enunciados negativos do tipo não ... mas:

➤ Em A. Amaral:

(6) (7) (8) (18) (13)

➤ Em O. Vianna:

(1) (2) (3)

Pode-se considerar algumas das hipóteses explicativas a respeito dessas ocorrências em que intervém o fenômeno da negação. Esta possui duas funções peculiares, apontadas desde a Idade Média até mais recentemente por Ducrot e Searle. A primeira delas é a função descritiva da negação (negação da conveniência do predicado ao objeto referido pelo sujeito); a segunda é a função metalingüística da negação, no caso em que a falsidade do enunciado decorre da ausência de referência da expressão sujeito. Com base nessa distinção, podemos levantar a hipótese a respeito dessas ocorrências. Ao se utilizar de um enunciado negativo, o autor nega o objeto de afirmação correspondente ao enunciado

negativo, sendo que esta afirmação pode não ter sido explicitada pelo destinatário a quem a mensagem se dirige⁸.

Ducrot, comparando os enunciados:

Não há nuvem no céu.

Esta parede não é branca.

diz que o segundo enunciado é, em geral, empregado para manifestar a oposição do enunciator à afirmação anterior *Esta parede é branca*. É esta afirmação, que, embora não tendo sido formulada explicitamente pelo destinatário, lhe é atribuída pelo enunciator ou destinador, de tal modo que a sua enunciação, a sua realidade lingüística se dá como pura representação. Neste sentido, o destinatário é um destinatário representado e da aceitação ou não deste papel que é atribuído ao destinatário real no e pelo enunciado negativo dependerá a forma de desenvolvimento do diálogo entre os indivíduos que dele participam". Algumas considerações se fazem necessárias diante dessas formulações. Nos enunciados negativos, propriamente ditos, cuja estrutura gramatical é marcada negativamente, observa-se uma interrelação estreita com os enunciados de forma afirmativa, sendo que esse esquema se mantém pela representação que o enunciator (autor) efetua a respeito de uma possível réplica ou concordância do destinatário da mensagem. Dessa forma, na presença de cada enunciado, pode-se reconstruir um esquema afirmativo reduzido a duas proposições fundamentais. Assim, em (4) *O estado Autoritário brasileiro não fixa princípios abstratos em relação a nenhum problema encontrado na vida social do país.*, temos:

⁸ Observa-se que a função metalingüística na negação, segundo Ducrot, tem o caráter de refutar uma afirmação anterior, cuja formulação pode não ter sido feita explicitamente pelo destinatário a quem a refutação se dirige, mas que lhe é atribuída pelo enunciator, no momento em que este a contesta no enunciado negativo que produz.

A - SN sujeito - O estado Autoritário brasileiro.

B* - SN objeto (classe de oposição a B) - princípios abstratos.

V - verbo - fixar.

de forma que:

(a)

Algumas pessoas pensam que A V B* - algumas pessoas pensam que o Estado Autoritário brasileiro fixa princípios concretos.

(b)

Algumas pessoas pensam que A V B - algumas pessoas pensam que o Estado Autoritário brasileiro fixa princípios abstratos.

(5) Nas organizações totalitárias o indivíduo não tem direito à liberdade alguma.

(a)

Algumas pessoas pensam que nas organizações totalitárias o indivíduo tem liberdade restrita.

(b)

Algumas pessoas pensam que nas organizações totalitárias o indivíduo tem direito à liberdade.

(9) Admitir, portanto, que o Estado não inclua entre as suas atribuições a vigilância...

(a) Algumas pessoas pensam que o Estado inclui a vigilância.

(b) Algumas pessoas pensam que o Estado não inclui a vigilância.

(11) Não há, pois, no novo regime, sacrifício da liberdade na ordem econômica.

(a) Algumas pessoas pensam que no novo regime há liberdade.

(b) Algumas pessoas pensam que no novo regime há cerceamento da liberdade.

(12) Mas não basta a liberdade irrestrita de pensamento ...

- (a) Algumas pessoas pensam que outras coisas são necessárias além da liberdade irrestrita de pensamento.
 - (b) Algumas pessoas pensam que basta a liberdade irrestrita de pensamento.
- (14) Mas impedir a venda e a leitura dos livros de Marx não se justifica ...
- (a) Algumas pessoas pensam que impedir a venda e a leitura dos livros de Marx é injustificável.
 - (b) Algumas pessoas pensam que impedir a venda e a leitura dos livros de Marx se justifica.
- (17) Em um dos capítulos precedentes, julgamos ter demonstrado que a idéia de igualdade não é essencial ao conjunto ideológico em que se apóia a democracia.
- (a) Algumas pessoas pensam que a idéia de igualdade é secundária ao conjunto ideológico em que se apóia a democracia.
 - (b) Algumas pessoas pensam que a idéia de igualdade é essencial ao conjunto ideológico em que se apóia a democracia.
- (19) A função das elites culturais não é propriamente criar uma tábua de valores que sirva de norma à conduta cívica e às atividades sociais e políticas das massas da população.
- (a) Algumas pessoas pensam que a função das elites culturais vai além da criação de uma tábua de valores ...
 - (b) Algumas pessoas pensam que a função das elites culturais é criar uma tábua de valores ...
- (21) Não é uma forma cristalizada de pensamentos mumificados.
- (a) Algumas pessoas pensam que é uma forma dinâmica de pensamentos vivos.

- (b) Algumas pessoas pensam que é uma forma cristalizada de pensamentos mumificados.
- (25) Mas a possibilidade de um erro não autoriza a sociedade a renunciar a medidas cuja vantagem na generalidade dos casos é discutível.
 - (a) Algumas pessoas pensam que a possibilidade de um erro desautoriza a sociedade a ...
 - (b) Algumas pessoas pensam que a possibilidade de um erro autoriza a sociedade a ...
- (26) Para assegurar o futuro da nação, não basta por certo termos criado o Estado novo.
 - (a) Algumas pessoas pensam que para assegurar o futuro da nação outras coisas são necessárias além da criação do Estado novo.
 - (b) Algumas pessoas pensam que para assegurar o futuro da nação basta a criação do Estado novo.

Com base nesses enunciados, há que se considerar alguns pontos. O primeiro deles é que tanto em (a) como em (b) as proposições obtidas se inscrevem numa relação iminente e direta com os enunciados negativos correspondentes. O segundo é que a negação aí envolvida se faz em cima do factual, do real. O terceiro é que à (a) correspondem sistematicamente às proposições favoráveis às teses políticas contidas no discurso do autor (a que chamaremos de teses “correligionárias”) e a (b) correspondem as proposições contrárias a estas (teses “adversárias”). Entre elas, porém, e as mediando, detectamos uma série de pressuposições negadas. Esses enunciados pressupostos negados apontam para a existência de um jogo argumentativo que essencialmente quer significar que aí existe um processo discursivo envolvendo um *eu* e um *tu*, pretendendo ir além da narração objetiva de certos fatos relacionados ao surgimento do Estado novo. Contribui também decisivamente para o processo de adesão dos leitores (povo brasileiro elitizado) aos postulados fundamentais do novo regime. A forma pela qual se efetiva a recuperação de

pressupostos é a seguinte: *o autor infere do discurso adversário ao seu alguns pressupostos básicos, efetua uma inversão dos seus argumentos e, em seguida, os nega, na apresentação do seu modelo político.* É claro que esse processo, que diríamos de ocultamento, apagamento e deformação de teses contrárias, só tem garantido êxito, se os pressupostos que o autor nega forem exatamente os valores reconhecidamente não aceitos por consenso pela população. Utilizando-se os mesmos enunciados negativos já levantados, tem-se como pressuposições, pelo autor manipuladas e negadas, a título de exemplificação:

- (4) Um bom sistema político deve ser obscuro e abstrato em seus princípios.
- (5) Todo sistema político deve ser coercitivo.
- (9) Um Estado deve excluir a vigilância de suas atribuições.
- (11) Um bom regime deve conceder total liberdade de ordem econômica.
- (12) Um bom sistema deve se restringir a conceder liberdade irrestrita de pensamento.
- (14) Um bom regime deve impedir a venda e a leitura de livros considerados “perigosos” ideologicamente.
- (17) Um bom sistema deve considerar a idéia de igualdade essencial.
- (19) A função das elites culturais deve ser a de criar uma tábua de valores.
- (21) Todo bom regime é uma forma cristalizada de pensamento mumificados.
- (25) Toda sociedade deve desistir de medidas cuja vantagem é indiscutível.
- (26) A criação do Estado novo, por si só, será capaz de assegurar um futuro à Nação.

Todos esses pressupostos, inferidos indevidamente e habilmente negados, revelam uma apropriação do discurso do outro, impossibilitando-o de emergir em sua inteireza e completude e despojando-o de qualquer substrato coerente e plausível. Ele passa a existir unicamente como pano de fundo à

tentativa de legitimação das teses apresentadas e é exposto à manipulação e deformação por parte de quem o utiliza⁹.

Com isso:

- (a) O autor pensa atingir àqueles que se situam numa faixa intermediária, indecisos quanto a opção política que devem assumir e pôr em ação.
- (b) O autor desloca um campo de argumentação do discurso do adversário para um terreno em que tenha pleno domínio e poder. Para isso, conta com uma série de formações imaginárias que sabe asseguradas nos leitores: princípios de cunho moral, significações reconhecidamente aceitas, tais como:
 - Um bom sistema deve ser: coerente, prático, organizado, estável, justo, harmonioso, objetivo, vigilante, igualitário, libertário, etc.
 - O lugar do preferível é aqui utilizado, se retomarmos a classificação que Perelman infere sobre os lugares. Um sistema coerente é preferível sobre um incoerente, um justo é preferível a um injusto, um organizado sobre um desorganizado, etc.
- (c) De um modo geral, observa-se haver, por detrás dos enunciados negativos, uma tentativa de passagem de lugares de quantidade para de qualidade. Por exemplo, do que é normal (quantidade) para o que é raro (qualidade), do que é fácil para o que é difícil, do que é vulgar para o que é original, do que é abrangente para o que é único. Há, assim, um salto qualitativo que argumenta em favor da implantação de um modelo político que o realize.

Quando se diz, por exemplo, como em (11) “Não há, pois, no novo regime, sacrifício da liberdade na ordem econômica”. (p. 262), o autor, por meio do

⁹ Em outros termos: ficam registradas nas franjas intersticiais desse tecido tramado para enredar os leitores, e por isso urdido como monofônico, um processo de silenciamento de outras vozes que acabam por interferir na suposta neutralidade do dito, denunciando haver aí um movimento que aprisiona o objeto (texto teórico) ao seu sujeito (autor), de tal forma que fica impossibilitada a emergência de outras vozes no espaço discursivo estabelecido entre eles, resultando daí seu confronto.

recurso ao lugar do que é normal (haver sacrifícios dessa ordem no plano econômico) para o que é raro (não haver sacrifícios da liberdade no plano econômico), argumenta a favor do Estado Autoritário, etc.

Finalmente algumas considerações devem ser feitas em relação aos enunciados negativos do tipo não ... mas contidos em (C). Vogt (1980) aponta para esse tipo de negação *não ... mas*, explicando que ela ocorre em dois tipos de enunciados, a saber: Pedro não é inteligente, mas aplicado.

Pedro não é inteligente mas é aplicado.

A diferença entre eles é que, no primeiro caso, ocorre um *mas* equivalente ao *sino* do espanhol e ao *sondern* do alemão a que os autores chamam *mas SN*, enquanto que, no segundo caso, o *mas* é do tipo *mas PA* e corresponde ao emprego que caracteriza a conjunção *pero*, em espanhol e a conjunção *aber*, em alemão. O autor reconhece no primeiro enunciado uma negação metalingüística, isto é, uma negação cujo emprego se dá num enunciado sobre outro enunciado; no segundo caso, a negação seria descritiva e, deste modo, o enunciado em que se dá a sua ocorrência estaria destinado a falar de coisas e não de enunciados.

Temos indícios de que estamos diante do segundo caso, já que percebermos existir nesses enunciados uma zona não explicitada que pertence exatamente ao discurso do destinatário ao qual o discurso do falante se opõe.

Esta constatação coincide com a análise que diz: "...desse modo, a negação gramatical que pode ocorrer antes do *mas PA* não tem como autor original o falante, mas o ouvinte, cuja fala está representada na duplicidade de vozes que caracteriza a enunciação efetiva desta entidade complexa que é o sujeito da enunciação, misto de destinador e destinatário. Portanto, uma das condições para que a negação gramatical possa ocorrer no contexto de *mas PA* é que o destinatário tenha dito *não B* ou seja representado como se o tivesse feito. Por outro lado o *eu* da enunciação de um enunciado com *mas PA* é ele mesmo uma representação, uma categoria cuja identidade não é de forma alguma positiva, já que depende necessariamente da representação do *outro* para que

seu papel se complete na finalidade a que se propõe, isto é, argumentar contra as conclusões que poderiam ser tiradas das opiniões do destinatário, ainda que essas não lhe fossem atribuídas senão como um papel necessário para fundamentar o desempenho do próprio enunciador”. (p. 158).

Na realidade, o que se percebe é que a utilização desses enunciados se faz de forma a silenciar as teses contrárias às que o autor pretende assumir. Esse silenciamento se efetua na medida em que o autor não nega formalmente a afirmação contrária. Ao invés disso, concede até um certo reconhecimento à argumentação contrária, para, em seguida, opor-se a ela, de forma “atenuada”. A utilização do advérbio *apenas* é sintomático desse tipo de ocorrência, visto que a função que este tem é o de minimizar o impacto da negação e, ao mesmo tempo, deslocar e postergar a discussão das proposições negadas. Com seu campo de argumentação assim demarcado o autor não corre o risco de ver a sua argumentação se fazer em um sentido contrário ao que pretende, ao mesmo tempo efetuando um cerceamento do adversário em sua possível réplica ao que foi formulado, visto que o autor prevendo-a, desloca o campo argumentativo, e consequentemente e pretensamente preserva a relação ideológica de dominação sobre o leitor.

O artigo de Oliveira Vianna *Liberdade ou Nacionalidade*, contido em *Problemas de Política Objetiva* pode ser analisado em direção similar a que se efetuou em Azevedo Amaral, visto que os dois autores possuem aproximações teóricas e estão envolvidos na tarefa de conceituação metodológica e ideológica da Revolução de 30. Em Oliveira Vianna, assim como em Azevedo Amaral, a argumentação é conduzida de forma a evidenciar os riscos que uma política liberalista acarretaria aos anseios de toda a coletividade brasileira, a saber, a *busca de uma unidade nacional*. Como em Azevedo Amaral, Oliveira Vianna subordina essa unidade ao redor de um Estado centralizador, forte, soberano e absoluto, capaz de responder a esses anseios. Finalmente, em ambos, a questão da liberdade é relativizada, condicionada à ação de outra força, igualmente

importante: a da integridade da Nação, mesmo se conseguida sob o uso do direito de intervenção do Estado.

Os passos que se procurou seguir na abordagem do texto foram os mesmos utilizados em A. Amaral. Inicialmente, levantei todas as significações expressas, e procedi ao seu fichamento e análise. Em seguida, retirei do texto os enunciados com ocorrência frasal do tipo *SN V SO*, sendo que a *V* correspondem os verbos *ser* e *estar* ou outros comutáveis com eles. Finalmente, investiguei os enunciados modalizados, procurando, pela análise proposta em cada um desses itens, propor algumas hipóteses específicas e mais abrangentes sobre os pontos de aproximação e distanciamento de perspectiva nos dois teóricos.

Com relação ao primeiro passo, verifiquei que, apesar de se posicionar constantemente contra a tendencionalidade e de se sustentar sobre as bases da imagem do escritor descompromissado da prática política, o texto de O. Vianna é recheado de um sem-número de significações, noções vagas e gerais que servem para apontar exatamente em direção oposta. O autor utiliza indiscriminadamente expressões que significam valores, que sabe, contam com o consenso da maioria da população brasileira. Agindo deste modo, concentra toda a sua argumentação de forma a obter adesão às teses propostas pela Revolução.

A análise desse material inicial já efetuada quando do exame do artigo de A. Amaral, por si só, esboça o quadro de fundo sobre o qual repousam as considerações relativas aos passos seguintes.

Em seguida, detive-me nas estruturas frasais aproximativas de um modelo didático, visto que estas estabeleceriam, no interior do texto, relações de pura narração de acontecimentos, sem marcas de pessoalidade. A exemplo de A. Amaral, elas ocorrem, entretanto em número bem mais reduzido. Tais enunciados, se cumprem, como já observado, um papel de cunho didático-teórico, por outro lado, denunciam uma preocupação aparente do autor em se colocar por detrás de toda práxis política. Dessa forma, a proporção desigual entre os enunciados em

um e outro autor emanam do maior ou menor resguardamento que ambos fazem do seu papel enquanto sujeitos intelectuais.

A digressão pode ser analisada sob esse prisma, principalmente, levando-se em consideração o maior ou menor distanciamento que os autores mantêm em relação ao momento temporal da Revolução. Há aí um espaço cronológico de mais ou menos 10 anos entre as datas das duas edições. O texto de A. Amaral, escrito e publicado em 1938, é concebido fundamentalmente com o intuito de respaldar teoricamente o Golpe em bases sólidas de raciocínio depurado e objetivo. Assim sendo, o autor “trabalha” o texto sob esse aspecto, refinando conceitos e noções de maneira mais “científica”¹⁰.

O. Vianna publica seu artigo em 1930 e o reedita em 1947, sendo que entre as duas datas, o autor refaz algumas colocações sob a forma de notas de rodapé. Dessa forma, quando do prefácio à segunda edição, e sem a premência da contingência temporal com a implantação do Estado Novo, Vianna pode gozar dos benefícios de ser um teórico *en naturaliste* (o grifo é nosso), como ele mesmo se definia.

Fica claro o porquê da seguinte colocação do autor nas páginas 14 e 15 do prefácio da segunda edição: “Esta unidade de pensamento, assim mantida por tão largo espaço de tempo, não é, pois intencionada, nem procurada. Como me parece um fato inegável, eu só a atribuí à metodologia empregada, ao espírito de rigorosa objetividade e inteira imparcialidade e isenção com que venho analisando até agora as realidades sociais e políticas do nosso povo”.

¹⁰ Sobre a linguagem científica, esta dissertação poderia ser valer da valiosa discussão efetuada por Possenti, S. em “Sobre linguagem científica e Linguagem Comum”. In: Os Limites do Discurso, 2002.

“Quero dizer, com objetividade científica, completa, absoluta; tanto quanto essa objetividade é realizável dentro das nossas limitadas possibilidades humanas”.

Caminhando um pouco mais além, chega-se aos enunciados modalizados e/ou modalizados negativos que, a meu ver, constituem-se em pistas mais explícitas e seguras de estar-se movendo em terreno “minado” pela passionalidade e envolvimento do autor, com relação ao seu instrumento de plataforma política: o seu discurso.

O número acentuadamente elevado de enunciados desse tipo me deixa confortavelmente segura em considerar que o recurso à instância da enunciação não só é necessário para o entendimento do discurso do autor, como é o pilar sobre o qual ele se mantém. Em outras palavras, o que se quer dizer é que, em O.Viana, o discurso só existe enquanto *na* e *pela* ação. Sua linguagem revela mais explicitamente as formas de manipulação, de captura mesmo, de um outro discurso, aquele que não pode aparecer explicitamente, mas sobre o qual toda a argumentação é montada de modo a calar as “outras vozes” do cenário político daquele momento. Quando descreve, no começo do artigo *Liberdade ou Nacionalidade*, a situação em que se encontrava o país antes da Revolução, os erros advindos de uma política de descentralização, e a situação posterior instaurada pelo Golpe, o autor “assume” mais referidamente, pela linguagem de que se serve, seja pelo recurso ao discurso indireto e discurso indireto livre, seja pelo recurso à citações, o outro discurso contido no seu próprio, e desse modo, mesmo sem o pretender, o legitima. Assim ocorre em: “Há vinte anos passados as idéias políticas, nos centros intelectuais e partidários, não só locais como mesmo federais, diferiam muito destas idéias atuais: *traíam a influência da concepção centrífuga do regime federativo*. Eram as liberdades provinciais, eram as franquias locais, eram a soberania dos Estados e a autonomia dos municípios que importavam, que interessavam, que estavam em moda”. (p. 108).

O direito de intervenção, que a União dispunha em virtude do art. 6º era considerado por aquela época, uma faculdade temerosa, cuja prefiguração,

mesmo longínqua, só por si, bastava para espalhar escuras sombras sobre a fronte pensativa dos chamados “defensores do regime”. Quanto ao próprio fato material da intervenção, este então era tido em abominação, considerado sacrilégio monstruoso e provocava, no colégio das vestais, guardadoras da “pureza do regime”, recuos de espantos, gritos histéricos, ululações de terror sagrado. Era este, há vinte anos passados, o estado geral da mentalidade das nossas elites dirigentes”. (p. 199).

Estes trechos ilustram o que comentamos, ou seja, na ânsia de descaracterizar, desconsiderar, ironizar o discurso do adversário, o autor acaba por conceder-lhe sua legitimação, fazendo-o emergir em seu próprio discurso.

Esse processo mais linguisticamente explícito da natureza ideológica do discurso de O. Vianna ganha uma maior sustentação, ao se observar serem as ocorrências dos modalizadores fundadas sobre o *poder* e não o *dever*. Como já se havia observado antes, o *poder* implica num certo grau de proximidade do enunciador sobre o enunciado. O apagamento das marcas subjetivas do autor são mais difusas e conseqüentemente encurtam a distância entre narrador e fato narrado. Dessa forma, o texto de O. Vianna está longe de ser caracterizador ou exemplo da imparcialidade exigida potencialmente a quem historia acontecimentos. Antes, é indiciador de um movimento que procura iludir, aludindo. Argumentar, persuadindo. Revelar, mutilando.

Aludir, persuadir, mutilar. Termos tão discrepantes à idéia arduamente construída do trabalho acadêmico em nossas mentes. Aristóteles, quando discute a questão dos *lugares*, em *Rhetorique III*, premissas comuns aos gêneros do discurso, levanta aquele, que a meu ver, incorpora bem essa contradição: o lugar da amplificação e da depreciação. Diz ele: “Sur la grandeur et la petitesse absolues des choses, leur grandeur et leur petitesse relatives, et en général, les choses grandes et petites, l’evidence résulte pour nous de ce qui a été dit. Nous avons, en effet, traité, à propôs du genre délibératif, de la grandeur des biens et, en général, du bien plus grand et du bien plus petit: pour donc que pour chacun des trois genres de discours, la fin proposée est un bien, à savoir l’intérêt, le beau

et le juste, il est manifeste que pour tous les orateurs les amplifications doivent être empruntées à ces moyens. Poursuivre encore notre recherche au delà de ces données sur la grandeur et la supériorité absolues serait parler pour ne rien dire; car, pour la pratique, les faits particuliers ont une importance plus décisive que les universels". (p. 103).

Em suma, para Aristóteles, o lugar da amplificação e da atenuação é uma das categorias sobre as quais o orador deve construir suas premissas. Estas, inevitavelmente devem advir daquilo que uma dada sociedade, submetida a certas condições históricas, gera como verdades irrefutáveis naquele momento preciso. Ora, passemos para o texto analisado. Se tomarmos os seguintes enunciados:

"O sentimento da unidade social, o patriotismo local não se havia podido ali formar, não só ..." (p. 112).

"... não era possível que aquela população pudesse ter uma consciência política desenvolvida, o sentimento real e lúcido de sua unidade regional e dos seus interesses comuns". (p. 115).

"De mais, seria preciso também saber se havia ali uma classe superior, suficientemente numerosa, que pudesse assumir a direção integral daquela sociedade". (p. 115).

"Um regime de descentralização sistemática, de fuga à disciplina do centro, de localismo ou provincialismo preponderante, em vez de ser um agente de força e progresso, pode muito bem ser um fator de fraqueza e aniquilamento, em vez de assegurar a liberdade e a democracia, pode realmente causar a morte da liberdade e da democracia . (p. 116).

"Os povos de fraco sentimento coletivo, isto é, aqueles em que a consciência do grupo nacional é rudimentar ou nula, não podem elevar-se, por isso mesmo, ao culto do Estado ..." (p. 119).

Observa-se que:

- 1) Em todas as ocorrências, é claramente enaltecido (amplificado) o status quo gerado por uma política de centralização.
- 2) Em todas as ocorrências, é atenuado (depreciado) o status quo gerado pela política contrária.
- 3) As expressões definidoras dessas duas situações são marcadas antinomicamente.

Dessa forma, obtém-se:

Situação louvável (Lugar): sentimento de unidade social, patriotismo local, consciência política desenvolvida, sentimento real e lúcido de sua unidade regional e de seus interesses comuns, etc.

Situação depreciada (Lugar): regime de descentralização sistemática, de fuga à disciplina, de provincialismo, de localismo, fator de fraqueza e aniquilamento, morte da liberdade e da democracia, etc.

Na medida em que o autor sistematicamente estabelece classes fortemente marcadas pela ambivalência dentro de um mesmo enunciado, mais se vê corroborada a hipótese de que, ao privilegiar a situação, imposta pelo Golpe através da construção de enunciados fundados sobre premissas moralmente credíveis aos olhos do povo brasileiro, amplificar significa invulnerabilizar todo o processo que determinou a situação vigente. Do mesmo modo, depreciar posicionamentos contrários significa torná-los impunes aos golpes porventura desferidos pelos adversários políticos.

Temos aí, uma das formas pelas quais, um discurso comprometido com o poder ditatorial se mantém incólume à reflexão crítica por grande parte da população supostamente esclarecida do País.

IV. GENERALIZAÇÕES

Com base nos resultados obtidas através da análise dos “corpora” de dois teóricos da Revolução de 30: Azevedo Amaral e Oliveira Vianna, chega-se a algumas generalizações possíveis. Antes, porém deve-se ressaltar que *generalizar* aqui significa:

- a) Alargar a ótica através da qual, comumente, focaliza-se os acontecimentos que propiciaram o Golpe de 30, resultando numa única e interessada leitura acerca dos mesmos.
- b) Estender essas observações ao campo da linguagem, visto ser, no seu interior, que se perpetuam os sinais de contradição, do esquecimento e do confronto de outras vozes (forças sociais) em questão.

Posto isso, pensou-se em reconstruir lingüisticamente o conjunto de dispositivos ideológicos que permitiram homogeneizar, linearizar um período da história do Brasil, marcado pelo conflito e não pelo consenso.

A desmontagem desse discurso submeteu-se a um instrumental previamente estabelecido, cuja análise desembocou em algumas questões sobre a natureza do processo discursivo imerso no tema do discurso da história. Passaremos a discorrer um pouco sobre algumas dessas questões. A fim de organizar essa discussão, pensamos em dividi-la em dois atos:

- 1) A trama das significações.
- 2) O jogo do Poder.

1. A Trama das Significações

Em aproximadamente 111 enunciados selecionados para a análise, levantamos um conjunto de 114 significações, noções de cunho moral a impregnar os dois discursos. Cada uma delas metaforicamente representa um fio que urde a tessitura da dominação e do arbítrio. A trama vai se montando de forma a engendrar um grande pano de fundo, tecido por mãos habilmente experientes em enredar interlocutores à sua causa política.

A viabilização desse projeto político, entretanto, constrói o grande cenário, “esquecendo-se” de colocar todos os atores em cena. Autoriza-se o aparecimento de apenas um: O Estado. Este, imbuído dos poderes de identificar, avaliar e responder aos anseios da coletividade, acaba assumindo a forma de um Estado-demiurgo. É evidente que para garantir esse poder, os pressupostos políticos da classe dominante devem tocar em alguns valores, que contam com o consenso da maioria da população brasileira. As significações, portanto, que assumem esses valores acabam por legitimar a Revolução em seus princípios fundamentais. Por outro lado, as significações opostas a estas, passam a ser endereçadas ao discurso político contrário. A linguagem assume um horizonte ético e obriga a uma definição partidária maniqueísta, em que o Bem está ao lado dos revolucionários e o Mal, nas oligarquias. Tal postura é originária na cultura grega, na democracia ateniense, século de Platão.

O século V de Platão havia inventado a democracia: discutível possibilidade de participação de todos no exercício do poder. Segundo Châtelet, in *História da Filosofia*, Volume I, Zahar Ed. (1973), em Atenas, ela começa estabelecida nas instituições e termina por penetrar nos costumes. Vai então se estender a todos os ramos de atividade e começar a derrubar os mitos religiosos: explicações profanas pouco a pouco substituem a interpretação sagrada. Contra as cosmogonias e teogonias, instauram-se investigações que visam descobrir

princípios de explicações “realistas” e que nada tomam da interpretação sagrada religiosa tradicional. A lógica do discurso já começa a se sobrepor à simbólica invocação; ao enigma da existência passa a também responder o Homem, não somente os deuses. O que mais se torna significativo nessa época é a atitude desse homem que se vê agora liberado do estigma do destino, mas, ao mesmo tempo, exposto a outro tipo de força para o qual não se vê preparado a lutar. De repente, a palavra passa a se constituir nessa força; é forçada a rever e questionar seu estatuto antigo. Agora, já não vão mais se formar jovens para serem bons cavaleiros, homens piedosos, respeitadores das divindades e da memória dos antepassados. Urge, agora, prepará-los para a arte da Oratória. É preciso saber falar. A palavra será vista agora como a “técnica das técnicas”, o que permite a cada um, na Assembléia, nos processos, fazer valer o seu ponto de vista. É graças a ela que o cidadão pode defender sua posição e sua independência, que ele se impõe na cidade. De forma de defesa passa a instrumento de poder. Abrem-se escolas pagas para que os cidadãos possam ensinar a falar bem de tudo e de não importa que causa. Aparentemente, sem conteúdo, na realidade essas escolas provocam uma mutação considerável no que diz respeito aos rumos que a democracia ateniense irá tomar. Em nome de sua própria existência, seus fundadores, os professores de retórica ou sofistas, passam a defender a livre expressão e conseqüentemente a manutenção dos princípios que fundam esse regime do qual tiram sua influência: esse tipo de ensino deve legitimar a todo custo e reconhecer a capacidade política e judiciária atribuída ao homem de decidir os seus destinos e, ao mesmo tempo, de relativizar a força da lei, visto ser ela resultado da convenção que os cidadãos estabelecem entre si, sem qualquer caráter sagrado, ou intangível (absoluto). Sua eficácia é puramente humana.

Concomitantemente a esse assalto da vaga humanística, as dificuldades provenientes dessa tomada de posição começam a surgir, determinando correntes de opiniões cada vez mais desordenadas quanto à melhor maneira de agir politicamente.

Enquanto a maior parte dos outros Estados gregos mantém a tradição - sob a égide da Antiga Esparta, Atenas se lança numa política de conquista, aumenta suas atividades comerciais, desenvolve sua civilização urbana, lança-se aos mares e seus homens lançam-se ao Poder. Levados pela tormenta da demagogia, esses homens públicos corrompem-se. O povo revolta-se. A desmoralização está no auge. Para remediar essa situação desastrosa, é necessário um novo estado de coisas, saído não mais como fruto do acaso ou do exercício da política. O verdadeiro caminho, Sócrates começa a mostrar, definindo a atitude através da qual toma-se concebível a constituição da “reta Filosofia”.

É, portanto, na brecha deixada pelo fracasso de Atenas que Platão vê aparecer o espaço da sua filosofia e, num primeiro momento, sua obra é uma reflexão sobre esse fracasso. Em outros termos, o diálogo platônico foi o modo de apresentação necessário da reflexão sobre a derrota dos meios utilizados pelos políticos, poetas e pessoas de bom senso e a procura por uma nova forma de pensar o mundo.

O campo de respostas à conjuntura política de Atenas se reduziu a um tal ponto que suscitou um deslocamento conceitual com relação aos critérios que a norteavam. Surge a resposta filosófica platonista e com ela toda uma nova forma de pensar a realidade.

É nesse momento histórico que Platão escreve seus diálogos, entre eles, Górgias. Nele, defende princípios restauradores da moral, da ética e do bem. Coloca os sofistas como os representantes da ordem antiga, de degeneração dos valores através de seu pensamento e raciocínio pseudamente consistentes e leva-os ao debate com Sócrates, aparentemente também um sofista, mas representante já de uma nova concepção filosófica. Aponta-lhe contradições, exalta-lhe falhas, através de um método novo de demonstração da verdade: a dialética.

Através desse método dialético, Platão leva o homem através de uma crítica irônica, de dentro de seus desejos, para a reflexão e independência,

colocando-o diante de uma nova categoria de reflexão: *pensar não é mais exprimir o que se experimenta, mas tentar construir conceitos.*

À arte da Retórica, sobrepõe-se a Filosofia. Em ambas, a linguagem dividida: à primeira, a possibilidade de envolver erradamente os homens nos caminhos da tormenta moral, à segunda, o oferecimento de um resgate também moral. O jogo finalista com que é vista a força da palavra passa a determinar cisões sociais e a justificar a ação de alguns filósofos versus os demagogos. Em Platão, o plano da realidade aparente corresponde aos sofistas, cujo objetivo é o uso da palavra pelo engano, mediante um conjunto de meios. Por ser estratégica, a palavra não se compromete com o que diz e nesse sentido é amoral e vazia de sentido.

O plano da essência corresponde aos filósofos e o seu compromisso é com o conhecimento. A referência da palavra, aqui, é o conhecimento e nesse sentido, é plena de significado, ou seja, a palavra desempenha a sua função significativa. Para isso, ela tenta sempre explicar-se, usando o critério da racionalidade, e nesse sentido ela é responsável pelo que diz. Evita utilizar-se da ambigüidade, uma vez que não está interessada em persuadir o interlocutor.

Entre os sofistas e os filósofos, o antagonismo é sobretudo moral:

- o sofista não escolhe os meios para alcançar o seu fim; o filósofo tenta provar a legitimidade de sua causa.
- o discurso do sofista é o da certeza, da afirmação; o do filósofo é o do reconhecimento do que se ignora. O primeiro tenta persuadir o interlocutor, o segundo, levá-lo à auto-consciência. É certo, fazendo-se o salto para 1930, que os homens públicos, os da prática política e os da retaguarda teórica assumem os caminhos da Retórica Antiga, dizendo-se em seus discursos, defensores da Reta Filosofia. Essa ambivalência reflete-se em sua linguagem, infiltra-se no seu discurso e permanece aí. O que queremos dizer, é que, quando criticam certas posições políticas, utilizam um grupo de significações relacionadas ao valor Mal e vice-versa, quando enaltecem suas premissas

reforçam valores ligados ao Bem e a Verdade. Entretanto, em nenhum momento essas significações são equacionadas e realmente discutidas como tal. Mais ainda: as significações acabam por atravessar o texto de forma imprecisa e difusa, gerando sintomaticamente uma *situação de coisas* escamoteadora, inversora do processo político efetivamente existente neste momento no Brasil. O salto qualitativo que permitiria que se pudesse desvelar o real, a dimensão histórica de todos os segmentos da cena política, não acontece.

O produto desse ocultamento é que nos deparamos com um discurso vazio, repleto de lacunas e de silêncios. Não correríamos o risco de tentar preenchê-lo, resolver todas as suas contradições e daí deduzir um discurso pleno, totalmente explicativo. Ao contrário, enquanto signo de contradições, tal discurso deve implodir, ser atingido em sua estrutura interna, de forma a clarificar as práticas sociais aí envolvidas no silêncio, no apagar da memória, no esquecimento. O exercício de dominação necessita silenciar as outras vozes daquele momento da história, necessita apagar, da memória histórica, a lembrança de outras propostas políticas e principalmente necessita lançar a uma zona do esquecimento a trajetória das outras classes sociais desse momento.

O conflito, linguisticamente, permanece. A análise das significações revela um material altamente conflituoso: enunciados prosaicamente articulados sobre a generalidade e a abrangência, em nada relacionados à postura que se poderia esperar de um discurso com pretensões à cientificidade. Mais: o discurso da história, visto sob o ângulo do historiador que “milita” teoricamente a causa do Poder, “trabalhando” intelectualmente os fundamentos de um regime autoritário, apesar de procurar esconder sua não-neutralidade e não-isenção, acaba por selecionar um material lingüístico que aponta noutra direção. Como *todo ato de poder*, recorta o acontecimento histórico e, no mais das vezes, privilegia uma visão unívoca deste. Isto se concretiza pela apropriação que faz de todos os sentidos possíveis que uma

significação possa ter, detendo unicamente o que mais lhe convém. A esse jogo lingüístico, intimamente ligado ao mecanismo ideológico, denominamos jogo do Poder.

2. O Jogo do Poder

Betty Milan em *Manhas do Poder*, Ed. Atica, 1979, pag. 75, diz: “Vê-se aí que não é arbitrário evocar o teatro para falar do poder, que entra em cena através de uma multiplicidade de máscaras e se vale da simulação para tornar possível o impossível”.

A via que se tomou para a análise do texto passando pelos enunciados modalizados permitiu desmanchar um dos mecanismos pelos quais o *Poder* (aí o termo empregado num sentido mais amplo, como representação de todas as forças direcionadas à consecução de um objetivo) opera, a saber, a definição estrita do lugar da história para cada protagonista social. No caso em questão, nos interessa ressaltar especificamente o primeiro desses lugares: aquele que cabe ao próprio senhor da elocução, o detentor do poder da fala. Enquanto tal, o preenchimento de um discurso com pretensão à neutralidade e impessoalidade revela brechas de pessoalidade e subjetividade que, por si só, constituem um sério obstáculo à manutenção de uma determinada concepção do discurso da história. Mais ainda, demonstra haver no bojo do que se convencionou como *cristalizado e monolítico*, formas ideologicamente marcadas de um jogo enunciativo em que a visão de um *Eu*, sujeito do conhecimento, domina com absolutismo todos os enfoques que porventura possam existir no *Tu*, objeto do conhecimento, determinando, através do Poder, que lhe outorga a posse dos atos da fala, uma única instância de conceituação da “realidade” social e histórica. B. Milan comenta no artigo *À Guisa de concluir*: “Atualizando-se um discurso que monopoliza o direito à enunciação, o poder legisla a fala e o silêncio. Cria para o destinatário a impossibilidade de advir enquanto sujeito, isto é, enquanto sujeito da enunciação (p. 74), “Delimita maniqueisticamente o seu campo, excluindo toda diferença. Não deixa nenhuma saída, solicita o confronto e determina a forma

mesma da oposição. À impossibilidade da fala aí se contraporá a possibilidade de agir". (pg. 76).

É dessa forma que se pode visualizar o processo de captura de adeptos às causas e interesses políticos da Revolução. A análise mais cuidadosa dos enunciados frasais em que ocorreram os modalizadores reforçou a crença de que, por meio do jogo Poder/Dever, o autor mascara o real, o dissimulando e o enco-brindo. Jogo feito e certo, só possível de ser desvendado pela utilização da linguagem que sorrateiramente solapa as estruturas e subverte o estabelecido. Àquilo que se quer definitivamente assegurado é traído pela eterna possibilidade de conflitos e mal-entendidos que é a língua. Como Milan diz: "... a língua contraria os desígnios do poder". "A língua subverte a verdade do poder". (pg. 83).

Essa forma de *dizer pelo não-dito* reforça e completa a crença de que, no discurso da história, e mais especificamente, no dizer da Revolução de 30, o jogo do poder opera pela redução das possibilidades de várias leituras do acontecimento histórico, enquanto se luta pela ação sobre o que esta acontecendo, a saber, a busca da legitimação do arbítrio. Aos leitores, chegam os efeitos de uma dupla militância: aquela que arrebatava adesões através da ocupação do lugar supostamente acadêmico-neutro do historiador e, secundariamente, aquela da veiculação de posições políticas inseridas no discurso produzido pelo intelectual de forma velada e escamoteada.

O duplo lugar que ocupa o autor do discurso histórico, na verdade, opera um corte, efetua uma ruptura na discussão que legitima a função do cientista social como investido da couraça da impenetrabilidade do envolvimento político-social e marca definitivamente a linguagem como uma das forma mais eficazes no desvendamento desse processo. O que acontece é que, por meio dos procedimentos lingüísticos de que se serve, tal tipo de discurso se aproxima ou se distancia de um perfil convencionado culturalmente. Assim, por exemplo, o deslocamento constante que se pode efetuar em enunciados modalizados da região do factual para o possível, como já analisado anteriormente, confirma que a

linguagem de que se utiliza o autor pode progressivamente cristalizar crenças e posturas, somente questionadas à luz de uma análise mais cuidadosa e criteriosa.

É evidente que os mecanismos inversores desse estado de coisas passam por outras áreas afins e requerem estudos ligados a várias regiões do conhecimento. À lingüística cabe desenvolver a sua contribuição específica e imprescindível no que se refere a isso.

V. CONCLUSÕES

Nesta parte, discutirei alguns aspectos bastante interessantes e residuais à análise e que, de alguma forma, corroboram o objetivo que assumiu esse trabalho. Basicamente, esta dissertação quis questionar os mecanismos que permitem não considerar, no relato de fatos históricos, o jogo discursivo característico dos processos em que se instaura uma relação eu-tu. No caso, o eu (historiador), produtor do texto histórico, se encontra imerso na historicidade, de tal modo que acaba manipulando o tu (leitor) e o enredando às suas propostas políticas. É importante observar que trabalhei com textos politicamente comprometidos com a Revolução de 30, o que de alguma forma os diferencia de um outro conjunto de textos não articulados a alguma causa política específica.

O modelo de interpretação que se tomou como via de acesso ao material confirmou algumas hipóteses que perpassaram todo o trabalho de De Decca e que serviram como ponto de referência a esta dissertação, a saber:

- a historiografia dos acontecimentos de 30 privilegiou apenas um tipo de leitura - memorizou-se o movimento de centralização de todas as forças sociais na direção de um objetivo único, a derrubada das oligarquias, esquecendo-se de que essas forças sociais possuíam propostas distintas, principalmente no que se referia à condução política da revolução.

- a historiografia oficial desse período apagou da memória histórica os elementos que, a seu ver, constituíam as forças mais dispersas e desorganizadas deste processo e que manifestavam haver, por detrás da homogeneidade forçada desse período, a luta de classes.

Ao mesmo tempo, contribuiu a uma visão mais próxima da realidade quando da recuperação que fez das marcas formais encontradas nos textos de Vianna e Amaral. Tais marcas cumprem o papel de escamoteamento dessa realidade e revelam haver o exercício da dominação apreendido, como único oponente ao protagonista maior da história (o Estado), um representante privilegiado do processo - o cidadão burguês e intelectual do país.

Na consideração desse elementos, os autores montam o seu discurso esquecendo-se das outras forças sociais em conflito, nesse mesmo período. Esta tomada de posição me leva a concluir que o *outro*, na realidade, não passa de uma representação abstrata, fundada no imaginário do dominante, de modo a minimizar o impacto social e político do Golpe e acobertar o verdadeiro campo de conflito, no qual todas as facções pudessem vir a aparecer com seus projetos políticos.

Assim se vê explicado o porquê de os dois autores, em nenhum momento, aludirem à especificidade de cada proposta política em questão, mas a uma generalidade confusa e inatingível, endereçada a um único adversário comum. A aplicação indiscriminada de significações representativas dessa situação agrupa-se em valores gerais definidos valorativamente: os revolucionários são as forças do bem; os representantes da Oligarquia as forças do Mal.

As formas de discurso indireto levantam um outro conjunto de vozes, porém assumidas por quem as enuncia e, portanto, desqualificadas de qualquer substrato possível e, assim, destituídas de qualquer possibilidade séria de confronto. Se, de um lado, as formas de enunciados didáticos configuram esse tipo de discurso como científico e não engajado, por outro, denunciam haver algo

mais do que um caráter rígido e fechado, no que se refere à repartição entre enunciados didáticos e enunciados políticos.

Um sem-número destes últimos, sob a forma de enunciados negativos e ou modalizados, começa a fazer o terreno ceder em vários pontos cruciais. Um desses pontos remete à negação descritiva, na qual o sujeito da enunciação é um misto de destinador e destinatário, e cuja fala pressupõe uma representação do destinatário por parte do destinador, visto que sua elocução leva em conta uma zona de não-dito pelo destinatário e, somente a partir daí, instituída como “sua voz”. O outro ponto diz respeito à questão dos lugares, discutida por ocasião da análise dos modalizados. Os lugares, definidos por Aristóteles, como premissas comuns aos três gêneros, têm um papel fundamental nesse tipo de discurso, visto que através deles se obtém a adesão ou não do auditório (leitores) às teses por eles defendidas. Diz ele em *Rhétorique III*: “En effet, tous les orateurs doivent nécessairement employer aussi dans leurs discours le lieu du possible et de l'impossible et s'efforcer de démontrer les uns que la chose arrivera, les autres que la chose est arrivée. En outre, il y a un lieu commun à tous les genres de discours, celui de la grandeur: tous les orateurs se servent de la dépréciation et de l'amplification quand ils conseillent, louent ou blâment, accusent ou défendent.” (p. 99).

Desse modo, as formas modalizadas cumprem um papel de relativização dos enunciados, deslocando-os da região do factual para a região do possível, ao mesmo tempo que remetem ao lugar da amplificação ou depreciação, conforme aquilo que querem defender ou acusar. No caso, as propostas oponentes são depreciadas de modo a manter incólumes as teses defendidas.

Na página 107 de *1930: o Silêncio dos Vencidos*, diz De Decca: “Talvez agora seja possível avaliar a força da idéia da revolução de 30 - construída no interior da luta de classes como um marco divisor da história do Brasil, pelo qual os vencedores julgaram todo o passado, definindo desde o princípio, inclusive, o inimigo que essa revolução abateu: o fantasma da oligarquia. Lugar onde se ocultou a luta de classes, essa memória histórica de um processo político em

curso, pelo menos desde 1928, dificulta sobremaneira acompanhar o percurso percorrido pelas classes sociais e definir o conjunto dos vencedores da luta. Idéia elaborada no interior do processo político onde as classes sociais entrechocaram-se e constituíram-se, a revolução de 30, como imaginário dessa sociedade, foi também parte do exercício de dominação tanto no início do processo, quando ela se engendrava na idéia de uma revolução contra a oligarquia, como no final, quando apareceu apropriada pelo sistema de poder dos vencedores”.

Azevedo Amaral e Oliveira Vianna - dois teóricos aprisionados dentro da constelação do saber dominante, cujo discurso reproduz o lugar dos vencedores - são também signo de contradição à concepção tradicional com que se costuma encarar o discurso da história. A enunciação histórica instaura uma nova concepção - pode omitir as condições em que foi produzido seu discurso, mas não pode fazer o mesmo com relação a sua estruturação. É nela que vamos encontrar os signos da identidade de quem produz a história e anula aqueles outros de quem realmente a faz.

BIBLIOGRAFIA

AUTHIER-REVUZ, J.(1982) "Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours". *DRLAV*, v. 26. p. 91 - 151,1982.

_____ (1998) "As não-coincidências do dizer e sua representação meta-enunciativa – estudo lingüístico e discursivo da modalização autonímica". In: *Palavras incertas – as não coincidências do dizer*. Campinas: Editora da Unicamp.

ARISTÓTELES. (1967) *Rhétorique. Livro III*. Trad, de M. Dufour. Paris: Les Belles Lettres.

BARTHES,R.(1970) *El discurso de la História*. Buenos Aires: Ed. N.Vision.

BAKHTIN,M/ VOLOSHINOV, V.N. (1929). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec.

BENVENISTE,E. (1976)" As relações de tempo no verbo francês". In *Problemas de Lingüística Geral*. Campinas: Pontes.

_____ "Da subjetividade na linguagem."Idem, ibidem.

BURKE,P. (org.)(1992) *A escrita da História – Novas Perspectivas*. São Paulo:Unesp.

CHATELÊT, F. (Org) (1973) A filosofia Pagã. V. 1 In: *História da Filosofia – Idéias, Doutrinas*. Rio de Janeiro: Zahar.

DE DECCA, E. (1980) *1930: O silêncio dos vencidos*.São Paulo : Brasiliense.

DUCROT, O. (1984) " Esboço de uma teoria polifônica da enunciação". In: *O dizer e o dito*. Campinas: Editora Pontes.

_____ (1988) " Argumentação e topoi argumentativos". In:

GUIMARÃES, E. (org). *História e sentido na linguagem*. Campinas: Editora Pontes.

FOUCAULT, M. (1968) *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

_____ (1972) *A ordem do discurso*. S. Paulo: Edições Loyola.

- GINZBURG, C. (2001) *Olhos de Madeira*. São Paulo: Companhia das Letras.
- MATTOSO, J. (1998) *A Escrita da História*. Lisboa: Editorial Estampa.
- MAINGUENEAU, D. (1989) *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes.
- _____. (1984). *Genèses du discours*. Bruxelles, Pierre Mardaga.
- _____. (2001) *Elementos de Lingüística para o texto literário*. S. Paulo: Martins Fontes.
- MILAN, B. (1979) *Manhas do Poder*. São Paulo: Ática.
- OSAKABE, H. (1999) *Argumentação e Discurso Político*. São Paulo: Martins Fontes.
- PÉCORA, A. (2001) *Máquina de Gêneros*. São Paulo: Edusp.
- PERELMAN, C. & OLBRECHTS-TYTECA (1996). *Tratado da argumentação*. São Paulo: Martins Fontes.
- PÊCHEUX, M. (1975). *Semântica e discurso*. Campinas: Editora da Unicamp.
- POSSENTI, S. (1993) *Discurso, Estilo e Subjetividade*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (2002) *Os Limites do Discurso*. Curitiba: Criar Edições.
- PROVOST, G. (1969) "Analyse Linguistique du Discours Jaurésien", in: *Langages* 52. Paris, Didier-Larousse.
- _____. (1978) "Approche du Discours Politique: 'Socialisme' et 'Socialiste' chez Jaurès", in: *Langages* 11. Paris, Didier-Larousse.
- ROBIN, R. (1973) *História e Lingüística*. São Paulo: Cultrix.
- VEYNE, P. (1982) *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. Brasília: Unb.